

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

SEMAD

Auto de Infração No. 322402/2023		Chave de Acesso 202309230908171510270		Termo de Cientificação 376874	Página No.: 1
Data lavratura 23/09/2023		Hora lavratura 14:22:32	Vinculado ao AF No.: 239341 - 23/09/2023 Vinculado ao REDS No. 44665203 - 23/09/2023		
Operação 000 - NÃO HÁ OPERAÇÃO VINCULADA		Local da lavratura PATOS DE MINAS		Local da fiscalização SAO GONCALO DO ABAETE	
Autuado					
Nome THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		CPF/CNPJ		Outro documento	Data nascimento
Função		Nome da mãe			CEP
Endereço		KM		Complemento	
Bairro		UF MG		Município PATOS DE MINAS	
Caixa postal	Telefone	Celular	e-mail		
Responsável					
Nome		CPF/CNPJ		Outro documento	Data nascimento
Nome da mãe					CEP
Endereço		KM		Complemento	
Bairro		UF		Município 0	
Caixa postal	Telefone	Celular	Função		
Assinatura					

Nome (autuado) THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	
Nome (equipe) JULIAN JUNIO PEREIRA	Matrícula 1510270	

docteka



SEMAD-DIGITAL




786482/23

Auto de Infração No. 322402/2023					
Embasamento Legal					
1)Atividade FL-03 Desmate área comum					
Lei 20.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 301-A -	Coordenadas -18.182047, -45.473445
Descrição Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental, em áreas comuns					
Observações suprimir demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, SENDO 66,18 HA DE AREA em área comum.					
Penalidades					
Agenda Verde Flora	Quantidade 67,00	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 500,00	
Tipo	Valor	Valor total (UFEMG)		33.500,00	
2)Atividade FL-05 Intervenção em Reserva Legal					
Lei 20.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 301-B -	Coordenadas -18.184496, -45.470712
Descrição Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental, em área de preservação permanente, em reserva legal, em zona de amortecimento de unidade de conservação ou em unidade de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos					
Observações suprimir e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, SENDO 1,61 HA DE AREA em reserva legal.					
Penalidades					
Agenda Verde Flora	Quantidade 2,00	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 1.500,00	
Tipo	Valor	Valor total (UFEMG)		3.000,00	
3)Atividade FL-16 Dificultar ou impedir regeneração natural					
Lei 20.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 302-A -	Coordenadas -18.181950, -45.473500
Descrição Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida. Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal, a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado - Campo cerrado: 16,67 m³/ha; - Cerrado Sensu Stricto: 30,67 m³/ha; - Cerradão: 66,67 m³/ha; - Floresta estacional decidual: 46,67 m³/ha; - Floresta estacional semidecidual: 83,33 m³/ha; - Floresta ombrófila: 133,33 m³/ha por metro cúbico de lenha.					
Observações Retirar inservível produto da flora nativa oriundo de supressão de demais formas de vegetação, realizada sem autorização, SENDO ESTIMADO 1130,28 M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal, a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado - Campo cerrado: 16,67 m³/ha.					

Nome (autuado)	CPF/CNPJ	
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		
Nome (equipe)	Matrícula	
JULIAN JÚNIO PEREIRA	1510270	

Auto de Infração No. 322402/2023					
Penalidades					
Agenda Verde Flora	Quantidade 1.130,28	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 50,00	
Tipo	Valor		Valor total (UFEMG) 56.514,00		
Lei 20.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 309-A -	Coordenadas -18.181950, -45.473500
Descrição Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas, em área comum.					
Observações Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em área comum. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.					
Penalidades					
Agenda Verde Flora	Quantidade 67,00	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 300,00	
Tipo	Valor		Valor total (UFEMG) 20.100,00		
Lei 20.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 309-B -	Coordenadas -18.181950, -45.473500
Descrição Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas, em área de preservação permanente, em reserva legal, zona de amortecimento de unidade de conservação ou em unidade de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos.					
Observações Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em área de reserva legal. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.					
Penalidades					
Agenda Verde Flora	Quantidade 2,00	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 500,00	
Tipo	Valor		Valor total (UFEMG) 1.000,00		

Nome (autuado) THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	
Nome (equipe) JULIAN JUNIO PEREIRA	Matrícula 1510270	

Auto de Infração No. 322402/2023				Página No.: 5	
Demais cominações					
Embargo/Suspensão de atividade SIM	Embargo/Suspensão de obra Não	Aprensão Não	Demolição Não	Restritiva de direito Não	
Descrição SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO LOCAL ATÉ SUA REGULARIZAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS. O AUTUADO INFORMOU QUE ENTERROU O RENDIMENTO LENHOSO GERANDO DURANTE A ATIVIDADE, NÃO SENDO POSSÍVEL REALIZAR A APREENSÃO DE TAL MATERIAL, QUE FOI CALCULADO, CONFORME TABELA BASE, EM 1.130,28 M³ DE RENDIMENTO LENHOSO E VALORADO EM 5.610,02 UFEMG.					
ERP					
Kg pesado		ERP por Kg		Valor total ERP	
Testemunhas					
Nome JOSE DALMO DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	CEP	Assinatura		
Endereço FAZENDA SÃO GONÇALO LUGARES POSSE E MARCA DA LEGUA					KM 0
Bairro ZONA RURAL	UF MG	Município SAO GONCALO DO ABAETE			
Defesa/Pagamento					
Unidade administrativa para apresentação de defesa 10ª Cia PM Mamb - Patos de Minas			Telefone da unidade (34) 3818-6107	CEP 38706731	
Endereço RODOVIA MGC 354, DISTRITO INDUSTRIAL II		KM 171	Complemento 10CIA.SRAI@GMAIL.COM		
Bairro ZONA RURAL	UF MG	Município PATOS DE MINAS			
Fotos					
AREA INTERVIDA 	AREA INTERVIDA 	Area do Imovel 			

Nome (autuado) THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	
Nome (equipe) JULIAN JÚNIO PEREIRA	Matrícula 1510270	



Auto de Infração No. 322402/2023	Página No.: 5
<p>ORIENTAÇÕES PARA PAGAMENTO DA MULTA</p> <p>O autuado possui o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da identificação do auto de infração, para pagar a multa ou apresentar defesa ao órgão ambiental, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa, independentemente de cobrança administrativa.</p> <p>Para realizar o pagamento da multa, o autuado deverá solicitar à unidade responsável pelo processamento, indicada no campo Defesa do Auto de infração, a emissão do DAE (Documento de Arrecadação Estadual).</p> <p>O protocolo de quaisquer documentos atinentes aos processos de fiscalização ambiental, incluindo a defesa administrativa, deverá obrigatoriamente ocorrer junto à unidade indicada no auto de infração, sendo admitido o protocolo através de postagem pelo Correio, com aviso de recebimento, conforme estabelecido no art. 72 do Decreto nº 47.383/2018.</p> <p>A defesa administrativa deverá observar todos os requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 47.383/2018.</p> <p>DEMAIS INFORMAÇÕES</p> <p>Fica Vossa Senhoria cientificado(a) de todo o conteúdo deste documento. A visualização deste poderá ocorrer mediante acesso ao sítio eletrônico http://sisfai.semاد.mg.gov.br/protocolo, na internet, utilizando o protocolo virtual citado supra, sendo considerado vista processual.</p> <p>A autoria e integridade deste documento gerado em forma eletrônica foram validadas em consonância com o artigo 6º §1º, do Decreto 47.222/2017, mediante acesso ao sistema com nome de usuário e senha.</p>	

Nome (autuado)	CPF/CNPJ	
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		
Nome (equipe)	Matrícula	
JULIAN JÚNIO PEREIRA	1510270	



Chave de acesso 202309230908171510270	Termo de cientificação 376874
<p>Eu, Thiago Daydson de Camargos, portador(a) do RG nº.: _____ e do CPF nº.: _____, declaro aceitar receber link com a chave de segurança para acesso aos atos relacionados ao exercício do poder de polícia, por meio de ambiente virtual. O link com a chave de segurança para acesso ao ambiente virtual será recebido por meio do meu número de telefone: 34996824848.</p> <p>Declaro que:</p> <ul style="list-style-type: none">I - possuo o aplicativo de mensagem instantânea WHATSAPP instalado em meu parêlho de telefonia móvel;II - estou ciente de que o Sisema, em nenhuma ocasião, solicitará dados bancários ou qualquer outro de natureza sigilosa, e que o procedimento se limita às cientificação de lavratura;III - fui cientificado de que não poderei fazer uso do aplicativo de mensagens utilizado para envio do link com a chave de segurança para entrar em contato com a unidade do Sisema. <p>A Chave de acesso de cada documento deverá ser inserida no endereço eletrônico http://sisfai.semadi.mg.gov.br/semad/protocolo/</p>	
Dt. assinatura: 23/09/2023	



SEMAD - Cientificações/Adesões Encontradas

Número termo: 376874		Infração: 322402/2023 - Dt. leitura: 23/09/2023 15:21:37
Dt. cientificação: 23/09/2023 08:13:12	Tipo Lavratura: Posterior	
Tipo Adesão: Com adesão prévia	Tipo Notificação: Whatsapp	
Tipo Termo: Fiscalizado	ABRIR	

RELATÓRIO

Total de registros desta pesquisa: 1

Páginas

Página 1



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

Fl. 1/11

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO

2 GP/1 PEl. MAMB/10 CIA PM MAMB/BPM MAMB

MUNICÍPIO

SAO GONCALO DO ABAETE

UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL

UNIDADE MILITAR: 3 GP/5 PEl/86 CIA PM/15 BPM/10 RPM

UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/SAO GONCALO DO ABAETE

DATA DO REGISTRO

23/09/2023 07:45

DESTINATÁRIO

DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/SAO GONCALO DO ABAETE

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA

DENUNCIA ANONIMA

DATA DA COMUNICAÇÃO

20/09/2023

HORA DA COMUNICAÇÃO

09:01

ÓRGÃO SOLICITANTE

XXXX

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL

N30048 - N 30.048 - IMPEDIR OU DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO.

ALVO DO EVENTO

FAZENDA

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA?

NÃO

NATUREZA SECUNDARIA 1

N32301 - N 32.301 - EXPLORAR, DESMATAR, DESTOCAR, SUPRIMIR, EXTRAIR, DANIFICAR OU

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

NATUREZA SECUNDARIA 2

N32309 - N 32.309 - DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

NATUREZA SECUNDARIA 3

N32344 - N 32.344 - DESRESPEITAR, TOTAL OU PARCIALMENTE, PENALIDADE DE SUSPENSÃO OU

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

DATA/HORA DO FATO

20/09/2023 09:00

DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL

20/09/2023 09:02

DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO

23/09/2023 16:00

DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO

23/09/2023 16:05

DESCRIÇÃO DO LUGAR

FAZENDA

COMPL DE LOCAL MEDIATO

FAZENDA

LOCAL (AV., RUA, ETC)

FAZENDA SGA0264

NÚMERO

S/N

KV

XXXX

COMPLEMENTO

XXXX

BAIRRO / VILA

XXXX

CEP

XXXX

MUNICÍPIO

SAO GONCALO DO ABAETE

UF

MG

PAÍS

BRASIL

PONTO DE REFERÊNCIA

XXXX

LATITUDE

-18° 18' 56,3"

LONGITUDE

-45° 47' 41,57"

TIPO VIA

XXXX

MEIO UTILIZADO

OUTROS MEIOS

DESCRIÇÃO OUTRO MEIO UTILIZADO

DESMATE EM ÁREA COMUM E EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, DESRESPEITAR PENALIDADE DE SUSPENSÃO, IMPEDIR REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO E TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA ORIUNDO DE DESMATE.

CAUSA PRESUMIDA

IGNORADO

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

SEXO

MASCULINO

TIPO ENVOLVIMENTO

AUTOR

TIPO DE PESSOA

FISICA

COD. NATUREZA

N30048

TENTADO / CONSUMADO

CONSUMADO

DESCRIÇÃO NATUREZA

N 30.048 - IMPEDIR OU DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO.

NOME COMPLETO

THIAGO DAYSON DE CAMARGOS

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

DATA NASCIMENTO

NATURALIDADE / UF

IDADE APARENTE

GRAU DA LESÃO

SEM LESÕES APARENTES

ESTADO CIVIL

ORIENTAÇÃO SEXUAL

IGNORADO

IDENTIDADE DE GÊNERO

NÃO SE APLICA

CUTIS

PARDA

OCUPAÇÃO ATUAL

PSICÓLOGO

MÃE

PAI

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DE IDENTIDADE CIVIL

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE

ÓRGÃO EXPEDIDOR

SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

UF

MG

CPF / CNPJ



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

FI. 2/11

ENVOLVIDO 1

ESCOLARIDADE SUPERIOR COMPLETO					
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX	
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF MG	
PAÍS BRASIL	CEP XXXX		TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX		TELEFONE COMERCIAL/CELULAR
EMAIL TYAGO.CAMARGOS@HOTMAIL.COM					
PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA	CALVÍCIO ?	CABELO		COR CABELO
COR OLHOS		ESTRABISMO ?		DEFICIÊNCIA FÍSICA	
AMPUTAÇÃO					
ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ NÃO / XXXX					
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?		SOFRIMENTO MENTAL			
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL					
CICATRIZ					
DEFORMIDADE					
LOCAL / TIPO TATUAGEM					
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NÃO HÁ.					
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISÃO			HOVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? NÃO		

ENVOLVIDO 2

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR		TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA N30048	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA N 30.048 - IMPEDIR OU DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAS FORMAS DE VEGETAÇÃO.					
NOME COMPLETO JOSE DALMO DE CAMARGOS FILHO					
NACIONALIDADE BRASILEIRA		DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF		
IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO SEM LESÕES APARENTES	ESTADO CIVIL			
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO		IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA			
CUTIS PARDA	OCUPAÇÃO ATUAL PRODUTOR RURAL				
MÃE					
PAI					
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL					
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE		ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ	
ESCOLARIDADE SUPERIOR COMPLETO					
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NÚMERO	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX	
BAIRRO	MUNICÍPIO PATOS DE MINAS			UF MG	
PAÍS BRASIL	CEP XXXX		TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX		TELEFONE COMERCIAL/CELULAR
EMAIL XXXX		MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL INFORMAÇÃO DESCONHECIDA			
PESO ESTIMADO	ALTURA ESTIMADA	CALVÍCIO ?	CABELO		COR CABELO
COR OLHOS		ESTRABISMO ?		DEFICIÊNCIA FÍSICA	



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

FI. 3/11

ENVOLVIDO 2

AMPUTAÇÃO	
ATITUDES/SINAIS DE EMBRIAGUEZ / XXXX	
SINAIS DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS ?	SOFRIMENTO MENTAL
DEFICIÊNCIA AUDIOVISUAL	
CICATRIZ	
DEFORMIDADE	
LOCAL / TIPO TATUAGEM	
LOCAL / TIPO ACESSÓRIO	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES NÃO HÁ.	
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISÃO	HOUVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?

ENVOLVIDO 3

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA N30038	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA N 30.038 - DESTRUIR OU DANIFICAR FLORESTA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, MESMO QUE EM FORMAÇÃO, OU UTILIZÁ-LA COM INFRINGÊNCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO.				
NOME COMPLETO JOSE DALMO DE CAMARGOS				
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF		
IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL			
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA			
CUTIS PARDA	OCUPAÇÃO ATUAL EMPRESÁRIO			
MAE				
PAI				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ORGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ	
ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (COMPREENDE OS PRIMEIROS OITO ANOS DE ESTUDO)				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)	NÚMERO	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXXX	
BAIRRO	MUNICÍPIO FATOS DE MINAS	UF MG		
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL / CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL / CELULAR	
EMAIL XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL INFORMAÇÃO DESCONHECIDA			

ENVOLVIDO 4

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA DA AÇÃO DOS POLICIAIS/BOMBEIROS	TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA N30038	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA N 30.038 - DESTRUIR OU DANIFICAR FLORESTA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, MESMO QUE EM FORMAÇÃO, OU UTILIZÁ-LA COM INFRINGÊNCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO.				
NOME COMPLETO JOSE CARLOS DA CRUZ				
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF		
IDADE APARENTE	ESTADO CIVIL			
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA			
CUTIS PARDA	OCUPAÇÃO ATUAL CASEIRO			



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

Fl. 4/11

ENVOLVIDO 4

MÃE			
PAI			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ
ESCOLARIDADE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (COMPREENDE OS PRIMEIROS OITO ANOS DE ESTUDO)			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) FAZENDA SGA0264	NÚMERO 0	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX
BARRIO XXXX	MUNICÍPIO SAO GONCALO DO ABAETE	UF MG	
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/CELULAR
EMAIL XXXX	MOTIVO AUSÊNCIA TELEFONE/EMAIL INFORMAÇÃO DESCONHECIDA		

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

APORTOU NESTA UNIDADE POLICIAL UMA DENÚNCIA ORIUNDA DO CANAL 181 - DISQUE DENÚNCIA UNIFICADO, CONFORME PROTOCOLO Nº 506008230. ESSA DELAÇÃO INFORMA A PRÁTICA ILÍCITA DE DESMATE IRREGULAR, CONFORME RELATOS DO DENUNCIANTE, JOSÉ DALMO SERIA O RESPONSÁVEL PELA RETENÇÃO DE ÁGUA DA NASCENTE, SENDO CONSTRUÍDO UMA REPRESA NO LOCAL E PELO DESMATE DE VEGETAÇÃO NATIVA, SENDO UTILIZADO TRATOR DE ESTEIRA E PONKAN.

NA DATA DE 20/09/2023, DESLOCAMOS ATÉ O LOCAL ONDE FOMOS RECEBIDOS PELO SR. JOSÉ CARLOS DA CRUZ, GERENTE DA FAZENDA, QUE NOS RELATOU QUE O PROPRIETÁRIO NÃO ESTAVA PRESENTE, PORÉM SE PRONTIFICOU A ACOMPANHAR OS MILITARES NA FISCALIZAÇÃO.

NO LOCAL, RESTOU APURADO QUE A PROPRIEDADE JÁ HAVIA SIDO ALVO DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA POLÍCIA AMBIENTAL DE MATO AMBIEANTE NA DATA DE 23/11/2022, CONFORME PDS Nº 2022-351239498-001, OCASIÃO EM QUE FOI LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 306245/2022 REFERENTE A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA TOTAL DE 35,84 HECTARES, EM NOME DE JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FILHO, SENDO APLICADA A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO LOCAL DA INTERVENÇÃO.

OCORRE QUE ATUALMENTE ESTA ÁREA QUE SOFREU INTERVENÇÃO AMBIENTAL ESTÁ TODA FORMADA COM VEGETAÇÃO EXÓTICA DO TIPO CAPIM BRACHIÁRIA, DIFERENTEMENTE DE QUANDO HAVIA SIDO AUTUADA/SUSPENSÃO, OCASIÃO EM QUE O LOCAL APRESENTAVA SOMENTE TERRA GRADEADA/ARADA.

NO ATO DA NOSSA FISCALIZAÇÃO NÃO HAVIA NENHUM ANIMAL BOVINO/EQUINO DENTRO DESTA ÁREA, NEM TAMPOCO VESTÍGIOS DA PRESENÇA DESTES ANIMAIS DENTRO DA ÁREA.

O RENDIMENTO LENHOSO PROVENIENTE DO DESMATE AINDA ESTAVA ENLEIRADO NO LOCAL.

JÁ NA PROPRIEDADE PERTENCENTE AO MESMO EMPREENDIMENTO, CADASTRADA NO CAR Nº MG-3161700-3E64FB944D0C4698BD4BA93F04BBF6A5, COM ÁREA TOTAL DE 460,97 HA, ATUALMENTE ESTÁ SENDO REALIZADO O SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE ÁREA PARA PASTAGEM DE GADO BOVINO.

CONSTATAMOS QUE EM TRÊS PONTOS DISTINTOS DENTRO DESTA PROPRIEDADE, FOI REALIZADO A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, EM ÁREA COMUM, DA TIPOLOGIA CAMPO CERRADO, SENDO:

- O PRIMEIRO NO ENTORNO DO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 18' 20.47 W45° 47' 34.45, ÁREA DESMATADA DE 42,5482 HA;
 - O SEGUNDO NO ENTORNO DO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 19' 11.72 W45° 47' 13.98, ÁREA DESMATADA DE 14,5 HA;
 - E O TERCEIRO NO ENTORNO DO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 19' 08.85 W45° 47' 33.46, ÁREA DESMATADA DE 09,14 HA.
- TOTALIZANDO UMA ÁREA DE DESMATE DE 66,1882 HECTARES.

O RENDIMENTO LENHOSO PROVENIENTE DESTA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA, PARTE HAVIA SIDO ENTERRADO EM VALAS ESCAVADAS NO LOCAL E PARTE INCORPORADO AO SOLO. DE ACORDO COM A VEGETAÇÃO NATIVA TESTEMUNHA EXISTENTE AO LADO DO LOCAL DA INFRAÇÃO, CONCLUI-SE QUE AS ÁREAS QUE SOFRERAM INTERVENÇÕES ERAM CONSIDERADAS COMUNS, DA TIPOLOGIA CAMPO CERRADO.

CONSTATAMOS TAMBÉM QUE NO ENTORNO DO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 18' 45.02 W45° 47' 07.48 OCORREU A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL AVERBADA, SENDO UMA ÁREA DE 0,4854 HA PERTENCENTE A PROPRIEDADE CADASTRADA NO CAR Nº MG-3161700-3E64FB944D0C4698BD4BA93F04BBF6A5 E OUTRA DE 1,13 HA PERTENCENTE A PROPRIEDADE CADASTRADA NO CAR Nº MG-3161700-8C8HA7E76A094D7CA70C26FB1E8B4EC9.

O RESTANTE DA ÁREA DA PROPRIEDADE QUE ESTÁ SENDO GRADEADA PARA FORMAÇÃO DE PASTO, CONFORME PESQUISA NAS IMAGENS SATELITAIS DISPONÍVEIS NOS SITES DE MONITORAMENTO, FOI POSSÍVEL AFIRMAR SE TRATAR SOMENTE UMA LIMPEZA DE ÁREA EM LOCAL ONDE NÃO HAVIA VEGETAÇÃO NATIVA.

DURANTE A FISCALIZAÇÃO FOI CONSTATADO A EXISTÊNCIA DE 03 BARRAMENTOS CONSTRUÍDOS EM DOIS CURSOS CURSOS D'ÁGUA



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

XXXX

FI. 5/11

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

EFÊMEROS (QUANDO APRESENTAR NATURALMENTE ESCOAMENTO SUPERFICIAL DURANTE OU IMEDIATAMENTE APÓS PERÍODOS DE PRECIPITAÇÃO), AFLUENTES DO CÓRREGO DA POSSE, OS QUAIS NO MOMENTO DA NOSSA FISCALIZAÇÃO APRESENTAVAM POUCO VOLUME DE ÁGUA ACUMULADA, SENDO QUE A MONTANTE DOS BARRAMENTOS, OS MANANCIAIS ESTAVAM COM OS LEITOS BASICAMENTE SECOS, E DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, ESTE TIPO DE INTERVENÇÃO NÃO NECESSITA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL.

OS BARRAMENTO ESTÃO LOCALIZADOS NOS SEGUINTE LOCAIS:

- 01- PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA 18° 18' 20,1" W45° 48' 06,5";
- 02- PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA 18° 18' 10,8" W45° 47' 33,2";
- 03- PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA 18° 18' 14,2" W45° 47' 15,1".

NENHUM DOS BARRAMENTOS POSSUÍAM TUBULAÇÃO DE FUNDO, E NO ATO DA NOSSA FISCALIZAÇÃO NÃO HAVIA FLUXO RESIDUAL. PORÉM NÃO EXISTE NENHUM TIPO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NOS BARRAMENTOS, E DEVIDO A ÉPOCA DE ESTIAGEM, O FLUXO DE ÁGUA NATURAL NO MANANCIAL É INTERROMPIDO, SENDO CONSIDERADO COMO EFÊMERO. NA CRISTA DO BARRAMENTO Nº 03, LOCALIZADO NO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA 18° 18' 14,2" W45° 47' 15,1", FOI CONSTATADO A EXISTÊNCIA DE VÁRIOS TRINCOS QUE PODEM COMPROMETER A SEGURANÇA DO BARRAMENTO.

REALIZAMOS CONTATO TELEFÔNICO COM O SR. JOSÉ DALMO DE CAMARGOS, INFORMANDO SOBRE A NOSSA FISCALIZAÇÃO NA FAZENDA SÃO GONÇALO, LUGARES POSSE E MARCA DA LÉGUA, O QUAL RELATOU QUE POSSUÍA VÁRIOS DOCUMENTOS REFERENTE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE, PORÉM ESTES DOCUMENTOS ESTARIAM NA SUA CONSULTORIA AMBIENTAL, SENDO O MESMO NOTIFICADO A APRESENTAR TAIS DOCUMENTOS JUNTO A EQUIPE DE MILITARES NO DIA 23/09/2023 ÀS 08:00 NA SEDE DA 10ª CIA PM MAMB, NA CIDADE DE PATOS DE MINAS/MG.

NESTA DATA, 23 DE SETEMBRO DE 2023, O SR. JOSÉ DALMO DE CAMARGOS COMPARECEU NA SEDE DA 10ª CIA PM MAMB JUNTAMENTE COM SEU FILHO THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS, SENDO QUE ESTE ÚLTIMO RELATOU SER SÓCIO E RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO FAZENDA SÃO GONÇALO, LUGARES POSSE E MARCA DA LÉGUA, SENDO APRESENTADO A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

* ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DA FAZENDA SÃO GONÇALO, LUGARES POSSES E MARCA DA LÉGUA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO ABAETÉ/MG, COM ÁREA DE 460,97,63 HA, REGISTRADA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO GONÇALO DO ABAETÉ, LIVRO 2-AQ, ÀS FLS. 40, MATRÍCULA Nº 8610, ÚLTIMA ALTERAÇÃO R-5/8610 EM 22/11/2022, ONDE PARTE DA FAZENDA FOI TRANSFERIDA PARA O FILHO DO SR JOSÉ DALMO DE CAMARGOS, THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS.

* CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO Nº 1849/2023, EMITIDO EM 04/07/2023 E COM VALIDADE DE 10 ANOS, EM NOME DE JOSÉ DALMO DE CAMARGOS, EMPREENDIMENTO FAZENDA SÃO GONÇALO, LUGARES POSSES E MARCA DA LÉGUA, REFERENTE A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, EQUINOS, MARES, OVINOS E CAPRINOS, EM REGIME EXTENSIVO, PARÂMETRO: ÁREA DE PASTAGEM 280 HA. FATOR LOCACIONAL 01, CLASSE 02.

* CERTIDÃO DE REGISTRO DE USO INSIGNIFICANTE DE USO DE RECURSO HÍDRICO Nº 0428243/2023 REFERENTE AO REPRESENTAMENTO DE ÁGUAS PÚBLICAS DO AFLUENTE DO CÓRREGO DA POSSE, POR MEIO DE BARRAMENTO EM CURSO D'ÁGUA, SEM CAPTAÇÃO COM 1.434 M³ DE VOLUME MÁXIMO ACUMULADO, NO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 18' 20,1" W45° 48' 08,5", VÁLIDA ATÉ 22/09/2026.

* CERTIDÃO DE REGISTRO DE USO INSIGNIFICANTE DE USO DE RECURSO HÍDRICO Nº 0428232/2023 REFERENTE AO REPRESENTAMENTO DE ÁGUAS PÚBLICAS DO CÓRREGO DA POSSE, POR MEIO DE BARRAMENTO EM CURSO D'ÁGUA, SEM CAPTAÇÃO COM 3.506 M³ DE VOLUME MÁXIMO ACUMULADO, NO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 18' 10,8" W45° 47' 33,2", VÁLIDA ATÉ 22/09/2026.

* CERTIDÃO DE REGISTRO DE USO INSIGNIFICANTE DE USO DE RECURSO HÍDRICO Nº 0428243/2023 REFERENTE AO REPRESENTAMENTO DE ÁGUAS PÚBLICAS DO CÓRREGO DA POSSE, POR MEIO DE BARRAMENTO EM CURSO D'ÁGUA, SEM CAPTAÇÃO COM 4.146 M³ DE VOLUME MÁXIMO ACUMULADO, NO PONTO DE COORDENADA GEOGRÁFICA WGS84 S18° 18' 14,2" W45° 47' 15,1", VÁLIDA ATÉ 22/09/2026.

* OFÍCIO IEF/NAR PATOS DE MINAS Nº 388/2022 REFERENTE A CIÊNCIA DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL PROTOCOLADO JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL EM 21/12/2022, ONDE FOI INFORMADO A INTERVENÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DEVIDO AO FATO DO NÍVEL DE ÁGUA DE UMA REPRESA DE TERRA ESTAR A POUCOS CENTÍMETROS DO NÍVEL DA CRISTA, E TAMBÉM A EXISTÊNCIA DE TRINCOS NO ATERRO QUE ESTARIAM COMPROMETENDO A ESTABILIDADE DO MACIÇO, COM ISTO A MESMA ESTAVA COM RISCO EMINENTE DE ROMPIMENTO, OCASIONANDO DANOS AO MEIO AMBIENTE. ACOMPANHADO DE LAUDO TÉCNICO DE RISCO EMINENTE DE ROMPIMENTO. (COORDENADAS UTM 416.777; 7.976.039)

* OFÍCIO IEF/NAR PATOS DE MINAS Nº 389/2022 REFERENTE A CIÊNCIA DE INTERVENÇÃO EMERGENCIAL PROTOCOLADO JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL EM 23/12/2022, ONDE FOI INFORMADO A INTERVENÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DEVIDO AO FATO DO NÍVEL DE ÁGUA DE UMA REPRESA DE TERRA ESTAR A POUCOS CENTÍMETROS DO NÍVEL DA CRISTA, E TAMBÉM A EXISTÊNCIA DE TRINCOS NO ATERRO QUE ESTARIAM COMPROMETENDO A ESTABILIDADE DO MACIÇO, COM ISTO A MESMA ESTAVA COM RISCO EMINENTE DE ROMPIMENTO, OCASIONANDO DANOS AO MEIO AMBIENTE. ACOMPANHADO DE LAUDO TÉCNICO DE RISCO EMINENTE DE ROMPIMENTO. (COORDENADAS UTM 416.157; 7.976.148)

QUANTO AO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 306245/2022 E REDS Nº 2022-051239498-001 LAVRADO NA DATA DE 23/11/2022, EM DESFAVOR DO EMPREENDIMENTO (JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FILHO), O SR. JOSÉ DALMO DE CAMARGOS RELATOU QUE JÁ ENTROU COM O PEDIDO DE DAIÁ CORRETIVA JUNTO AO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA, PORÉM ATÉ A PRESENTE DATA, ESTE



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

FI. 6/11

HISTÓRICO DA Ocorrência / ATIVIDADE

DOCUMENTO AINDA NÃO ESTÁ PRONTO.

JÁ REFERENTE AS NOVAS INTERVENÇÕES QUE FORAM REALIZADAS NA PROPRIEDADE, O SR. JOSÉ DALMO DE CAMARGOS RELATOU QUE A RESPONSABILIDADE DAS INTERVENÇÕES FOM DO SEU FILHO THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS, E QUE FORAM REALIZADAS SEM A AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

NESTES TERMOS,

- CONSIDERANDO QUE A ÁREA AUTUADA/SUSPENSÃO ANTERIORMENTE ESTÁ TODA FORMADA COM VEGETAÇÃO RASTEIRA EXÓTICA DO TIPO CAPIM BRACHIÁRIA;

- CONSIDERANDO QUE ATUALMENTE FOI REALIZADO NOVA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO EM UMA ÁREA COMUM TOTAL DE 66,1882 HECTARES;

- CONSIDERANDO QUE NA ÁREA COMUM TOTAL DE 66,1882 HECTARES DESMATADA, JÁ FOI REALIZADO O PLANTIO DE SEMENTES DE CAPIM EXÓTICO TIPO BRACHIÁRIA;

- CONSIDERANDO QUE FOI REALIZADO A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA TOTAL DE 1,6154 HECTARES DE RESERVA LEGAL AVERBADA.

- CONSIDERANDO QUE NA ÁREA DE RESERVA LEGAL AVERBADA DESMATADA JÁ FOI REALIZADO O PLANTIO DE SEMENTES DE CAPIM EXÓTICO TIPO BRACHIÁRIA;

- CONSIDERANDO QUE O RENDIMENTO LENHOSO TOTAL DE 1.130,28 M³ PROVENIENTE DA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA FOI TODO INCORPORADO AO SOLO;

CONCLUI-SE:

- O SR. JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FILHO, DESRESPEITOU A PENALIDADE DE SUSPENSÃO IMPOSTA NO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 306245/2022 E ESTAVA DESENVOLVENDO ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO ATRAVÉS DO PLANTIO DE SEMENTES DE CAPIM EXÓTICO DO TIPO BRACHIÁRIA NO LOCAL DO DESMATE IRREGULAR.

- O SR. THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS, REALIZOU A SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA COMUM DE 66,1882 HA, E EM ÁREA DE RESERVA LEGAL DE 1,6154 HA. TAMBÉM TORNOU INSERVÍVEL TODO O RENDIMENTO LENHOSO PROVENIENTE DA ÁREA DESMATADA, E ESTAVA DESENVOLVENDO ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO ATRAVÉS DO PLANTIO DE SEMENTES DE CAPIM EXÓTICO DO TIPO BRACHIÁRIA NO LOCAL DO DESMATE IRREGULAR.

NA SEARA ADMINISTRATIVA FOI LAVRADO UM AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL VIA SISFAI PARA O JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FILHO, POR DESRESPEITAR, TOTAL OU PARCIALMENTE, PENALIDADE DE SUSPENSÃO OU DE EMBARGO, E POR DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EXCETO EM ÁREAS LEGALMENTE PERMITIDAS, CONFORME PREVISÃO LEGAL NO ARTIGO 3º, ANEXO III, CÓDIGOS 344 E 309 RESPECTIVAMENTE, DO DECRETO ESTADUAL 47.838/20.

EM CONSULTA AO BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (CAP-MG), VERIFICAMOS A EXISTÊNCIA DE UMA INFRAÇÃO AMBIENTAL, QUE FORA COMETIDA PELO AUTUADO JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FILHO E QUE FOI OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO, A SABER:

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 306245/2022, LAVRADO NO DIA 23/11/2022, SENDO QUE O TORNOU DEFINITIVA A INFRAÇÃO NO DIA 08/12/2022.

RESSALTA-SE, AINDA, QUE A INFRAÇÃO ANTERIOR COMETIDA PELO AUTUADO, TORNOU-SE DEFINITIVA ANTES DE DECORRIDOS 03 (TRÊS) ANOS DA DATA DA PRESENTE AUTUAÇÃO. PORTANTO, FORAM CUMPRIDOS TODOS OS REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À REINCIDÊNCIA PREVISTA NO ARTIGO 81, DO DECRETO ESTADUAL 47.383/2018. ASSIM, UMA VEZ CONFIGURADA A REINCIDÊNCIA, O VALOR BASE DA MULTA SERÁ FIXADO CONFORME PREVISTO NO INCISO II DO ARTIGO 83 DO DECRETO ESTADUAL 47.383/2018.

FOI TAMBÉM LAVRADO UM AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL VIA SISFAI PARA O SR. THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS, POR EXPLORAR, DESMATAR, DESTOCAR, SUPRIMIR, EXTRAIR, DANIFICAR OU PROVOCAR A MORTE DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, OU EM DESACORDO COM A LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL: A - ÁREA COMUM, B - ÁREA DE RESERVA LEGAL; POR RETIRAR OU TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE EXPLORAÇÃO, DESMATE, DESTOCA, SUPRESSÃO, CORTE OU EXTRAÇÃO DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, OU EM DESACORDO COM A AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA CONCEDIDA. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA VEGETAL, A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO FOR RETIRADO: I - CAMPO CERRADO: 16,67 M³/HA; E POR DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EXCETO EM ÁREAS LEGALMENTE PERMITIDAS: A - ÁREA COMUM, B - ÁREA DE RESERVA LEGAL, CONFORME PREVISÃO



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

Fl. 7/11

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

LEGAL NO ARTIGO 3º, ANEXO III, CÓDIGOS 301-A, 301-B, 302, 309-A E 309-B RESPECTIVAMENTE, DO DECRETO ESTADUAL 47.838/20.

EM CONSULTA AO BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (CAP-MG), VERIFICAMOS QUE NÃO EXISTE OUTRA INFRAÇÃO AMBIENTAL COMETIDA PELO AUTUADO THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS NOS ÚLTIMO 03 ANOS.

OS AUTUADOS FORAM DEVIDAMENTE INFORMADOS QUANTO AOS FATOS, PRAZOS E RECURSOS, E AINDA, QUANTO AOS AUTOS DE INFRAÇÕES LAVRADOS EM SEUS DESFAVORES.

AS CHAVES DE ACESSO PARA OS AUTOS DE INFRAÇÕES FORAM ENVIADAS PARA OS AUTUADOS ATRAVÉS DO N° DO APLICATIVO WHATSAPP INFORMADO, CONFORME TERMO DE CIENTIFICAÇÃO.

FICAM SUSPENSAS AS ATIVIDADES DE USO ALTERNATIVO DO SOLO NOS LOCAIS DAS INFRAÇÕES, ATÉ SUA REGULARIZAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

NA SEARA CRIMINAL, CONSIDERANDO OS ATOS DE IMPEDIR OU DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO REALIZADOS POR JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FILHO, E POR THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS, ATRAVÉS DO PLANTIO DE SEMENTES DE CAPIM EXÓTICO DO TIPO BRACHIÁRIA NOS LOCAIS DOS DESMATES IRREGULARES, RESTOU-SE EVIDENCIADA PROVA DA MATERIALIDADE DO COMETIMENTO DO CRIME CAPITULADO NO ARTIGO 48 DA LEI 9.605/98 PELOS DOIS AUTORES.

EM TEMPO, CLARIFICA-SE QUE DEIXAMOS DE REALIZAR A CONDUÇÃO DOS AUTORES ATÉ A AUTORIDADE POLICIAL COMPETENTE, VISTO QUE AS INTERVENÇÕES AMBIENTAIS JÁ HAVIAM SIDO REALIZADAS EM DATA PRETÉRITA, NESTE CASO, FORAM AFASTADAS AS HIPÓTESES FLAGRANCIAIS PREVISTAS NO ARTIGO 302 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

O SR. JOSÉ DALMO DE CAMARGOS FOI ORIENTADO A PROCURAR UM PROFISSIONAL HABILITADO PARA REALIZAR OS REPAROS NO BARRAMENTO QUE ESTAVA COM TRINCOS NA CRISTA DO TALUDE, DE MODO A EVITAR UM POSSÍVEL ROMPIMENTO E CONSEQUENTEMENTE DANOS AO MEIO AMBIENTE.

MODO DA AÇÃO CRIMINOSA

CONSTATADO O DESCUMPRIMENTO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO IMPOSTA EM ÁREA DE DESMATE IRREGULAR, NOVO DESMATE EM ÁREA COMUM E DE RESERVA LEGAL, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, ALÉM DE TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE DESMATE IRREGULAR.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU? NÃO
PREFIXO DA VIATURA XXXX
PLACA DA VIATURA XXXX
PERITO (MATRÍCULA - NOME) XXXX - XXXX

MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO
NÃO FOI NECESSÁRIO.

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA PRINCIPAL
ÓRGÃO POLÍCIA MILITAR

DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO
VIATURA CAMINHONETE -

PLACA QXW4G78
PREFIXO / ÓRGÃO PM
REGISTRO GERAL 33927
PREFIXO PADRÃO XXXX
PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO XXXX

MILITARES / POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR / POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA 1
MATRÍCULA 1348879
CARGO 3 SARGENTO

NOME COMPLETO
JUAN PABLO GARCIA

CORPORAÇÃO
POLÍCIA MILITAR

UNIDADE
1 GP/1 PEL MAMB/10 CIA PM MAMB/BPM MAMB

Hipotecado?
NÃO

MILITAR / POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA 1
MATRÍCULA 1510270
CARGO CABO

NOME COMPLETO
JULIAN JUNIO PEREIRA

CORPORAÇÃO
POLÍCIA MILITAR

UNIDADE
1 GP/1 PEL MAMB/10 CIA PM MAMB/BPM MAMB

Hipotecado?
NÃO

DIGITADOR: PM1348879

GERADO POR: PM1420181

06/10/2023 15:43



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

Fl. 8/11

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA Ocorrência

UNIDADE

1 GP/1 PEL MAMB/10 CIA PM MAMB/BPM MAMB

MATRÍCULA

1348879

NOME COMPLETO

JUAN PABLO GARCIA

CARGO

3 SARGENTO

CORPORAÇÃO

POLÍCIA MILITAR

ASSINATURA

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO XXXX e Número de REDES 2023-044665203-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA

XXXX

HORA

XXXX

MATRÍCULA

XXXX

NOME

XXXX

CARGO

XXXX

ÓRGÃO/UF

POLÍCIA CIVIL / MG

UNIDADE

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL/SÃO GONÇALO DO ABAETE

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE

XXXX

TEM ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO

XXXX

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:

PM1348879 - JUAN PABLO GARCIA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:

23/09/2023 15:39

DESTINATÁRIO / RECIBO 2

DATA

XXXX

HORA

XXXX

MATRÍCULA

XXXX

NOME

XXXX

CARGO

XXXX

ÓRGÃO/UF

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA - IEF / MG

UNIDADE

REGIONAL NOROESTE

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE

XXXX

TEM ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO

XXXX

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:

PM1348879 - JUAN PABLO GARCIA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:

23/09/2023 15:58

ANEXO MEIO AMBIENTE

NOME DO LOCAL

FAZENDA SÃO GONÇALO, LUGARES POSSE E MARCA DA LÍQUA RIO SÃO FRANCISCO

BÁSCIA HIDROGRÁFICA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

REPRESSIVA

XXXX

AUTUAÇÕES E PROCEDIMENTOS

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

ENVOLVIDO NR.

2

NATUREZA DA AUTUAÇÃO

N 32.309 - DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI

322416

VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$)

108.797,04

Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI

XXXX

Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD

XXXX

Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR

XXXX

VALOR DO ERF (R\$)

XXXX

NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS

XXXX



BOLETIM DE Ocorrência

BO NÚMERO

XXXX

FI. 9/11

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS OUTROS			
DESCRIÇÃO OUTROS SISFAI			

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 2

ENVOLVIDO NR. 2	NATUREZA DA AUTUAÇÃO N 32.344 - DESRESPEITAR, TOTAL OU PARCIALMENTE, PENALIDADE	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 322416	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 98.219,55
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS OUTROS			
DESCRIÇÃO OUTROS SISFAI			

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 3

ENVOLVIDO NR. 1	NATUREZA DA AUTUAÇÃO N 32.301 - EXPLORAR, DESMATAR, DESTOCAR, SUPRIMIR,	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 322402	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 183.846,85
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS OUTROS			
DESCRIÇÃO OUTROS SISFAI			

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 4

ENVOLVIDO NR. 1	NATUREZA DA AUTUAÇÃO N 32.302 - RETIRAR OU TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 322402	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 284.655,37
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS OUTROS			
DESCRIÇÃO OUTROS SISFAI			

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 5

ENVOLVIDO NR. 1	NATUREZA DA AUTUAÇÃO N 32.309 - DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 322402	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 106.278,59
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NÚMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS OUTROS			
DESCRIÇÃO OUTROS SISFAI			



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

XXXX

Fl. 10/11

FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1

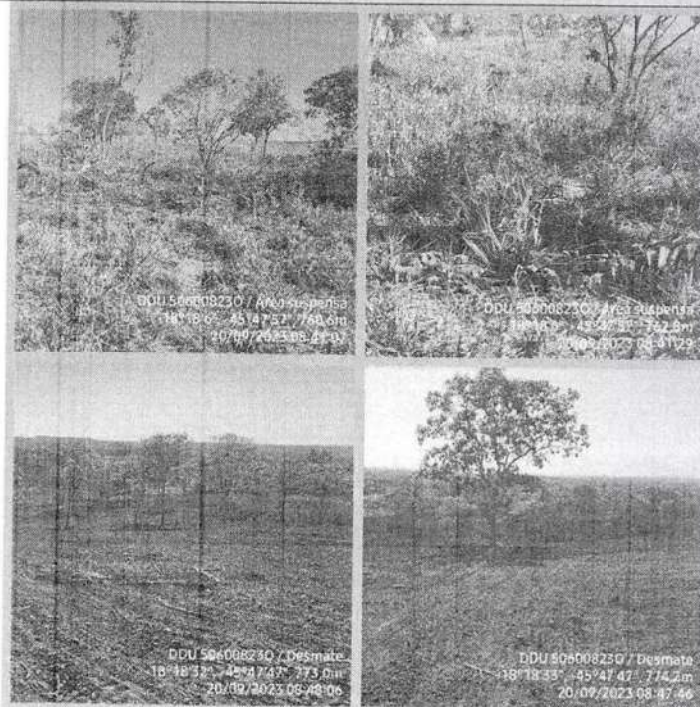




FOTO MEIO AMBIENTE 1



***** FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

***** FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

DESTINATÁRIO: 10° CIA PM Mamb

ENDEREÇO: Rodovia MGC 354 KM 171, Distrito Industrial
- Bairro Zona Rural

CIDADE: Patos de Minas/mg

CEP: 38706-731



REMETENTE: Hexa Consultoria Ambiental - Thiago Daydson de Camargos
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CEP: :
CIDADE: Unai - MG
OBS: Defesa Administrativa - AI 322402/2023

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



20

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) REGIONAL DE CONTROLE
PROCESSUAL DA SUPRAM ALTO PARANAÍBA

A/C: 10ª Companhia PM de Meio Ambiente

Auto de Infração: 322402/2023

THIAGO DAYDSON DE CARMARGOS, brasileiro, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado _____, nº _____ - Patos de Minas/MG, *data vênia*, inconformado com a autuação em epígrafe lavrada 18/03/2023, por intermédio de seus procuradores *in fine* assinados, com fundamento no art. 51, §1º do Decreto Estadual 47787/2019, artigo 58 do Decreto 47.383/2018 e demais normas que disciplinam a matéria, vem, *respeitosamente*, apresentar

DEFESA ADMINISTRATIVA

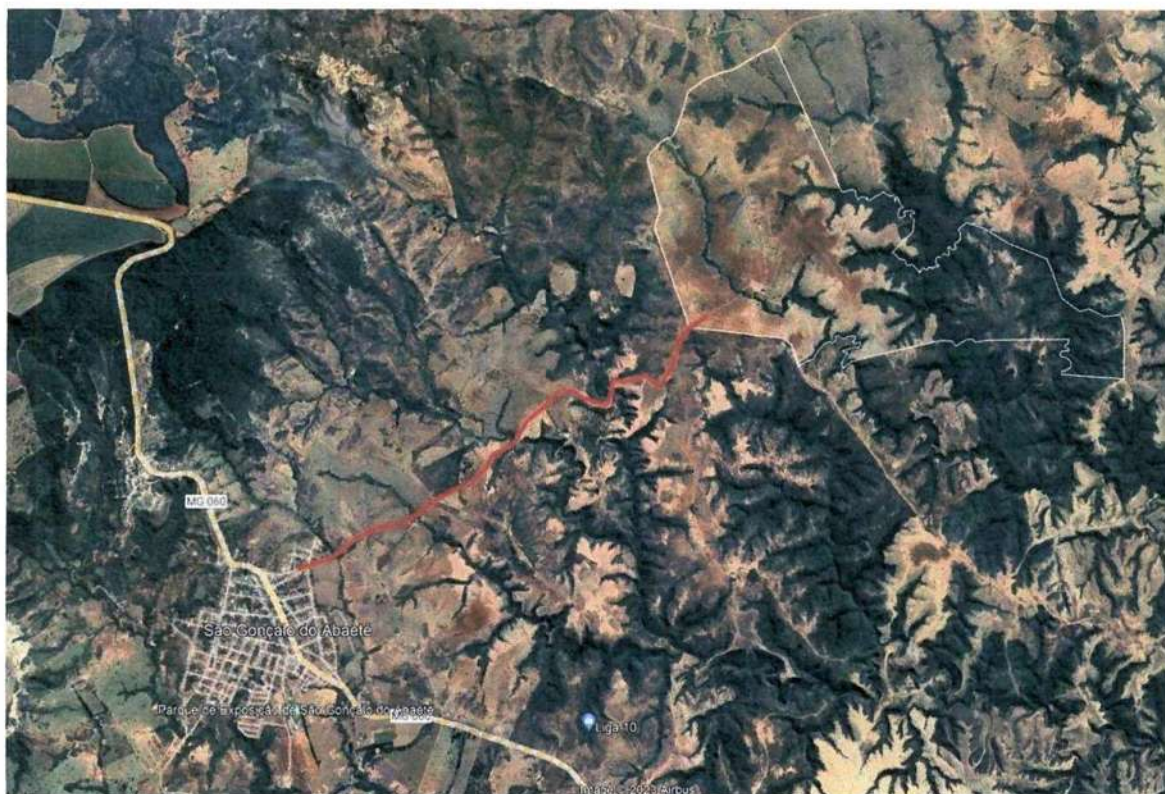
pelos fatos e fundamentos seguintes:

1. DOS FATOS

Q



No dia 23 de setembro de 2023 o empreendimento do autuado localizado na Zona Rural de Patos de Minas/MG, foi objeto de fiscalização pelos agentes da Policia Militar de Meio Ambiente.



Ocorre que os Agentes constataram supostamente as seguintes infrações:

INFRAÇÃO I: DESMATE EM ÁREA COMUM

"EXPLORAR, DESMATAR, DESTOCAR, SUPRIMIR, EXTRAIR, DANIFICAR OU PROVOCAR A MORTE DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, OU EM DESACORDO COM A LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL."

OBSERVAÇÕES: "SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 66,18 HA DE AREA EM ÁREA COMUM".

Lavradas no Decreto 47838/2020, Art. 3, anexo III, Código 301-A.



INFRAÇÃO II: INTERVENÇÃO EM RESERVA LEGAL

"EXPLORAR, DESMATAR, DESTOCAR, SUPRIMIR, EXTRAIR, DANIFICAR OU PROVOCAR A MORTE DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, OU EM DESACORDO COM A LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL"

OBSERVAÇÕES: SUPRIMIR E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 1,61 HA DE ÁREA EM RESERVA LEGAL.

Lavradas no Decreto 47838/2020, Art. 3, anexo III, Código 302-A.

INFRAÇÃO III: DIFICULTAR OU IMPEDIR REGENERAÇÃO AMBIENTAL

"RETIRAR OU TORNAR INSERÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE EXPLORAÇÃO, DESMATE, DESTOCA, SUPRESSÃO, CORTE OU EXTRAÇÃO DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, OU EM DESACORDO COM A AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA CONCEDIDA. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA VEGETAL, A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO ESTIVER SIDO RETIRADO: - CAMPO CERRADO: 16,67 M³/HA; - CERRADO SENSU STRICTO: 30,67 M³/HA; - CERRADÃO: 66,67M³/HA; - FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL: 46,67M³/HA; - FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL: 83,33M³/HA; - FLORESTA OMBRÓFILA: 133,33M³/HA. POR METRO CÚBICO DE LENHA;"

OBSERVAÇÕES: TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE SUPRESSÃO DE DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO., SENDO ESTIMADO 1130,28 M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA VEGETAL, A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO ESTIVER SIDO RETIRADO: - CAMPO CERRADO: 16,67 M³/HA;

Lavradas no Decreto 47838/2020, Art. 3, anexo III, Código 302-A.

INFRAÇÃO IV: IMPEDIR REGENERAÇÃO

"DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS



DE VEGETAÇÃO, EXCETO EM ÁREAS LEGALMENTE PERMITIDAS. EM ÁREA COMUM".

OBSERVAÇÕES: DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA COMUM. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS. DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA DE RESERVA LEGAL. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

FORAM SUSPENSAS AS ATIVIDADES NO LOCAL ATÉ SUA REGULARIZAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS. CONSTA NO AUTO QUE "O AUTUADO ENTERROU O RENDIMENTO LENHOSO GERANDO DURANTE A ATIVIDADE". NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR A APREENSÃO DO MATERIAL.

CALCULO FEITO PELA EQUIPE DA POLICIA MILITAR: "CONFORME TABELA BASE, EM 1.130,28 M³ DE RENDIMENTO LENHOSO E VALORADO EM 5.610,02 UFEMG".

Data vênua, o auto de infração não se presta ao fim proposto e deve ser julgado insubsistente, senão vejamos:

2. DA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À FORMAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

Referido auto **NÃO CONTÉM** os elementos indispensáveis à sua formação, previstos no art. 15 da Lei 7.772/80, vejamos:

Art. 15 - As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

§1º - Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

[Handwritten signature]



II - os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

IV - a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente;

V - a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta.

A ausência dos requisitos essenciais ao auto de infração torna-o nulo de pleno direito, pois viola o devido processo legal formal. Assim percebe-se de plano que o ato não atende ao requisito essencial da forma, inerente a qualquer ato administrativo.

Nesse sentido o julgado do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado:

EMENTA: Apelação Cível. Ação Anulatória. Multa de Trânsito. Ausência de requisitos do Auto de Infração. Nulidade. São nulos os autos de infração que não contêm os requisitos estabelecidos pelo art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro. Sentença mantida. Decisão por unanimidade. Processo: AC 2003203615 SE Relator(a): DESA. CLARA LEITE DE REZENDE Julgamento: 28/06/2004 Órgão Julgador: 2ª. CÂMARA CÍVEL.

Vislumbra-se que é dever do agente, descrever de forma clara os critérios que levaram a lavratura do auto. Ressalta-se que a lei não fala que "quando não constatadas não devem ser mencionadas", ao revés, é cogente que o agente esclareça a gravidade dos fatos, a situação econômica do autuado, a colaboração com o órgão ambiental, as atenuantes, entre outros. Quando ausentes, deve o agente justificar o porquê deixou de constá-las, para isso existem os relatórios de vistorias e boletins de ocorrências.

Referidos apontamentos identificam o perfil do autuado e a preocupação com o meio ambiente sustentável, se não fosse dever do agente fazer constá-las, para que o legislador trataria em artigo próprio e objetivo tais requisitos?



Em julgado recente o STJ aprecia uma demanda em que o agente não descreve todos os critérios no auto de infração;

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEITADA - DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - EMBARGO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS - AUSÊNCIA DE CRITÉRIO NA APLICAÇÃO DA SANÇÃO - FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA - RECURSO NÃO PROVIDO. (...)

3. De acordo com o Decreto Estadual nº 44844/2008, ao lavrar auto de infração e aplicar as penalidades cabíveis, deve-se observar a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos; os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual; a situação econômica do infrator, no caso de multa; a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta. (TJMG -Agravo de Instrumento-Cv 1.0209.14.007879-8/001, Relator(a): Des.(a) Hilda Teixeira da Costa, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/12/2015, publicação da súmula em 11/12/2015).

Assim, todos os critérios estabelecidos no sistema normativo vigente devem sim ser anotados no auto de infração e/ou fiscalização para orientação tanto da defesa quanto da equipe julgadora.

Portanto, mencionado auto não pode prevalecer por não conter os requisitos essenciais à sua existência e total desobediência à forma prevista em lei e, por isso, deve ser julgado insubsistente, nulo e, por conseguinte, devidamente cancelado.

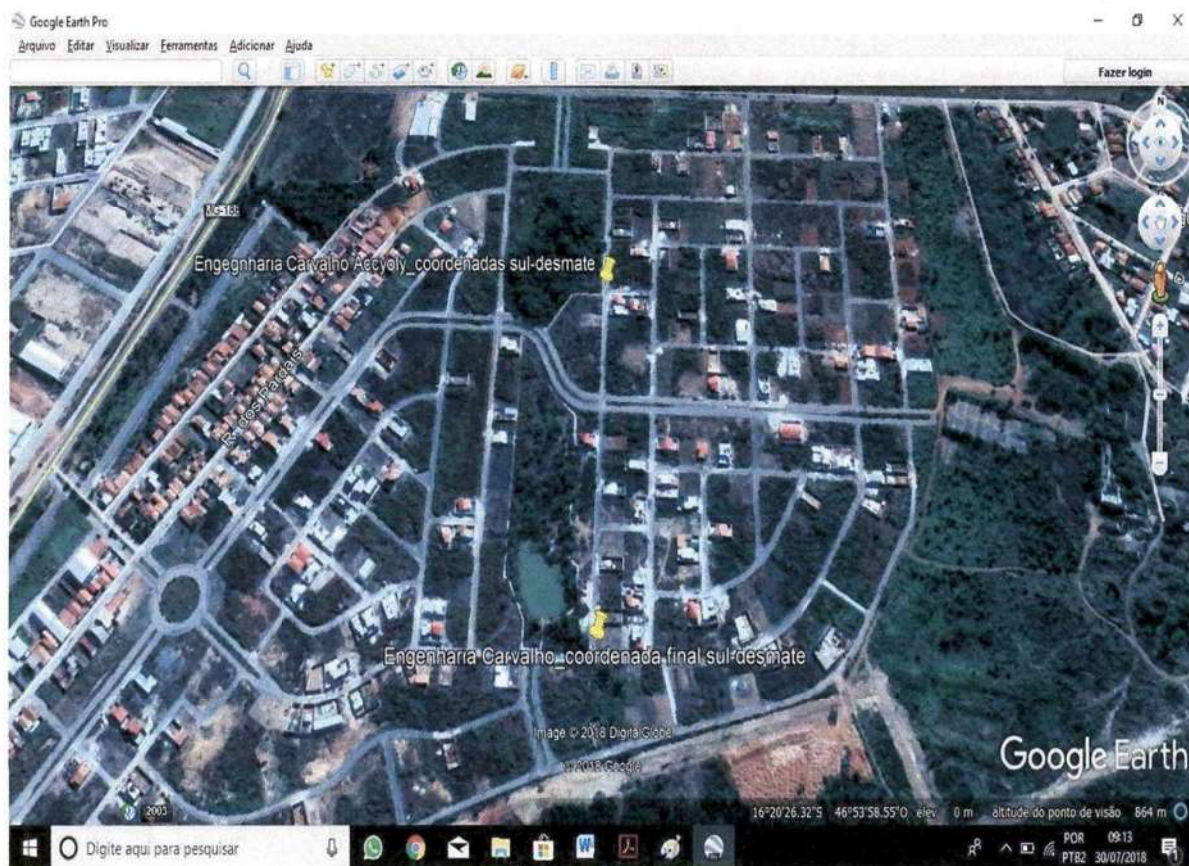
3. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA

Não obstante as inúmeras ilegalidades, o agente ainda deixa de indicar os pontos geográficos da infração, o que cerceou a

[Handwritten mark]



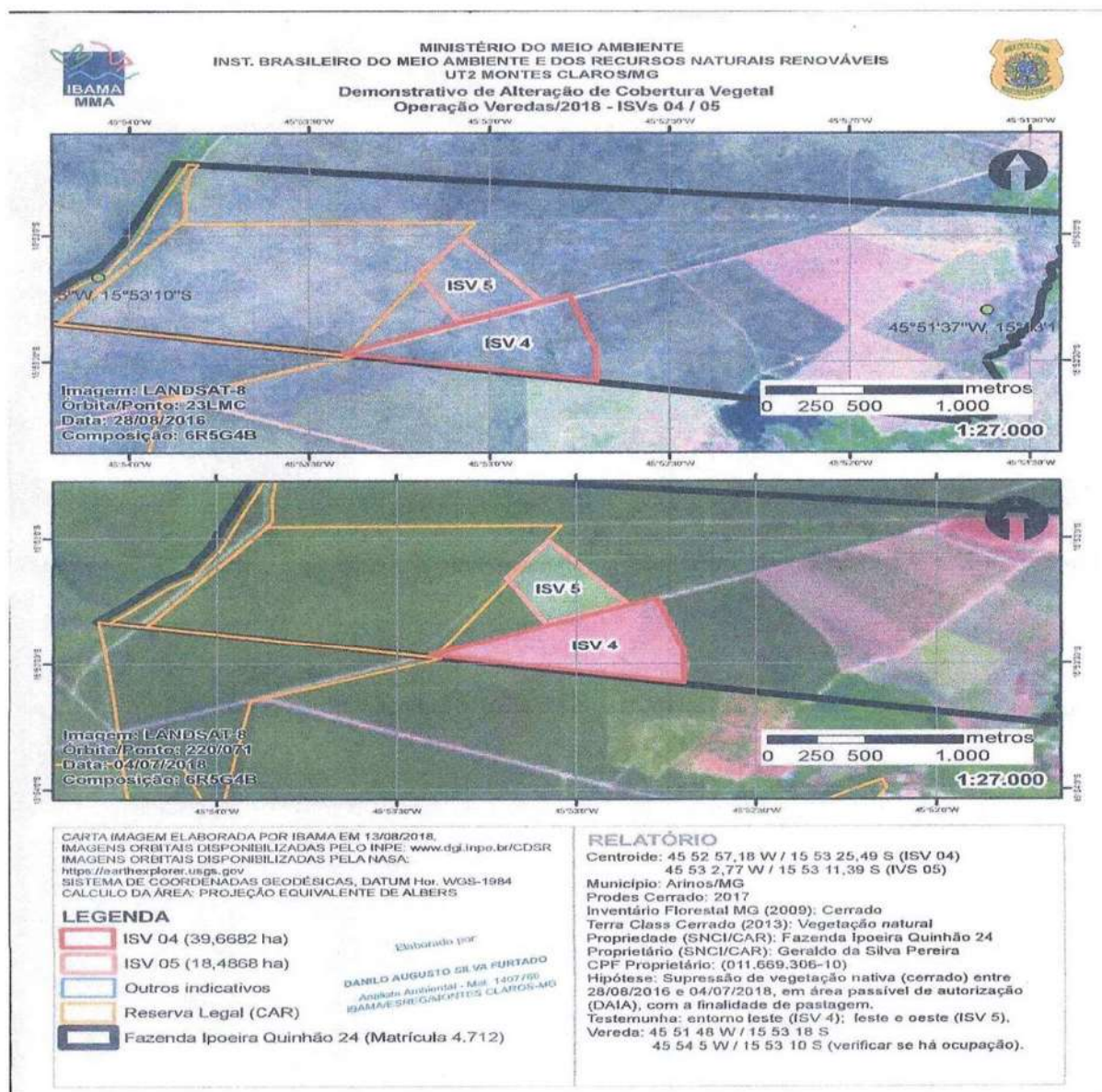
27



Percebe-se que ao delimitar os pontos, foi possível compreender onde iniciou e onde finalizou o desmate, mas ainda assim não foi possível determinar se ocorreu para o leste ou oeste.

Vale destacar, bem por isso que o IBAMA, ao imputar multas que demandam delimitação das áreas, a fim de permitir ao recorrente tomar conhecimento exato da infração, apresenta inclusive mapa contendo todos os pontos de "amarração" da infração, vejamos:

Q



Em Reunião Extraordinária da URC-COPAM para julgar os recursos interpostos contra autuações ambientais, em especial "desmate", o técnico da SUPRAM Sérgio Nascimento afirmou que não é fornecido ao recorrente dados da fiscalização, apenas indicado o ponto inicial, o que indubitavelmente cerceia a defesa do recorrente. Disse ainda que uma medição precisa de equipamentos mais sofisticados e conhecimento de agrimensura.



Assim, considerando que as coordenadas apresentadas não possuem a finalidade processual desejada ante a impossibilidade de se aferir a delimitação total das áreas, requer que sejam estas apresentadas, como medida de justiça, sob pena de cerceamento de defesa, e em última análise, nulidade do procedimento administrativo.

4. AUSÊNCIA DE EXAME TÉCNICO. INFRAÇÃO MATERIAL. IMPRESCINDIBILIDADE

O processo administrativo que de em debate deixou de anexar relatório técnico da fiscalização elaborado por PROFISSIGNAL CAPACITADO, documento indispensável nas autuações materiais, ou seja, que deixam vestígios.

Vislumbra-se do auto de infração que não houve exame técnico cabal que ateste a materialidade da infração. Portanto, inexistindo prévio exame técnico acerca da infração material, não há que se falar em autuação.

É a jurisprudência:

CRIME AMBIENTAL - INFRAÇÃO QUE DEIXA VESTÍGIOS PROVA PERICIAL - NECESSIDADE DE LAUDO PERICIAL. 1- Para caracterizar a infração prevista no art. 56 da Lei 9.605/98, referente a comercialização, armazenagem, guarda ou ter em depósito substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos tratando-se de delito que deixa vestígios, mostra-se imprescindível a prova pericial para demonstrar a materialidade da infração da substância apreendida. Recurso desprovido. (TJMG, 1.04 53.07.011208-2/001, Rel. Des. ANTONIO ARMANDO DOS ANJOS, 07/07/2011).

A realização de perícia in loco por profissional capacitado mostra-se imprescindível, pois impede que agentes que detêm o poder de autuar, contudo, incapacitados tecnicamente, emitam



autuações de maneira demasiada, em valores exorbitantes que acarretam até mesmo a paralização das atividades.

Ademais, a Lei Estadual 14.184/2002 que regula o processo administrativo prevê a possibilidade do interessado requerer perícia, senão vejamos:

Art. 27- O interessado pode, na fase de instrução, requerer diligência e perícia, juntar documento e parecer e aduzir alegação referente a matéria objeto do processo.

Logo, frente a ausência de laudo técnico, omissão e inconsistência das informações, deve o auto de infração ser declarado nulo.

5. INCOMPETÊNCIA DO PM EM RAZÃO DO CREA,

O Boletim de Ocorrência e o Auto de Infração comprovam que o servidor público militar, realizou a fiscalização. Referido agente NAO POSSUI capacidade técnica para o ato, faltando-lhe a habilitação no devido conselho para aplicar a sanção imputada a recorrente (desmate), pois trata-se notadamente de apenas uma limpeza de área antrópica consolidada. Ademais trata-se de uma área de servidão para passagem da linha de energia elétrica.

Tratando-se de infração que deixa vestígios no mundo físico, o ato de "desmatar" configura uma infração material e como tal demanda a existência de perícia para a confirmação de sua existência.

Somente através de investigação técnica/científica é possível averiguar o suposto desmate e se este foi capaz de causar algum dano e saúde pública, dentre outras circunstâncias.



In casu, NAO HOUVE EXAME TÉCNICO cabal que ateste a materialidade da infração.

Em que pese a Lei Estadual contemplar a delegação a PMMG o poder para exercer fiscalização e autuação ambiental, temos que as penalidades decorrentes de infrações matérias não podem ser aplicadas por seus agentes, pois prescindem de constatação técnica, prerrogativa daqueles profissionais mencionados na Lei Federal 5.194/66.

Nesta seara, são inconstitucionais as normas estaduais e convênios de cooperação contrários a Lei hierarquicamente superior, especialmente, no que tange a permissão a agentes não habilitados realizarem serviços que dependam de habilitação técnica e registro no CREA.

E o entendimento jurisprudencial:

AÇÃO PENAL. CRIME AMBIENTAL. [ARTIGO 39 C/C ART. 53, II C DA LEI 9.605/98] SENTENÇA CONDENATORIA. RECURSO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DIANTE DA AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL. ELEMENTAR DO TIPO "CORTE EM FLORESTA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE" QUE DEVE SER COMPROVADA POR LAUDO TÉCNICO. IMPRESCINDIBILIDADE DO LAUDO PERICIAL ANTE AUSÊNCIA DE PROVA CONTUNDENTE DA MATERIALIDADE. NOTIFICAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAIS ELABORADOS PELA POLÍCIA AMBIENTAL. AUSÊNCIA DE CONHECIMENTO TÉCNICO. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-SC, Relator: Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, Data de Julgamento: 28/08/2013, Quarta Câmara Criminal Julgado).

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais já manifestou nos autos do processo administrativo nº 558388/18, em tramite na SUPRAM NOR, o qual foi declarado nulo o auto de infração lavrado por agente incompetente (policia militar), onde declarou que tais práticas (plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de arquitetura e

[Handwritten signature]



de agronomia, são privativas aos profissionais regularmente inscritos no CREA não podendo estes serem substituídos por agentes de tais qualificações, sob pena de violação da Lei Federal 5.194/66 e da Resolução 51/2013.

Convém, outrossim, importância do tema esmiuçado ao passo que o próprio Congresso Nacional através do PL 6.699/2002 tende a criminalizar o exercício irregular da profissão de engenheiro.

O relator do Projeto de Lei, Deputado Ronaldo Lessa ressaltou que: "seja feito de forma legítima ética responsável e segura". E questionou: "Imagina fazer obras, reformas ou qualquer tipo de intervenção sem o devido preparo técnico, adquirido em anos de estudo"?

Ele mesmo lembrou situações irregulares que significaram a ocorrência de acidentes e desastres, com vítimas, até fatais, prejuízos financeiros e patrimoniais. Por isso, prosseguiu, "a obrigação dessa casa é buscar um exercício profissional com proteção efetiva da sociedade".

A realização da perícia in loco por profissional capacitado mostra-se imprescindível, pois impede que agentes que detêm o poder de autuar, contudo, incapacitados tecnicamente, emitam autuações de maneira demasiada, em valores exorbitantes que acarretam até mesmo a paralização das atividades.

Logo, frente a ausência de conhecimento técnico do agente autuante que levou a inconsistência das informações, bem como em atendimento ao princípio constitucional da isonomia, requer seja declarado nulo o auto de infração impugnado.



6. INCOMPETÊNCIA DO FISCAL - AUSÊNCIA DE TREINAMENTO PRÓPRIO - LEI FEDERAL

O auto de infração foi imputado por agente da PMMG, inabilitado para atestar espécie de vegetação e para mensurar material lenhoso, informações indispensáveis a constatação da infração e de prerrogativa de profissionais habilitados e inscritos nos respectivos conselhos (CREA), nos termos da Lei Federal 5.194/66.

Consoante art. 13 do referido diploma legal, "os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei".

Nota-se, que a fiscalização foi realizada por agente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) que, não possui o conhecimento técnico necessárias para afirmar que houve desmate, ou seja, INABILITADO para atestar esse tipo de infração, apesar da conhecida capacidade e seriedade dos agentes militares.

Em que pese a Lei Estadual contemplar a delegação a PMMG do poder para exercer fiscalização e autuação ambientais, as penalidades decorrentes de infrações materiais não podem ser aplicadas por seus agentes, pois prescindem de constatação técnica, prerrogativa daqueles profissionais mencionados na Lei Federal 5.194/66 (que regula o exercício das profissionais de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e da outras providencias).



Consoante artigo 13 do referido Diploma legal, "os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei".

E certo que o agente fiscalizador e/ou autuador não está revestido da capa da isenção que todo ato administrativo deve conter. In casu, há uma violação clara dos princípios da legalidade e da imparcialidade insertos no artigo 37 da constituição Federal de 1988.

O grande doutrinador Edis Milare também coaduna com esse entendimento ao fazer uma analogia com o artigo 61 do Decreto n° 6.514/2008:

"Já na hipótese do art. 61 do mesmo diploma, a sanção somente poderá ser aplicada se – após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração - restar demonstrado que a poluição gerou efetivamente riscos ou afetou desfavoravelmente a saúde humana, provocou a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade. Evidentemente esses conceitos são abertos que só poderão ser preenchidos diante de cada caso, à luz do critério da razoabilidade" (MILARÉ, Edis, Direito do Ambiente- 9ª edição. São Paulo RT, 2014, pág.356/357) (grifo nosso).

Percebe-se que para haver uma sanção nos moldes pretendidos pelo agente autuante, este deveria comprovar através de laudo técnico a dimensão do dano, o que incorreu por culpa exclusiva da administração pública.

Nesse sentido recente julgado do Tribunal de Justiça deste Estado, senão vejamos:



EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CAUTELAR - SUSPENSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - PRELIMINAR PARCIALMENTE ACOLHIDA - MULTA E SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES - UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - INTERVENÇÕES QUE ALTERAM OS RECURSOS HÍDRICOS SEM OUTORGA - INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA AUTUAR E APLICAR SANÇÃO COMINATÓRIA - CONFLITO COM NORMA FEDERAL - MEDIDA LIMINAR - REQUISITOS - PRESENÇA - RECURSO PROVIDO. - Os agentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que não possuem conhecimento técnico específico na área ambiental e não detêm competência administrativa para aplicar sanção cominatória em decorrência de irregularidades ambientais, devendo se limitar à lavratura de autos de constatação, comunicando os fatos apurados aos órgãos competentes. (Agravado de Instrumento -Cv1.0572.16.002419-4/001 - 0711494-22.2016.8.13.0000 (1) Relator(a) Des.(a) Wilson Benevides Órgão Julgador / Câmara Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL Súmula - Comarca de Origem Santa Bárbara- Data de Julgamento;31/10/2017- Data da publicação da súmula;14/11/2017) (grifamos).

Logo, frente a ausência do exigido conhecimento técnico do agente autuante, laudo técnico, omissão e inconsistência das informações, deve o auto de infração ser declarado nulo.

7. DA AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO – USO ANTRÓPICO CONSOLIDADO

Em 23/09/2023 foi lavrado o Auto de Infração pela Polícia Militar Ambiental, cujas infrações são:

- I- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 66,18 HA DE ÁREA COMUM;
- II- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 1,61 HA DE ÁREA EM RESERVA LEGAL;
- III- TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE SUPRESSÃO DE DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO, SENDO ESTIMADO 1.130,28M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO ESTIVER SIDO RETIRADO – CAMPO CERRADO: 16,67M³/HA;



IV- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA COMUM. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

V- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA DE RESERVA LEGAL. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

A respeito da infração I, impende notar que, as atividades de Pecuária Extensiva são desenvolvidas na **FAZENDA SÃO GONÇALO** A mais de 20 anos pelo antigo proprietário do imóvel. É importante ressaltar que quando o autuado adquiriu a propriedade a área há era antropizada. conforme o art.2º do DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 que define:

III – área rural consolidada: a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividade agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Imagem de 2007

[Handwritten signature]

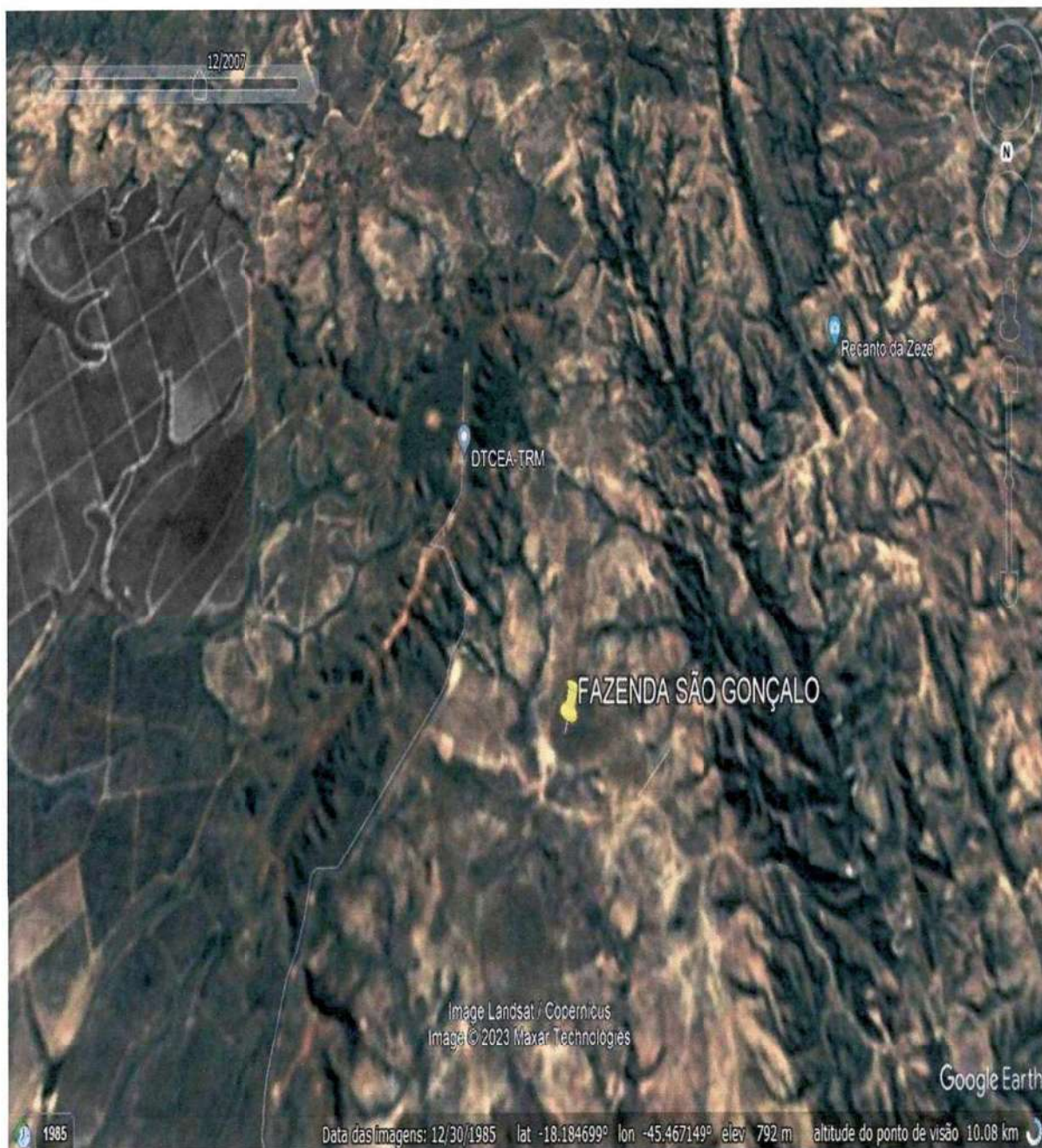
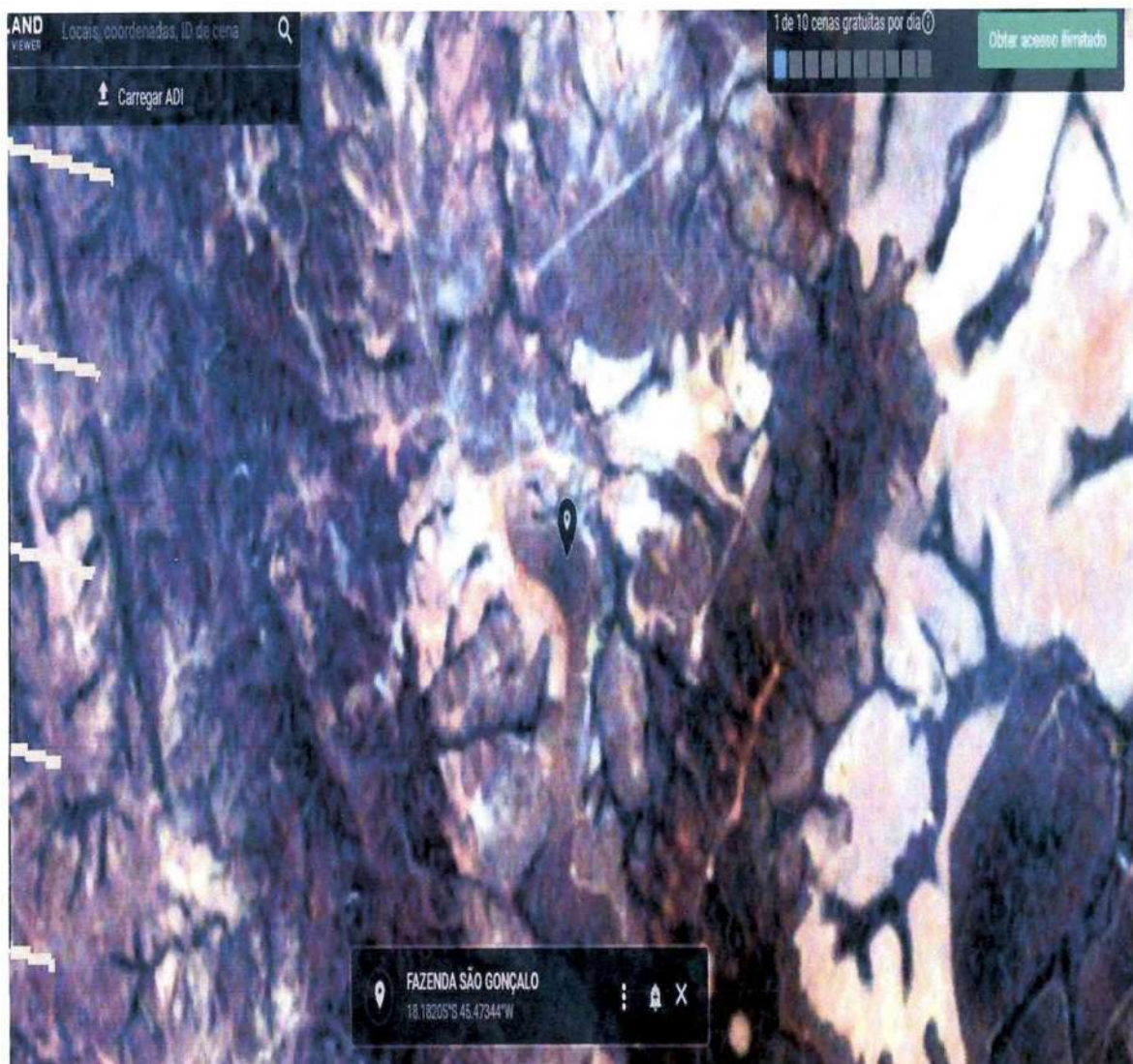


Imagem de 2008

[Handwritten signature]



30
[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



Vale salientar que as APP's - Áreas de Preservação Permanentes e a Reserva Legal da Fazenda sempre foram protegidas conforme imagem a seguir.

Imagem de 2011



[Handwritten signature]



Imagem 2014





Imagem de 2023



Fato é que analisando as imagens desde antes de 2008 até 2023 fica mais que comprovado que não houve desmatamento ilegal na propriedade, pois as mesmas apresentam a mesma configuração ambiental, sem retirada de árvores isoladas no local, conforme demonstra laudo em anexo.

O que de fato se percebe pelas imagens é que, as fotografias obtidas através do satélite estão com resoluções diferentes. A fotografia do ano de 2011 está em alta resolução, apresentando um aspecto de coloração esverdeada, levando à falsa percepção de que haveria vegetação nativa no local, todavia, ao aplicar o zoom na imagem, é possível verificar que a vegetação é a mesma de 2023, e que de fato o que houve foi apenas a limpeza da área.

A imagem do ano de 2023 está mais clara devido ao fato de o solo estar exposto, devido à retirada da galhada e o plantio de uma nova pastagem, pelo que não se pode afirmar que



atuado suprimiu vegetação sem Licença ou Autorização do órgão ambiental.

A limpeza e a reforma da pastagem realizada no empreendimento é procedimento muito comum, utilizado para melhora da qualidade do pasto para o gado, não teve rendimento lenhoso, sendo o mesmo considerado abaixo de 18st/ha/ano, sem afetar e comprometer a qualidade ambiental das áreas de proteção (Reserva Legal e APP), como pode-se ver também nas imagens acima.

Ainda de acordo com o DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, define-se: I - limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento lenhoso de até 8 st/ha/ano (oito metros estéreos por hectare por ano) em área localizada no Bioma Mata Atlântica e 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, desde que realizada em área rural consolidada ou cuja supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo;

Ou seja, não houve corte ou aproveitamento de árvores isoladas, inclusive comprova-se pelas imagens e fotos recentes que as mesmas se encontram espalhadas por toda propriedade.

Importante lembrar que ÁREA RURAL CONSOLIDADA é instituto criado pelo Código Florestal:

IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações,



benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio; (Lei Federal nº 12.651)

Observa-se que a narrativa do auto de fiscalização faz parecer que o autuado teria iniciado, do zero, toda uma atividade na área autuada, desbravando mata de cerrado fechado para conquistar a região, até então intocada e preservada.

Contudo, conforme imagens de satélite resgatadas, **A ÁREA JÁ É OBJETO DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS DESDE PELO MENOS 2008.**

Assim, nos últimos 15 anos não ocorreu qualquer desmate naquela área, a atividade foi de limpeza de área.

A limpeza de área foi realizada por grade, sendo a vegetação apenas de porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento inferior a 18st/há.

Assim, ao contrário do que foi descrito no auto de fiscalização e infração, além da área já ser objeto de ocupação antrópica há mais de 16 anos, o que ocorreu na propriedade do autuado foi uma LIMPEZA DE ÁREA.

Conforme preconiza o art. 2º, inciso XI do Decreto Estadual nº 47.749/2019, o conceito de limpeza de área é:

Art. 2º Para efeitos deste decreto considera-se:
(...)

XI - limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada (1) vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, (2) com rendimento lenhoso de até (...) 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, (3) desde que realizada em área rural consolidada ou cuja (3.1) supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo; G.N.



Já a Lei Federal nº12651/2012 descreve o que é uso antrópico consolidado, a saber:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Portanto, ao percorrer o auto de fiscalização e infração, percebe-se que o suposto desmate narrado, não passa de uma simples limpeza de área, procedimento que sequer exige autorização ambiental.

INFRAÇÃO II

A área de Reserva Legal do imóvel está declarada no CAR do imóvel com área total de 92,1953 ou seja 20% do total da área de 460,97 ha cumprindo o que se pede a Lei.

Se observarmos as coordenadas citadas no Auto de Infração, podemos verificar que as mesmas estão totalmente fora do perímetro do imóvel, o que impede a análise da suposta infração aqui discutida, uma vez que, a imagem de 2023 confirma a preservação das áreas de Reserva Legal do imóvel.



Imagem 05: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2023.

Fonte: Google Earth.

Se analisarmos as imagens desde 2008 até 2023 fica mais que comprovado que não houve desmatamento ilegal na propriedade em 2023, pois as mesmas apresentam a mesma configuração ambiental, sem retirada de árvores isoladas no local.

O que de fato se percebe pelas imagens é que, as fotografias obtidas através do satélite estão com resoluções diferentes. A fotografia do ano de 2011 está em alta resolução, apresentando um aspecto de coloração esverdeada, levando à falsa percepção de que haveria vegetação nativa no local, todavia, ao aplicar o zoom na imagem, é possível verificar que a vegetação é a mesma de 2023, e que de fato o que houve foi apenas a limpeza da área.

A imagem do ano de 2023 está mais clara devido ao fato de o solo estar exposto, devido

[Handwritten signature]



à retirada da galhada e o plantio de uma nova pastagem, pelo que não se pode afirmar que o Sr. Thiago suprimiu vegetação sem Licença ou Autorização do órgão ambiental.

A limpeza e a reforma da pastagem realizada no empreendimento é procedimento muito comum, utilizado para melhora da qualidade do pasto para o gado, não teve rendimento lenhoso, sendo o mesmo considerado abaixo de 18st/ha/ano, sem afetar e comprometer a qualidade ambiental das áreas de proteção (Reserva Legal e APP), como pode-se ver também nas imagens acima.

Ainda de acordo com o DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, define-se: I - limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento lenhoso de até 8 st/ha/ano (oito metros estéreos por hectare por ano) em área localizada no Bioma Mata Atlântica e 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, desde que realizada em área rural consolidada ou cuja supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo;

Ou seja, não houve corte ou aproveitamento de árvores isoladas, inclusive comprova-se pelas imagens e fotos recentes que as mesmas encontram-se espalhadas por toda propriedade.

A área de Reserva Legal do imóvel está declarada no CAR do imóvel com área tota de 92,1953 ou seja 20% do total da área de 460,97 ha cumprindo o que se pede a Lei.



Se observarmos as coordenadas citadas no Auto de Infração, podemos verificar que as mesmas estão totalmente fora do perímetro do imóvel, o que impede a análise da suposta infração aqui discutida, uma vez que, a imagem de 2023 confirma a preservação das áreas de Reserva Legal do imóvel.



Imagem 05: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2023.

Fonte: Google Earth.

Ainda comprova-se pela imagem de 2014 que a qualidade destas áreas de Reserva Legal até o ano de 2023 é real no imóvel.



Imagem 06: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2014

Fonte: Google Earth.



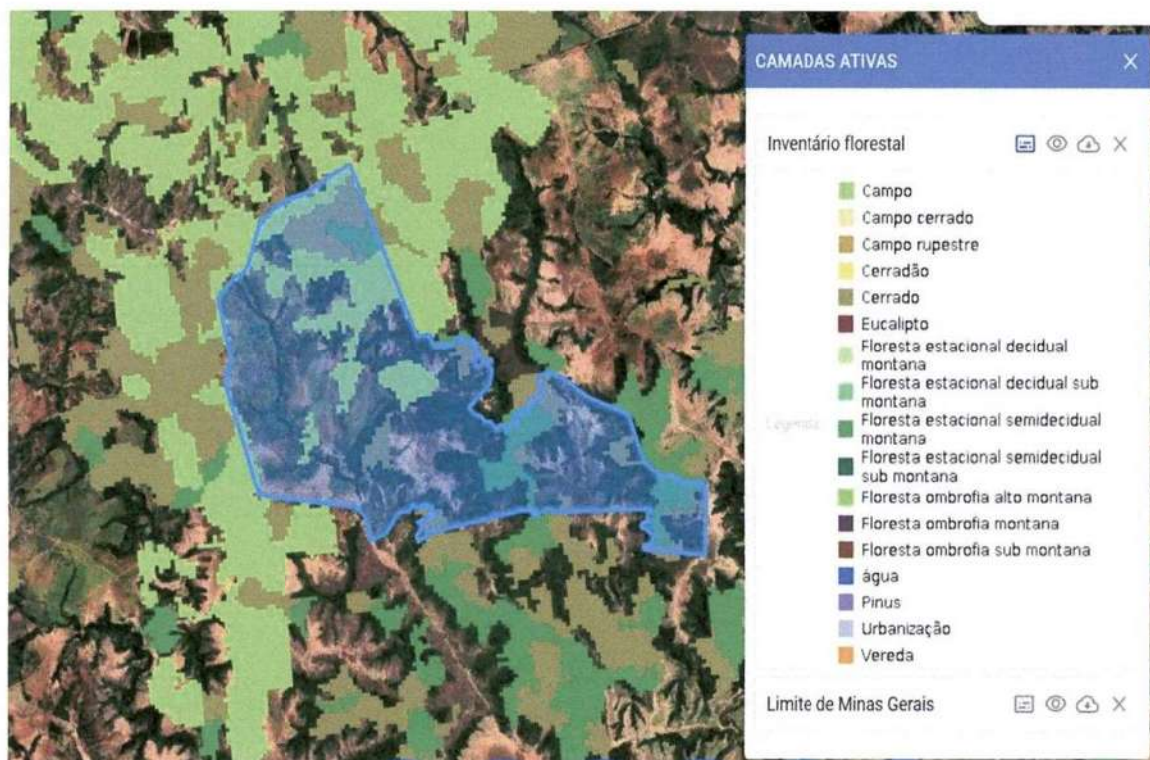
Ou seja, de 2014 a 2023 a Reserva legal teve um ganho ambiental pelo aumento da vegetação natural e sua preservação. Portanto faz-se necessário uma análise crítica dos fatos para real situação da Reserva legal.

INFRAÇÃO III



Handwritten signature in the top right corner.

Foi possível comprovar através das imagens e através do levantamento de campo realizado pela Ilustre Engenheira Fernanda, que antes mesmo do autuado adquirir o imóvel "Fazenda São Gonçalo", a propriedade rural já havia sido completamente desmatada de sua vegetação nativa original em datas antecedentes a Julho de 2008. Posteriormente, houve na Fazenda somente limpeza de pastagens, com a retirada de vegetação de porte pequena e rasteira, sendo a tipologia natural da região Campo/Cerrado, que se caracteriza por ser "um tipo de vegetação campestre, com predomínio de gramíneas, pequenas árvores e arbustos bastante esparsos entre si e árvores geralmente isoladas. Trata-se de uma transição entre o campo e os demais tipo de vegetação". Podemos confirmar estes dados na imagem 06 retirada da plataforma do Sisema IDE- Infraestrutura de Dados Espaciais.



Handwritten signature in the bottom right corner.

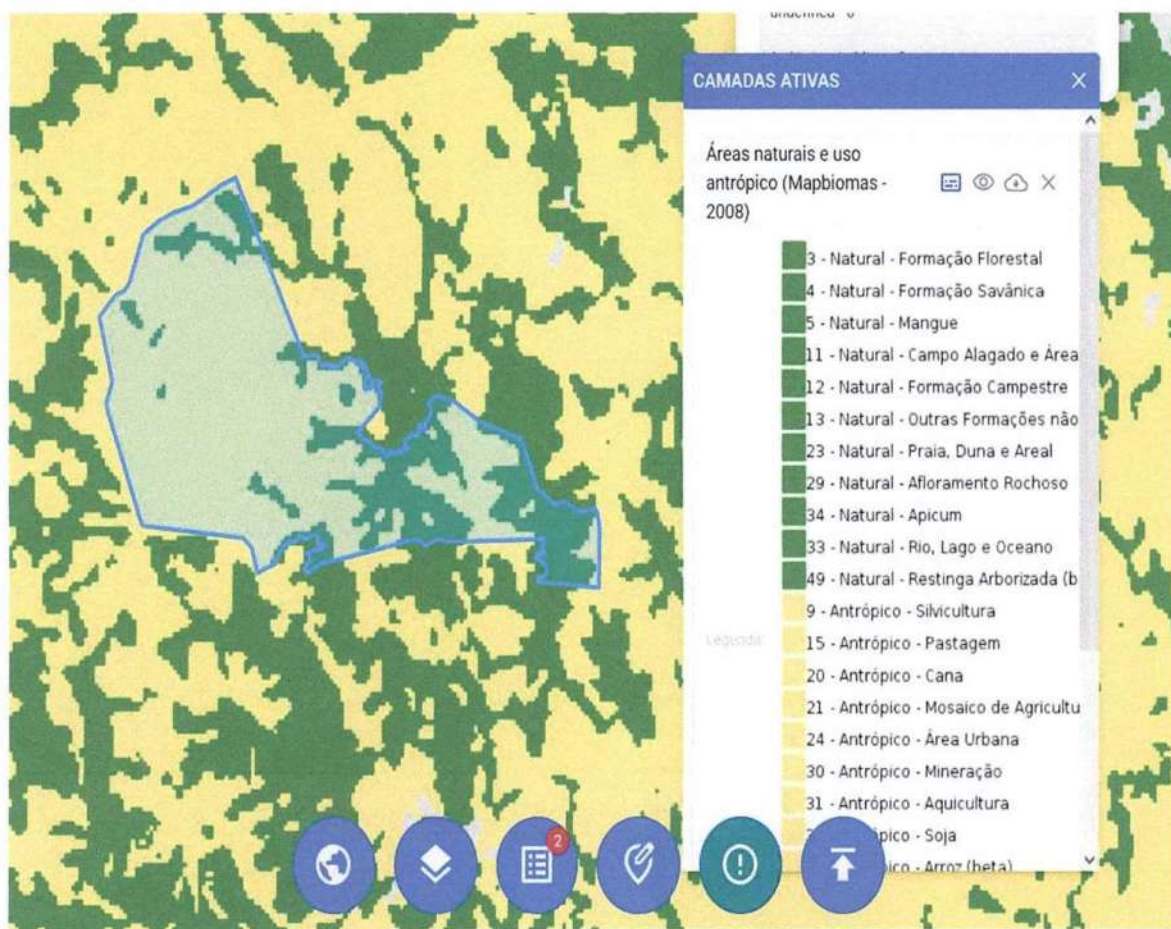


Imagem 07: Classificação do empreendimento no IDE como Campo e em algumas partes Cerrado.

Fonte: IDE Sisema.

Outra análise realizada pelo IDE SISEMA, Mapbiomas-2008 nos relata a utilização do solo da propriedade Fazenda São Gonçalo em 2008, em sua maioria com Pastagem

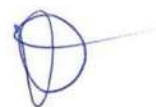
consolidada, segue imagem:



**Imagem 08: Classificação da área
no IDE - Sisema. Fonte: IDE -
Sisema**

Portanto a volumetria estimada no Auto de Infração de
(1.130,28M³) de lenha está totalmente fora dos parâmetros
técnicos, levando em consideração que trata-se de uma Limpeza
de área, sem corte de árvores, ou seja, sem volume de lenha,
tratando-se de uma vegetação de Campo, comprovada pelas
imagens acima.

Esta descrição da volumetria do BO foi feita sem um estudo
técnico aprofundado da área, levando em consideração se tratar





de uma tipologia Cerrado, o que onerou o volume da lenha. Pede-se um Laudo Técnico Pericial com análise da vegetação testemunho no local e baseado nas imagens de 2008 a 2023, que nos mostra que não houve alteração da qualidade ambiental do empreendimento, ou seja, a vegetação existente em 2014 (Árvores isoladas) é a mesma existente em 2023.

INFRAÇÃO IV

Desde que o senhor Thiago comprou a propriedade em Novembro de 2022 o mesmo não operou qualquer atividade no empreendimento, pois estava aguardando melhorias em benfeitorias, infraestrutura, reforma da pastagem e demais investimentos no imóvel para a continuidade das atividades de Pecuária, inclusive não existe animais no local, desde então.

Destaque-se que o então proprietário já procedeu a regularização do empreendimento, antes mesmo de dar início às atividades, cumprindo com todas as Leis Ambientais, bem como a solicitação do Licenciamento Ambiental o qual gerou o Certificado de LAS/RAS N° 1349/2023 para atividade de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e também solicitou a Regularização do uso de água na propriedade, que gerou o Certificado de Outorga n°. 1704817/2023 e Certificado de Uso Insignificante n° 403178/2023 para Consumo humano e Dessedentação animal. ✓

O auto de infração n° 322402/2023 cita que o Sr. Thiago impediu a regeneração natural da vegetação em sua propriedade, no entanto, conforme análise das imagens de satélite a propriedade já se encontrava consolidada, suas áreas comuns já estavam convertidas em pastagem em data anterior a 2008, e a reforma da pastagem realizada em meados ✓



de Setembro de 2023 foi realizada para a implantação das atividades de Pecuária no empreendimento. Posteriormente foi realizado o plantio da pastagem na sequência da limpeza conforme já descrito no laudo em anexo.

INFRAÇÃO V

Assim como não houve Intervenção Ambiental nas Áreas de Reserva Legal como já descrito neste Relatório, também não houve impedimento a Regeneração Natural das mesmas, eis que, conforme comprova-se pelas imagens, a Vegetação nativa das áreas de Reserva Legal do imóvel aumentou do período de 2014 até 2023, sendo inapropriado o que cita o item V do Auto de Infração nº 322402/2023.

MEDIDAS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

A propriedade está totalmente georreferenciada e possui o CAR - Cadastro Ambiental Rural, além da Licença Ambiental e Outorga, ou seja, o proprietário tem a total preocupação com as leis e normas ambientais e as mesmas são seguidas e implementadas no empreendimento.

Além da preservação das árvores nativas espalhadas pela propriedade e a fim de evitar possíveis impactos ambientais, foram executadas as seguintes ações de manejo e conservação dos solos e da água no empreendimento: Compactação e cascalhamento das estradas; Construção de canaletas para redirecionamento das águas pluviais; Construção de bolsões para retenção da água das chuvas; Construção e acentuação das curvas de nível na área de pastagem; Regeneração de cobertura



vegetal e espécies nativas em partes da área do empreendimento, APP'S e Reserva Legal.

A seguir apresentamos registros fotográficos que comprovam a implementação das medidas de controle, reafirmando o compromisso do empreendedor com a preservação e manutenção da qualidade ambiental de seu empreendimento.



Foto 01: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas

[Handwritten signature]



Foto 02: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 03: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas

[Handwritten signature]



56
[Handwritten signature]



Foto 04: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas ✓

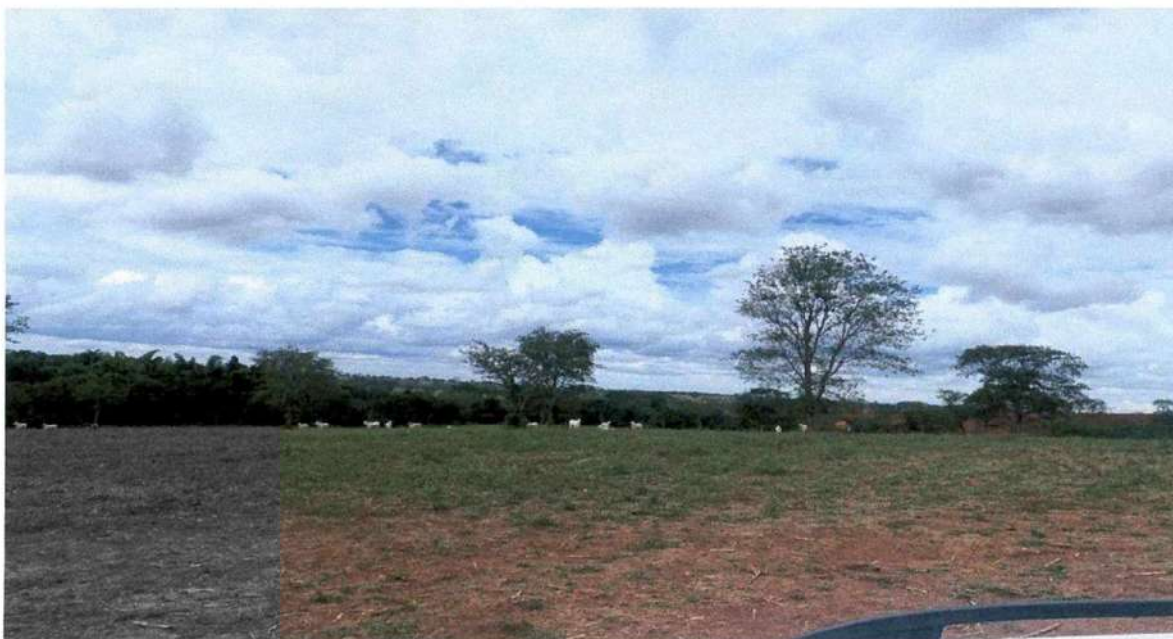


Foto 05: Área de Pastagem Consolidada ✓

[Handwritten signature]



Foto 06: Área de Pastagem Consolidada



Foto 07: Área de Pastagem Consolidada

[Handwritten signature]



Foto 08: Vista da Área de Pastagem Consolidada

Desde quando o autuado adquiriu a propriedade, o empreendimento já estava consolidado para atividade de pastagem, tendo apenas as áreas de APP, a fim de garantir o ganho ambiental ao empreendimento, o mesmo adquiriu uma gleba de área fora do empreendimento e averbou esta área como de Reserva Legal do empreendimento. Averbada no CAR com área de 20% exigidos pela Lei.

Esta área de Reserva Legal do empreendimento está totalmente conservada e preservada conforme imagens já anexas a este Relatório.

Diante de todo levantamento técnico e ambiental é possível constatar que não houve Intervenção Ambiental no empreendimento em desacordo com as leis ambientais, haja vista que a Limpeza e Reforma da pastagem no empreendimento

[Handwritten signature]



está prevista na lei ambiental como direito do empreendedor, desde que a área já se encontre consolidada, como é o caso em concreto.

As medidas e ações de controles ambientais aplicados são de significativa importância na melhoria da qualidade ambiental do empreendimento, sendo possível o desenvolvimento sustentável das atividades de Pecuária com o Meio Ambiente.

8. DO DESEMBARGO DA ÁREA AUTUADA

A área autuada foi objeto de fiscalização e autuação, ocasião em que foram embargadas as atividades. Contudo, a aplicação do embargo não está sujeita à discricionariedade do agente, mas depende do enquadramento em circunstâncias elencadas na Lei.

O embargo, por ser uma medida extremada e que inegavelmente induz impactos sociais e econômicos, deve ser criteriosa e os questionamentos que sobre ela recaiam, apreciados com celeridade para se evitar ônus e prejuízos indevidos.

O agente aplica embargo sem nenhum respaldo técnico, ao avesso da lei.

In casu, não há que se falar em desmate ou suspensão de atividades, caso tenha ocorrido algum desmate, este foi anterior ao marco legal estabelecido pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012). A restrição imposta pelo agente, que suspendeu as atividades, não guarda a devida proporcionalidade frente regularidade do empreendimento.



É cediço que o princípio da proporcionalidade, basilar no Estado Democrático de Direito, é instrumento regulador da atuação do aparelho estatal. Para o festejado jurista **HELY LOPES DE MEIRELLES**:

"A proporcionalidade imposta pela Administração e o benefício social que se tem em vista, sim, constitui requisito específico para validade do ato de polícia, como também a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, quando se tratar de medida preventiva".

O princípio da proporcionalidade, decomposto nos elementos necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, pode ser aplicado em qualquer ordenamento jurídico, revelando-se como um imperativo a ser observado pelos operadores das leis.

No caso das normas ambientais, principalmente naquelas onde se impõe a restrição de direitos fundamentais em prol da conservação da natureza, sua observância se faz com maior peculiaridade, pois os interesses, ao mesmo tempo em que são colidentes, se apresentam mutuamente dependentes, já que em nossa Constituição, a proteção do ambiente é realizada em prol da manutenção da vida humana presente e das futuras gerações (artigo 225, caput, da Constituição Federal).

Posto isto, para aplicação do princípio da proporcionalidade ao presente caso, deve-se perquirir se suspender as atividades do empreendimento foi adequado, necessário e proporcional aos benefícios pretendidos.



Por isso, indagamos: a suspensão das atividades era necessária para proteger o meio ambiente? A suspensão não poderia ser substituída por outra medida menos extremada? Os motivos que ensejaram a suspensão são suficientes para justificar o impacto social dele advindo e para restringir o direito de livre iniciativa, de propriedade e outros que foram atingidos?

Evidente que não!

Mostra-se hialina a desnecessidade e inadequação da suspensão das atividades, haja vista a existência notória de alternativas menos gravosas ao empreendimento.

Ora, vale destacar que não estamos tratando de um empreendimento clandestino, furtivo, ou a margem da Lei.

Ao revés vê-se que o empreendimento goza de toda regularidade possível e excelente qualidade ambiental, conforme descrito alhures.

Percebe-se ainda que o agente não ponderou com a devida equidade os impactos econômicos e sociais decorrentes da suspensão imposta, o que demonstra a desproporcionalidade da medida.

A aplicação do Direito Ambiental, mormente, através da fiscalização ambiental, não busca unicamente à proteção do meio ambiente, mas tem por escopo também garantir o desenvolvimento sustentável.



Por sua vez, o desenvolvimento sustentável é composto, além da sustentabilidade ambiental, também da sustentabilidade econômica e da sustentabilidade social.

Sobre a temática deste pensamento, temos como ápice a realização da Conferência Rio 92, que culminou com a consagração e posituação do princípio ambiental do "Desenvolvimento Sustentável", cujo escopo reside, em síntese, no alcance pela humanidade do equilíbrio entre aquilo que seja ecologicamente, economicamente e socialmente sustentável durante o processo produtivo.

Já a medida tomada pelo agente corre em sentido oposto, desprezando os aspectos econômicos e sociais do empreendimento.

Desta forma, restando demonstrado de forma inequívoca que a suspensão das atividades é inaplicável por ser atividade antrópica consolidada ou mesmo por ser desproporcional frente aos impactos dela decorrentes, e ainda, sendo fundado o receio de dano irreparável ao requerente, **requer seja elidida a penalidade de embargo.**

9. DAS ATENUANTES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PARA O AUTO DE INFRAÇÃO ATACADO

Com respeito ao Princípio da Eventualidade, mesmo que o Auto de Infração em epígrafe subsista, a sanção deve sofrer as reduções decorrentes da existência de atenuantes em favor do recorrente.

O autuado faz jus a atenuante da alínea "g" do art. 85, do Decreto 47383/2018:



Art. 85 – Sobre o valor base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I – atenuantes, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em 30% (trinta por cento):

(...)

g) adoção de medidas de controle e reparação ambientais a serem realizadas no território do Estado, mediante adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais, sem prejuízo da reparação de eventual dano ambiental diretamente causado pelo empreendimento ou atividade”.

O art. 16 do Decreto nº 47.772, de 2/12/2019 incluiu a alínea G no Decreto 47.383/2018, possibilitando ao autuado, requerer a conversão da multa mediante adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais, in verbis:

Art. 16 – O inciso I do art. 85 do Decreto nº 47.383, de 2018, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “g”:

“Art. 85 – Art. 85 - Sobre o valor base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

(...)

I – (...)

g) adoção de medidas de controle e reparação ambientais a serem realizadas no território do Estado, mediante adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais, sem prejuízo da reparação de eventual dano ambiental diretamente causado pelo empreendimento ou atividade”.

Assim, o autuado manifesta interesse em celebrar Termo de Compromisso para fins de conversão da multa, com aplicação da atenuante em tela.

10. DOS PEDIDOS

Isto posto, é a presente para REQUERER seja a presente defesa recebida e processada para os devidos fins a que se destina e ao final, seja declarado nulo o Auto de Infração em questão por ausência de requisitos legais de sua constituição, no mérito em face dos argumentos trazidos, bem como seja elidida a penalidade de embargo.



Ainda, REQUER ADESÃO AO PROGRAMA DE CONVERSÃO DE MULTA AMBIENTAIS PREVISTO NO ART. 16 DO DECRETO Nº 47.772, DE 2/12/2019.

Desde já o autuado informa que pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos e, nos termos do contido no parágrafo único do artigo 59 do Decreto nº 47.383/18 que visa garantir a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal (artigo 5º da CF, incisos LIV e LV), vem REQUERER seja oportunizada a dilação probatória do presente processo administrativo, desde já pugnando pela realização de perícia técnica no local visando apurar a realidade fática do empreendimento, para tanto, devendo o autuado e seus defensores serem devidamente intimados para a apresentação dos quesitos que deverão ser respondidos pelo expert indicado, pugnando ainda pela juntada de documentos, expedição de ofícios, inquirição de testemunhas cujo rol será oferecido nos termos legais, as quais deverão ser intimadas, sem exceção das demais provas permitidas.

Encerrada a instrução processual e antes mesmo da decisão definitiva, o autuado REQUER seja devidamente intimado para manifestar-se nos termos previstos no artigo 36 da Lei Estadual 14.184/2002.

Por fim, requer ainda que sejam seus procuradores *in fine* assinados intimados de todos os atos praticados no presente processo administrativo Caixa Postal 73, localizada na Agência dos Correios da Rua Nossa Senhora do Carmo, Sala 05, nº 09, Centro de Unaí/MG, CEP: 38610-034.

Termos em que,



Pede Deferimento.

Unai/MG, 16 de outubro de 2023.

GERALDO D. LUCIANO

OAB/MG 133.870

THALES V. B. OLIVEIRA

OAB/MG 96.925

WASHINGTON V. SILVA TELES

[Handwritten signature]
OAB/MG 56809E

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

66

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

Auto de Infração No. 322402/2023

Chave de Acesso
202309230908171510270

Termo de Cientificação
376874

Página No.: 1

Data lavratura
23/09/2023

Hora lavratura
14:22:32

Vinculado ao AF No.:
239341 - 23/09/2023
Vinculado ao REDS No.
44665203 - 23/09/2023

Operação
100 - NÃO HÁ OPERAÇÃO VINCULADA

Local da lavratura
PATOS DE MINAS

Local da fiscalização
SAO GONCALO DO ABAETE

Autuado

Nome
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS

CPF/CNPJ

Outro documento
MG12348449 SSP

Data nascimento
02/11/1984

Função

Nome da mãe
AMERAILDA SONIA DE CAMARGOS

CEP
38.700-203

Endereço

KM

Complemento

Bairro

UF
MG

Município
PATOS DE MINAS

Caixa postal

Telefone

Celular

e-mail
THIAGO.CAMARGOS@HOTMAIL.COM

Responsável

Nome

CPF/CNPJ

Outro documento

Data nascimento

Nome da mãe

CEP

Endereço

KM

Complemento

Bairro

UF

Município
0

Caixa postal

Telefone

Celular

Função

Assinatura

Nome (autuado) THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	
Nome (equipe) JULIAN JÚNIO PEREIRA	Matrícula 1510270	

Embasamento Legal

Atividade

L-03 Desmate área comum

Lei 10.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 301-A -	Coordenadas -18.182047, -45.473445
--------------------	------------------------------	-------------	--------------	--------------------------------	---------------------------------------

Descrição

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.

em área comum

Observações

suprimir demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, SENDO 66,18 HA DE AREA em área comum.

Penalidades

Agenda verde Flora	Quantidade 67,00	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 500,00
Tipo	Valor	Valor total (UFEMG) 33.500,00		

Atividade

L-05 Intervenção em Reserva Legal

Lei 10.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 301-B -	Coordenadas -18.184496, -45.470712
--------------------	------------------------------	-------------	--------------	--------------------------------	---------------------------------------

Descrição

Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.

em área de preservação permanente, em reserva legal, em zona de amortecimento de unidade de conservação ou em unidade de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos

Observações

suprimir demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, SENDO 1,61 HA DE AREA em reserva legal.

Penalidades

Agenda verde Flora	Quantidade 2,00	Porte	Penalidade MULTA SIMPLES	Valor 1.500,00
Tipo	Valor	Valor total (UFEMG) 3.000,00		

Atividade

L-16 Dificultar ou impedir regeneração natural

Lei 10.922/2013	Decreto Decreto 47.838/20	Artigo 3	Anexo III	Código/Item/Subitem 302-A -	Coordenadas -18.181950, -45.473500
--------------------	------------------------------	-------------	--------------	--------------------------------	---------------------------------------

Descrição

Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida. Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal, a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado: - Campo cerrado: 16,67 m³/ha; - Cerrado Sensu Stricto: 30,67 m³/ha; - Cerradão: 66,67m³/ha; - Floresta estacional decidual: 46,67m³/ha; - Floresta estacional semidecidual: 83,33m³/ha; - Floresta ombrófila: 133,33m³/ha.

por metro cúbico de lenha;

Observações

Retirar inservível produto da flora nativa oriundo de supressão de demais formas de vegetação, realizada sem autorização, SENDO ESTIMADO 1130,28 M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal, a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado: - Campo cerrado: 16,67 m³/ha;

Nome (autuado) RICHARD DAYDSON DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	
Nome (equipe) JULIAN JÚNIO PEREIRA	Matrícula 1510270	

Penalidades					
Agenda	Quantidade	Porte	Penalidade	Valor	
Arde Flora	1.130,28		MULTA SIMPLES	50,00	
Tipo	Valor		Valor total (UFEMG)		
			56.514,00		
Lei	Decreto	Artigo	Anexo	Código/Item/Subitem	Coordenadas
0.922/2013	Decreto 47.838/20	3	III	309-A -	-18.181950, -45.473500

Descrição

Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas.

em área comum

Observações

Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em área comum. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

Penalidades					
Agenda	Quantidade	Porte	Penalidade	Valor	
Arde Flora	67,00		MULTA SIMPLES	300,00	
Tipo	Valor		Valor total (UFEMG)		
			20.100,00		
Lei	Decreto	Artigo	Anexo	Código/Item/Subitem	Coordenadas
0.922/2013	Decreto 47.838/20	3	III	309-B -	-18.181950, -45.473500

Descrição

Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas.

em área de preservação permanente, em reserva legal, zona de amortecimento de unidade de conservação ou em unidade de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos

Observações

Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em área de reserva legal. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

Penalidades					
Agenda	Quantidade	Porte	Penalidade	Valor	
Arde Flora	2,00		MULTA SIMPLES	500,00	
Tipo	Valor		Valor total (UFEMG)		
			1.000,00		

Nome (autuado)	CPF/CNPJ	
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		
Nome (equipe)	Matricula	
JULIAN JÚNIO PEREIRA	1510270	




Demais cominações				
Embargo/Suspensão de atividade SIM	Embargo/Suspensão de obra Não	Apreensão Não	Demolição Não	Restritiva de direito Não

Descrição
SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO LOCAL ATÉ SUA REGULARIZAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS. O AUTUADO INFORMOU QUE ENTERROU O RENDIMENTO LENHOSO GERANDO DURANTE A ATIVIDADE, NÃO SENDO POSSÍVEL REALIZAR A APREENSÃO DE TAL MATERIAL, QUE FOI CALCULADO, CONFORME TABELA BASE, EM 1.130,28 M³ DE RENDIMENTO LENHOSO E VALORADO EM 5.610,02 UFEMG.

ERP		
kg pesado	ERP por Kg	Valor total ERP

Testemunhas			
Nome JOSE DALMO DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	CEP 38.790-000	Assinatura
Endereço FAZENDA SÃO GONÇALO LUGARES POSSE E MARCA DA LEGUA			KM 0
Bairro ZONA RURAL	UF MG	Município SAO GONCALO DO ABAETE	

Defesa/Pagamento			
Unidade administrativa para apresentação de defesa 0ª Cia PM MAmb - Patos de Minas		Telefone da unidade (34) 3818-6107	CEP 38706731
Endereço RODOVIA MGC 354, DISTRITO INDUSTRIAL II		KM 171	Complemento 10CIA.SRAI@GMAIL.COM
Bairro ZONA RURAL		UF MG	Município PATOS DE MINAS

Fotos			
AREA INTERVIDA 	AREA INTERVIDA 	Area do Imovel 	

Nome (autuado) THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS	CPF/CNPJ	
Nome (equipe) JULIAN JÚNIO PEREIRA	Matrícula 1510270	

ORIENTAÇÕES PARA PAGAMENTO DA MULTA

O autuado possui o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da identificação do auto de infração, para pagar a multa ou apresentar defesa ao órgão ambiental, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa, independentemente de cobrança administrativa.

Para realizar o pagamento da multa, o autuado deverá solicitar à unidade responsável pelo processamento, indicada no campo Defesa do Auto de infração, a emissão do DAE (Documento de Arrecadação Estadual).

O protocolo de quaisquer documentos atinentes aos processos de fiscalização ambiental, incluindo a defesa administrativa, deverá obrigatoriamente ocorrer junto à unidade indicada no auto de infração, sendo admitido o protocolo através de postagem pelo Correio, com aviso de recebimento, conforme estabelecido no art. 72 do Decreto nº 47.383/2018.

A defesa administrativa deverá observar todos os requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 47.383/2018.

DEMAIS INFORMAÇÕES

Para Vossa Senhoria identificado(a) de todo o conteúdo deste documento. A visualização deste poderá ocorrer mediante acesso ao sítio eletrônico <http://sisfai.semad.mg.gov.br/protocolo>, na internet, utilizando o protocolo virtual citado supra, sendo considerado vista processual

A autoria e integridade deste documento gerado em forma eletrônica foram validadas em consonância com o artigo 6º §1º, do Decreto 47.222/2017, mediante acesso ao sistema com nome de usuário e senha.

Nome (autuado)	CPF/CNPJ	
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		
Nome (equipe)	Matricula	
JULIAN JÚNIO PEREIRA	1510270	



P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS, brasileiro, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado _____, Patos de Minas - Minas Gerais.

OUTORGADO: THALES VINÍCIUS BENONES OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o n.º 96.925; e GERALDO DONIZETE LUCIANO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o n.º 133.870, ALEXANDRE LOPES RESENDE, solteiro, advogado inscrito na OAB/MG sob o n.º 196.739, MARIA APARECIDA LOPES LUCIANO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o n.º 155.279, DEBORA LOPES LUCIANO, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/MG 185749 e WASHINGTON VINICIUS DA SILVA TELES, solteiro, estagiário inscrito na OAB/MG sob o n.º 56.809E com escritório profissional situado à Av. João de Assis nº 225, Bairro Divinéia Unai-MG.

Pelo presente instrumento, o outorgante supra qualificado nomeia e constitui seus bastantes procuradores os acima outorgados, com poderes para o foro em geral, podendo referidos procuradores praticar todos os atos do processo, contestar, alegar, impugnar, arguir falsidade, receber, emitir recibo, dar plena e geral quitação, exibir comprovantes, representar o outorgante onde necessário se fizer, transacionar, renunciar ao direito que se funda a ação, assinar termos inclusive de compromisso, prestar declarações e assiná-las, firmar partilha, recorrer, substabelecer com ou sem reservas, e tudo mais praticar ao fiel cumprimento deste mandato, bem como apresentar defesa e recurso em face do Auto de Infração nº 322402/2023

Unai-MG, 27 de novembro de 2023.

THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

Validade
28/12/2023

Mês Ano de Referência
28 a 28/12/2023

Tipo de identificação
CPF

Identificação

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

Nome
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS

Nº Documento
4701310372159

Município:
PATOS DE MINAS

UF:
MG

Histórico:
Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E
Serviço: ANALISE DE IMPUGNACAO

Receita
1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD

Valor
569,17
0,00
0,00
569,17

TOTAL

TAXA DE EXPEDIENTE REF. AI Nº 322402/2023

Bancos Credenciados: Banco do Brasil, Bradesco, CAIXA, Itaú, Mercantil, Santander, SICOOB.

Correspondentes Bancários: Casas Lotéricas e MaisBB.

Linha Digitável: 85660000005 8 69170213231 3 22812470131 6 03721590137 4

Autenticação

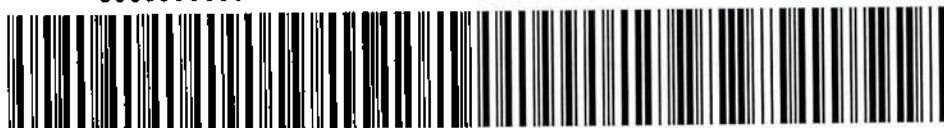
TOTAL

R\$

569,17

MOD.06.01.88

85660000005 8 69170213231 3 22812470131 6 03721590137 4



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

Validade
28/12/2023

Mês Ano de Referência
28 a 28/12/2023

Tipo
CPF

Número
067.373.676-82

Nome
THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS

Número do Documento
4701310372159

Município:
PATOS DE MINAS

UF:
MG

Autenticação

TOTAL

R\$

569,17

MOD.06.01.88

1ª VIA: CONTRIBUINTE

2ª VIA: BANCOS

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/10/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 07.50.17
0190200190



COMPROVANTE DE PAGAMENTO

=====

Convenio	SECRET. FAZENDA MG	
Codigo de Barras	85660000005-8	69170213231-3
	22812470131-6	03721590137-4
Data do pagamento		04/10/2023
Valor Total		569,17

=====

DOCUMENTO: 100401
AUTENTICACAO SISBB:
9.FFE.C9D.1BF.ED3.73D



RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA E CARACTERIZAÇÃO
AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTO RURAL

Fazenda "SÃO GONÇALO", lugar Posses e Marca da Légua

Responsável Técnico: Fernanda Ferreira Severiano – Engenheira Ambiental e Sanitária

CREA 192482.

São Gonçalo do Abaeté, Outubro de 2023.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Dados do Empreendedor

Nome: Thiago Daydson de Camargos

1.2. Dados do Empreendimento

Denominação: Fazenda São Gonçalo, lugares Posses e marca da Légua

Número da matrícula: 8.610 Livro: 2AQ Folhas: 40

Número do Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3161700-3E64.FB94.4D0C.4698.BD4B.A93F.04BB.F6A5

Endereço: ZONA RURAL - Município: São Gonçalo do Abaeté - MG

1.3. Dados do Responsável Técnico pelo Projeto

Nome: FERNANDA FERREIRA SEVERIANO

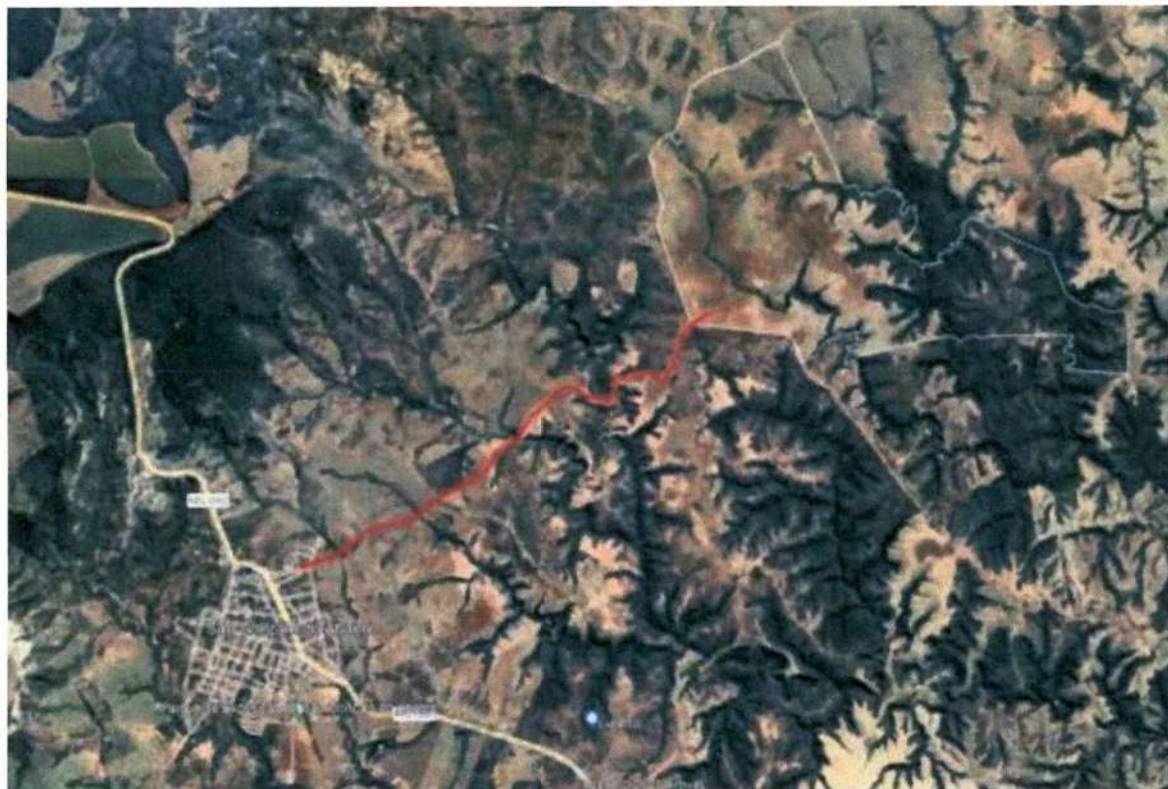
1.4. Vias de Acesso

O acesso à área pode ser realizado partindo da cidade de São Gonçalo do Abaeté, sentido a comunidade de Caraíba por estrada vicinal percorra aproximadamente 4,16 km e vire a direita, chegando a empreendimento Fazenda São Gonçalo, conforme imagem 01.

Coordenadas Central da área: Latitude 18°18'44.35"S, Longitude 45°47'47.05" O.

Imagem 01: Croqui de localização.

Fonte: Google Earth, 2023.



2 - OBJETIVOS

2.1 – Objetivo Geral

O objetivo deste relatório é apresentar laudo técnico ambiental, de caracterização do empreendimento e de suas atividades, com intuito de contestar os fatos descritos no Auto

de Infração nº 322402/2023 imposto sobre o empreendimento rural Fazenda "SÃO GONÇALO", lugar Posses e Marca da Légua, uma vez que se pode constatar que não houve desmatamentos de espécies nativas no empreendimento na data deste Auto de Infração.

Além disso, viemos através deste, demonstrar as melhorias e os ganhos ambientais aplicados na propriedade através do manejo e conservação dos solos e águas, minimizando os impactos ambientais no empreendimento.

2.2 – Objetivo Específico

- Registrar e comprovar através de imagens (Google Earth) do período de 2008 a 2023 a real situação da área, caracterizando-a quanto a sua realidade ambiental;
- Registrar e comprovar através de fotos a execução de ações de Manejo e Conservação adotadas no empreendimento e os benefícios ambientais gerados;
- Registrar e comprovar a conservação de áreas de APP e Reserva Legal do empreendimento.

3. AUTOS DE INFRAÇÃO

3.1 Auto de Infração Nº 322402/2023

Em 23/09/2023 foi lavrado um Auto de Infração pela Polícia Militar Ambiental, em nome do senhor Thiago Daydson de Camargos, então proprietário do imóvel Fazenda "SÃO GONÇALO", lugar Posses e Marca da Légua, cujas infrações são:

I- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 66,18 HA DE ÁREA COMUM;

II- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL,

SENDO 1,61 HA DE ÁREA EM RESERVA LEGAL;

III- TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE SUPRESSÃO DE DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO, SENDO ESTIMADO 1.130,28M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO ESTIVER SIDO RETIRADO – CAMPO CERRADO: 16,67M³/HA;

IV- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA COMUM. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

V- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA DE RESERVA LEGAL. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

4. ANÁLISE TÉCNICA AMBIENTAL

4.1 Auto de Infração Nº 322402/2023

I- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 66,18 HA DE ÁREA COMUM;

As atividades de Pecuária Extensiva são desenvolvidas na Fazenda São Gonçalo desde muitos anos atrás, inclusive eram desenvolvidas pelo antigo proprietário do imóvel. Comparando as imagens de satélite entre os anos de 2008 a 2023, observa-se que a propriedade já se encontrava antropizada antes de Julho de 2008, tratando-se de uma área rural consolidada,

conforme o art.2º do DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 que define:

III – área rural consolidada: a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividade agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Vale salientar que as APP's – Áreas de Preservação Permanentes e a Reserva Legal da Fazenda sempre foram protegidas e continuam com qualidade ambiental ótima, conforme pode-se ver pelas imagens recentes de 2023.

Imagem02: Vista da área em 2008

Fonte: Spot 5

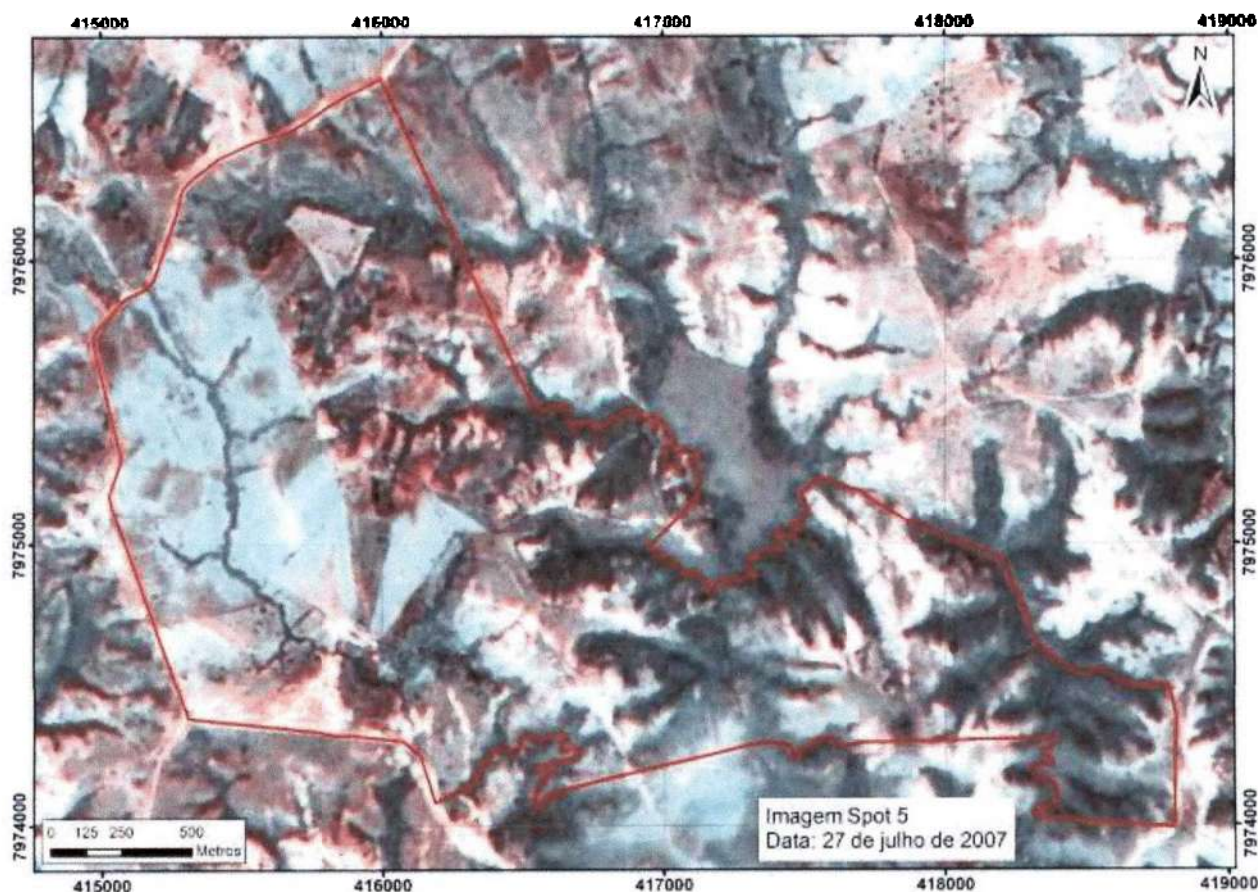


Imagem 03: Vista da área em 2011

Fonte: Google Earth



Imagem 04: Vista da área em 2014

Fonte: Google Earth



Imagem 05: Vista da área em 2023

Fonte: Google Earth



Se analisarmos as imagens desde 2008 até 2023 fica mais que comprovado que não houve desmatamento ilegal na propriedade em 2023, pois as mesmas apresentam a mesma configuração ambiental, sem retirada de árvores isoladas no local.

O que de fato se percebe pelas imagens é que, as fotografias obtidas através do satélite estão com resoluções diferentes. A fotografia do ano de 2011 está em alta resolução, apresentando um aspecto de coloração esverdeada, levando à falsa percepção de que haveria vegetação nativa no local, todavia, ao aplicar o zoom na imagem, é possível verificar que a vegetação é a mesma de 2023, e que de fato o que houve foi apenas a limpeza da área.

Excelência em Sustentabilidade

A imagem do ano de 2023 está mais clara devido ao fato de o solo estar exposto, devido à retirada da galhada e o plantio de uma nova pastagem, pelo que não se pode afirmar que o Sr. Thiago suprimiu vegetação sem Licença ou Autorização do órgão ambiental.

A limpeza e a reforma da pastagem realizada no empreendimento é procedimento muito comum, utilizado para melhora da qualidade do pasto para o gado, não teve rendimento lenhoso, sendo o mesmo considerado abaixo de 18st/ha/ano, sem afetar e comprometer a qualidade ambiental das áreas de proteção (Reserva Legal e APP), como pode-se ver também nas imagens acima.

Ainda de acordo com o **DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, define-se:** I – limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento lenhoso de até 8 st/ha/ano (oito metros estéreos por hectare por ano) em área localizada no Bioma Mata Atlântica e 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, desde que realizada em área rural consolidada ou cuja supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo;

Ou seja, não houve corte ou aproveitamento de árvores isoladas, inclusive comprova-se pelas imagens e fotos recentes que as mesmas encontram-se espalhadas por toda propriedade.

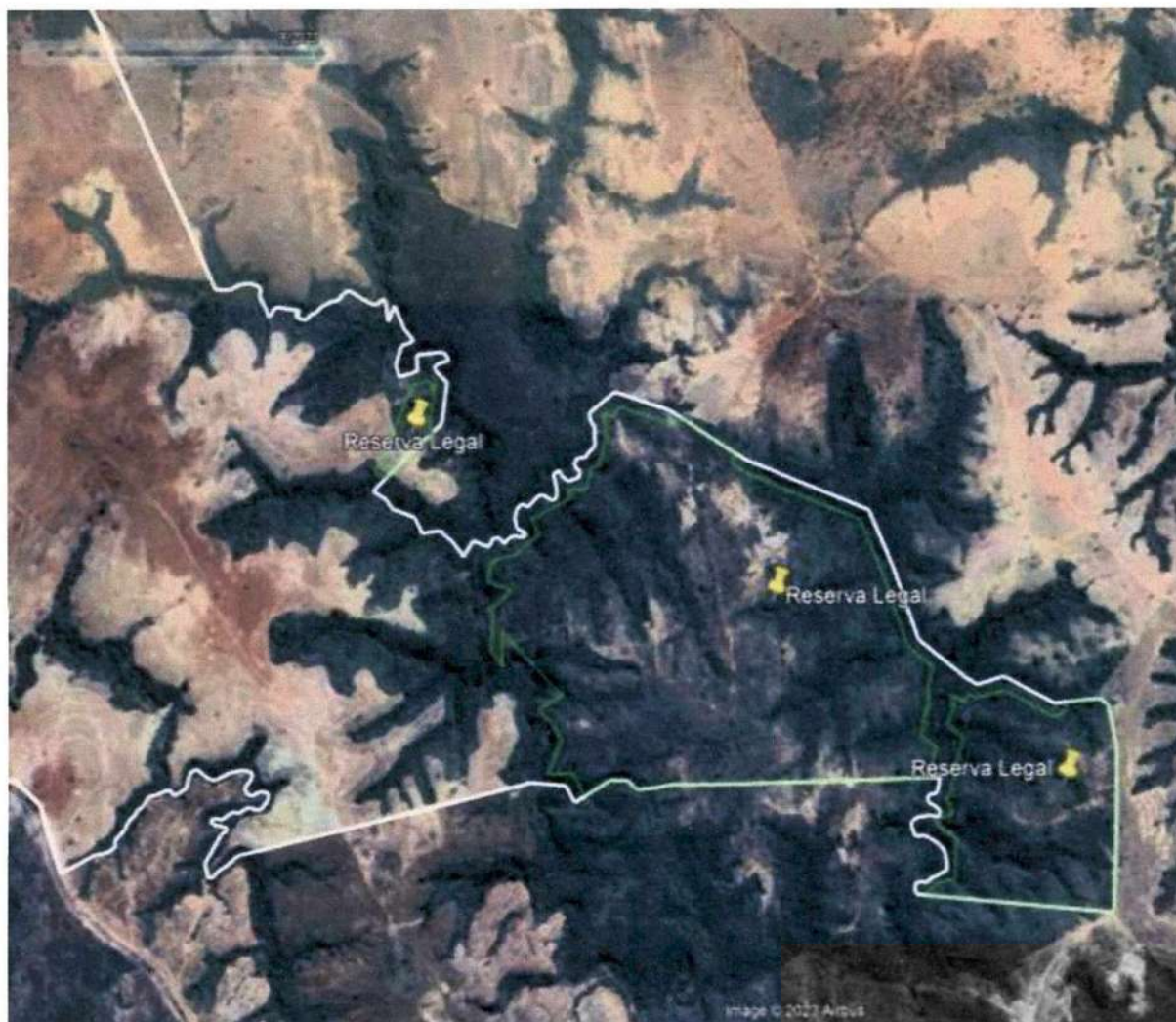
II- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 1,61 HA DE ÁREA EM RESERVA LEGAL

A área de Reserva Legal do imóvel está declarada no CAR do imóvel com área total de 92,1953 ou seja 20% do total da área de 460,97 ha cumprindo o que se pede a Lei.

Se observarmos as coordenadas citadas no Auto de Infração, podemos verificar que as mesmas estão totalmente fora do perímetro do imóvel, o que impede a análise da suposta infração aqui discutida, uma vez que, a imagem de 2023 confirma a preservação das áreas de Reserva Legal do imóvel.

Imagem 06: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2023.

Fonte: Google Earth.



Ainda comprova-se pela imagem de 2014 que a qualidade destas áreas de Reserva Legal até o ano de 2023 é real no imóvel.

Imagem 07: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2014

Fonte: Google Earth.



Ou seja, de 2014 a 2023 a Reserva legal teve uma ganho ambiental pelo aumento da vegetação natural e sua preservação. Portanto faz-se necessário uma análise crítica dos fatos para real situação da Reserva legal.

III- TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE SUPRESSÃO DE DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO, SENDO ESTIMADO 1.130,28M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO ESTIVER SIDO RETIRADO – CAMPO CERRADO: 16,67M³/HA;

Foi possível comprovar através das imagens e através do levantamento de campo realizado, que antes mesmo do Sr. Thiago adquirir o imóvel “Fazenda São Gonçalo”, a referida propriedade rural já havia sido completamente desmatada de sua vegetação nativa original em datas antecedentes a Julho de 2008. Posteriormente, houve na Fazenda somente limpeza de pastagens, com a retirada de vegetação de porte pequena e rasteira, sendo a tipologia natural da região Campo/Cerrado, que se caracteriza por ser “um tipo de vegetação campestre, com predomínio de gramíneas, pequenas árvores e arbustos bastante esparsos entre si e árvores geralmente isoladas. Trata-se de uma transição entre o campo e os demais tipos de vegetação”. Podemos confirmar estes dados na imagem 08 retirada da plataforma do Sisema IDE-Infraestrutura de Dados Espaciais.

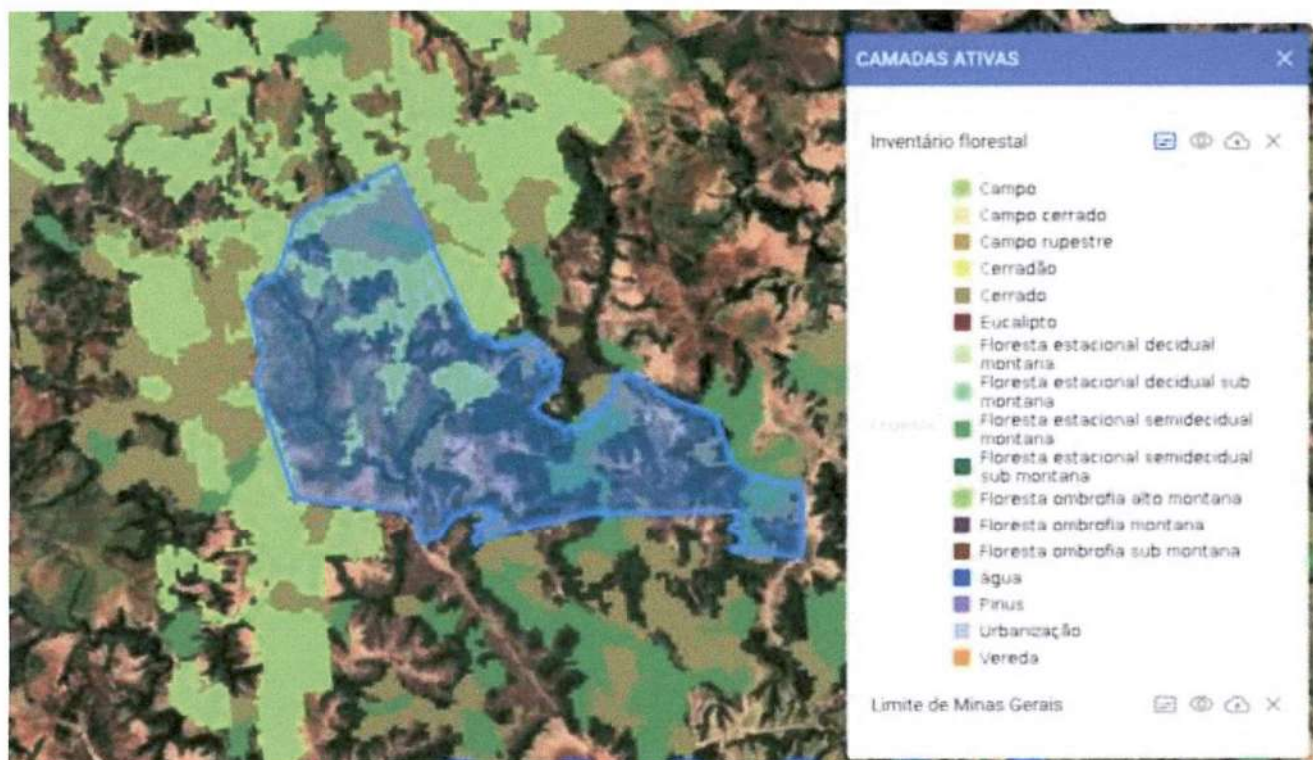


Imagem 08: Classificação do empreendimento no IDE como Campo e em algumas partes Cerrado.

Fonte: IDE Sisema.

Outra análise realizada pelo IDE SISEMA, Mapbiomas-2008 nos relata a utilização do solo da propriedade Fazenda São Gonçalo em 2008, em sua maioria com **Pastagem**

consolidada, segue imagem:

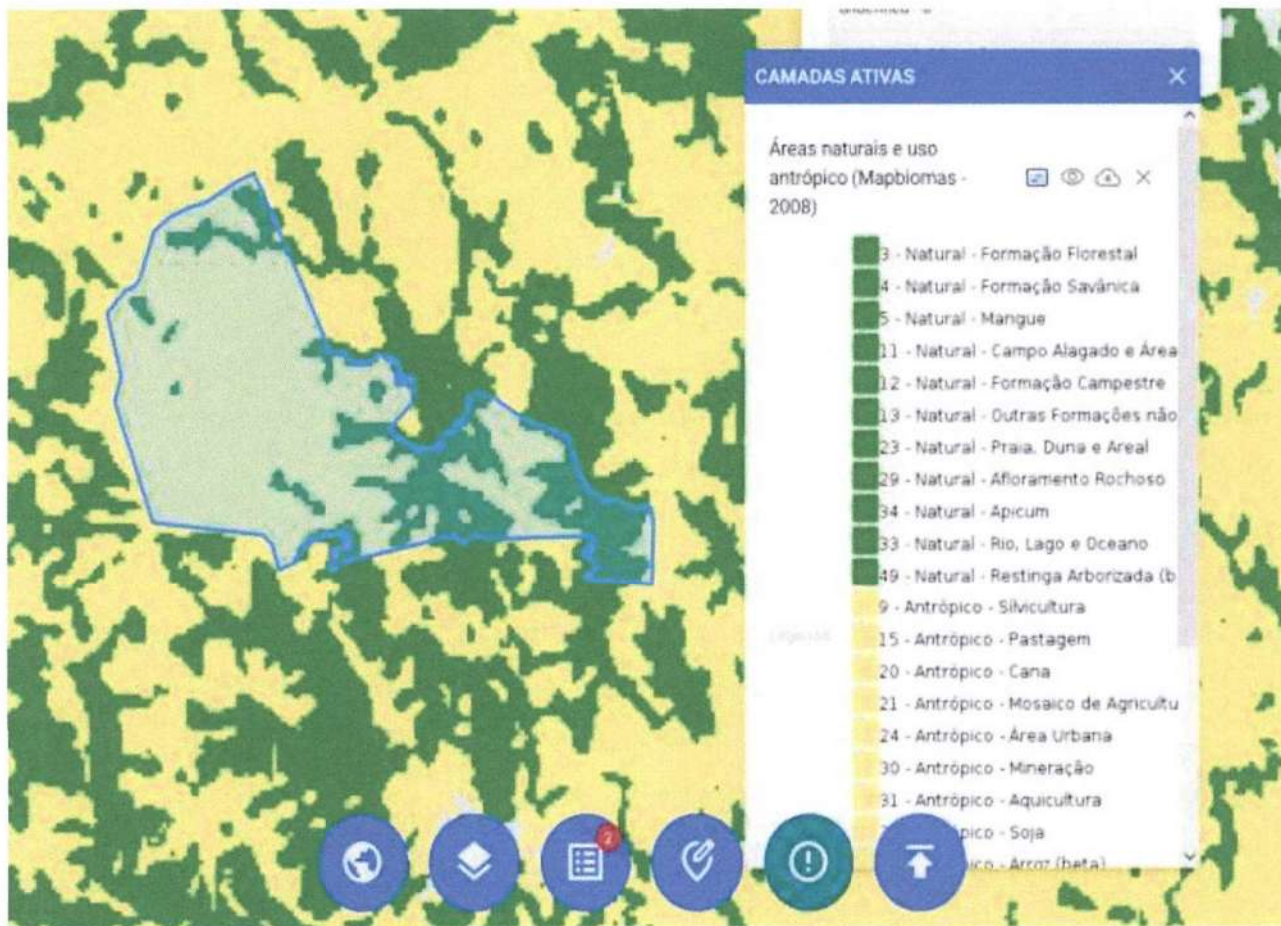


Imagem 09: Classificação da área no IDE –

Sisema. Fonte: IDE – Sisema

Portanto a volumetria estimada no Auto de Infração de (1.130,28M³) de lenha está totalmente fora dos parâmetros técnicos, levando em consideração que trata se de uma Limpeza de área, sem corte de árvores, ou seja, sem volume de lenha, tratando-se de uma vegetação de Campo, comprovada pelas imagens acima.

Esta descrição da volumetria do BO foi feita sem um estudo técnico aprofundado da área, levando em consideração se tratar de uma tipologia Cerrado, o que onerou o volume da lenha. Pode-se um Laudo Técnico Pericial com análise da vegetação testemunho no local e baseado nas imagens de 2008 a 2023, que nos mostra que não houve alteração da qualidade ambiental do empreendimento, ou seja, a vegetação existente em 2014 (Árvores isoladas) é a mesma existente em 2023.

IV- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA COMUM. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

Desde que o senhor Thiago comprou a propriedade em Novembro de 2022 o mesmo não operou qualquer atividade no empreendimento, pois estava aguardando melhorias em benfeitorias, infraestrutura, reforma da pastagem e demais investimentos no imóvel para a continuidade das atividades de Pecuária, inclusive não existe animais no local, desde então.

Destaque-se que o então proprietário já procedeu a regularização do empreendimento, antes mesmo de dar início às atividades, cumprindo com todas as Leis Ambientais, bem como a solicitação do Licenciamento Ambiental o qual geral o Certificado de LAS/RAS N° 1349/2023 para atividade de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e também solicitou a Regularização do uso de água na propriedade, que gerou o Certificado de Outorga n°. 1704817/2023 e Certificado de Uso Insignificante n° 403178/2023 para Consumo humano e Dessedentação animal.

O auto de infração n° 322402/2023 cita que o Sr. Thiago impediu a regeneração natural da vegetação em sua propriedade, no entanto, conforme análise das imagens de satélite a propriedade já se encontrava consolidada, suas áreas comuns já estavam convertidas em pastagem em data anterior a 2008, e a reforma da pastagem realizada em meados de Setembro de 2023 foi realizada para a implantação das atividades de Pecuária no empreendimento. Posteriormente foi realizado o plantio da pastagem na sequência da limpeza conforme já descrito neste relatório.

V- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA DE RESERVA LEGAL. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

Excelência em Sustentabilidade

Assim como não houve Intervenção Ambiental nas Áreas de Reserva Legal como já descrito neste Relatório, também não houve impedimento a Regeneração Natural das mesmas, eis **que, conforme comprova-se** pelas imagens, a Vegetação nativa das áreas de Reserva Legal do imóvel aumentaram do período de 2014 até 2023, sendo inapropriado o que cita o item V do Auto de Infração nº 322402/2023.

5 MEDIDAS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

A propriedade está totalmente georreferenciada e possui o CAR – Cadastro Ambiental Rural, além da Licença Ambiental e Outorga, ou seja, o proprietário tem a total preocupação com as leis e normas ambientais e as mesmas são seguidas e implementadas no empreendimento.

Além da preservação das árvores nativas espalhadas pela propriedade e a fim de evitar possíveis impactos ambientais, foram executadas as seguintes ações de manejo e conservação dos solos e da água no empreendimento: Compactação e cascalhamento das estradas; Construção de canaletas para redirecionamento das águas pluviais; Construção de bolsões para retenção da água das chuvas; Construção e acentuação das curvas de nível na área de pastagem; Regeneração de cobertura vegetal e espécies nativas em partes da área do empreendimento, APP'S e Reserva Legal.

A seguir apresentamos registros fotográficos que comprovam a implementação das medidas de controle, reafirmando o compromisso do empreendedor com a preservação e manutenção da qualidade ambiental de seu empreendimento.



Foto 01: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 02: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 03: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 04: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 05: Área de Pastagem Consolidada



Foto 06: Área de Pastagem Consolidada



Foto 07: Área de Pastagem Consolidada



Foto 08: Vista da Área de Pastagem Consolidada



Foto 09: Vista da Área de Pastagem Consolidada e da Limpeza realizada



Foto 10: Vista da Área de Pastagem Consolidada e da Limpeza realizada em Setembro de
2023

6 ÁREAS DE APP E RESERVA LEGAL

Desde quando o Senhor José Dalmo adquiriu a propriedade, o empreendimento já estava totalmente consolidado para atividade de Pastagem, tendo apenas as áreas de APP, a fim de garantir o ganho ambiental ao empreendimento, o mesmo adquiriu uma gleba de área fora do empreendimento e averbou esta área como de Reserva Legal do empreendimento. Averbada no CAR com área de 20% exigidos pela Lei.

Esta área de Reserva Legal do empreendimento está totalmente conservada e preservada conforme imagens já anexas a este Relatório.

7 CONCLUSÃO:

Diante de todo levantamento técnico e ambiental é possível constatar que não houve Intervenção Ambiental no empreendimento em desacordo com as leis ambientais, haja vista que a Limpeza e Reforma da pastagem no empreendimento está prevista na lei ambiental como direito do empreendedor, desde que a área já se encontre consolidada, como é o caso em concreto.

As medidas e ações de controles ambientais aplicados são de significativa importância na melhoria da qualidade ambiental do empreendimento, sendo possível o desenvolvimento sustentável das atividades de Pecuária com o Meio Ambiente.

Patos de Minas, 11 de Outubro de 2023.

FERNANDA FERREIRA
SEVERIANO:0860924
7694

Assinado de forma digital por
FERNANDA FERREIRA
SEVERIANO:08609247694
Dados: 2023.10.13 15:46:15
+03'00'

Responsável Técnico: Fernanda Ferreira Severiano
Engenheira Ambiental e Sanitária
CREA MG 192482

ANEXO 01 – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA/ART



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20232436357

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico
FERNANDA FERREIRA SEVERIANO
 Título profissional: **ENGENHEIRA SANITARISTA E AMBIENTAL**
 RNP: 1414369263
 Registro: MG0000192482D MG

2. Dados do Contrato
 Contratante: **Thiago Dayson de Camargos**
 CPF/CNPJ:

Contrato: **Não especificado**
 Valor: **R\$ 500,00**
 Ação Institucional: **Outros**
 Celebrado em: **07/10/2023**
 Tipo de contratante: **Pessoa Física**

3. Dados da Obra/Serviço
FAZENDA "SÃO GONÇALO", lugar Posses e Marca da Léguas
 Complemento: **Bairro: ZONA RURAL**
 Cidade: **SÃO GONÇALO DO ABAETÉ**
 Data de início: **07/10/2023** Previsão de término: **31/12/2023**
 Finalidade: **AGRÍCOLA**
 Proprietário: **Thiago Dayson de Camargos**
 N°: s/n
 UF: **MG** CEP: **38790000**
 Coordenadas Geográficas: **0, 0**
 Código: **Não Especificado**
 CPF/CNPJ: **067.373.676-82**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > MEIO AMBIENTE > DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > #7.2.1.6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	1,00	un
80 - Projeto > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.3 - DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL	1,00	un

5. Observações
 Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART
 Responsável Técnica pela elaboração de **RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTO RURAL**

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.
- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lged/politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe
ASSENGE - Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Patos de Minas

8. Assinaturas
 Declaro serem verdadeiras as informações acima
 FERNANDA FERREIRA SEVERIANO - CPF: 086.092.476-94
 Thiago Dayson de Camargos - CPF: 067.373.676-82

9. Informações
 * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publicar/>, com a chave: cd181
 Impresso em: 11/10/2023 às 14:03:25 por: , ip: 200.25.56.71





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20232436357

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

Valor da ART: R\$ 96,62

Registrada em: 09/10/2023

Valor pago: R\$ 96,62

Nosso Número: 8602551616

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cd161
Impresso em: 11/10/2023 às 14:03:25 por: , ip: 200.25.58.71

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Minas Gerais



[Acessibilidade](#)

Português



Rastreamento

BR 939 182 025 BR

Deseja acompanhar sua encomenda?
Digite seu CPF/CNPJ ou código* de rastreamento.

AA123456785BR



* limite de 20 objetos



Digite o texto contido na imagem



REGISTRADO CONVENCIONAL



Objeto entregue ao destinatário

Pela Unidade de Distribuição, PATOS DE MINAS - MG
20/10/2023 15:01



Objeto saiu para entrega ao destinatário

PATOS DE MINAS - MG
20/10/2023 08:32



Objeto postado após o horário limite da unidade

Unai - MG
Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil
16/10/2023 15:27



**POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS**

COMANDO DE POLICIAMENTO DE MEIO AMBIENTE

BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE

10ª COMPANHIA PM DE MEIO AMBIENTE



**CERTIDÃO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AO NAI COM DEFESA
TEMPESTIVA E QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE**

Processo: 786482/2023

Auto de Infração: 322402/2023

Autuado: THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS



A defesa é tempestiva, tendo o autuado sido notificado em 23/09/2023, e a peça de defesa protocolizada em 16/10/2023, portanto, dentro do prazo de 20 dias estabelecidos pelo art. 58, do decreto nº 47.383/2018.



A defesa cumpre os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 59 do decreto nº 47.383/2018.



A defesa não cumpria os requisitos de admissibilidade, mas após notificação do autuado, nos termos do art. 63, do decreto nº 47.383/2018, foi devidamente emendada no prazo de 10(dez) dias, contados da data da notificação.

Patos de Minas/MG, quinta-feira 09 de novembro de 2023

JOSIMAR SEBASTIAO ROSA, 38 SG-PM/142.018-1 - 10ª COMPANHIA PM DE MEIO
AMBIENTE



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Fiscalização Ambiental
Unidade Regional de Fiscalização Ambiental Triângulo Mineiro
Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

101
Q

PARECER

Autuado: Thiago Daydson de Carvalho

Processo CAP: 786482/23

AUTO DE INFRAÇÃO: 322402/2023

I Relatório:

Este processo administrativo foi instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração acima identificado, haja vista que: conforme delegação firmada pelo convênio nº 9641647/2023 entre SEMAD e POLÍCIA MILITAR; em fiscalização originada por Denúncia canal 181 protocolo Nº 506008230, foi verificada – in loco - a ocorrência de infrações à legislação ambiental ou de recursos hídricos vide Histórico da Ocorrência / Atividade relatada no RED's nº 2023-044665203-001 'páginas 12 a 15', os agentes policiais verificaram ainda que o autuado não gerou aproveitamento econômico do rendimento lenhoso tornando o inutilizável. Fatos que nos termos dos artigos 56 do Decreto Estadual 47.383/2018, deram ensejo à lavratura do auto de infração.

O referido Auto de Infração foi lavrado com fundamentos no artigo 3, anexo III, códigos 301-A_301-B_302-A_309-A_309-B do Decreto Estadual nº. 47.838/2018, norma que dispõe sobre a tipificação e classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos aplicáveis às atividades agrossilvipastoris e agroindustrial de pequeno porte e dá outras providências; e, neste caso, foi observada a ocorrência de: - atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente; - desmate sem a licença ambiental em duas áreas com total de 67:79 hectares bioma cerrado sendo destes 1,61 pertence à Reserva Legal e ainda deixou de dar aproveitamento econômico ao rendimento lenhoso oriundo do desmate, fatos que contrariam as normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos.

Pela prática das infrações supramencionadas foram aplicada penalidade de multa simples conforme disposto no inciso II e IX do artigo 73 do Decreto Estadual 47.383/2018, norma garantidora da legalidade procedimental a qual estabelece, tipifica e classifica a natureza das infrações cometidas que sustentam os atos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, para o montante das multas foi aplicado o valor total de **114.114,00 (cento e quatorze mil e cento e quatorze) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs)**, valores que serão corrigidos conforme artigo 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e § 3º e 4º do art. 113 do Decreto supracitado. Além das infrações, as atividades do empreendimento e as intervenções foram suspensas até que sejam regularizadas junto ao órgão ambiental

O autuado foi cientificado de acordo com o artigo 57 do Decreto Estadual 47.383/2018, acerca da lavratura do Auto de Infração. Sendo que inconformado com autuação apresentou defesa nos termos do artigo 59 do referido Decreto.

II Fundamentos:

Unidade Regional de Fiscalização Ambiental Triângulo Mineiro – Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – CEP: 38.400-186 Uberlândia – MG
Telefone: (34) 3088-6400



Inicialmente, registre-se que foram devidamente observados os requisitos fundamentais do auto de infração previstos no art. 56 do Decreto nº 47.383/2018, inexistindo qualquer vício no ato administrativo praticado.

Esclarece ainda, que análises de impugnação e dos recursos interpostos no âmbito do processo administrativo ambiental de natureza contenciosa cujo valor seja igual ou superior a 1.661 UFEMGs ficam condicionadas ao pagamento da taxa de expediente a que referem os itens 7.30.1 e 7.30.2 da referida tabela, constante da Lei Estadual 6.763/1975.

Após as verificações acima dispostas, cumpre ressaltar que a defesa apresentada é tempestiva nos termos do artigo 58 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e cumpre os requisitos do artigo 59 c/c artigo 60 do referido Decreto para ser analisada.

III – Da análise da impugnação e considerações finais.

A princípio, o autuado faz uma série de alegações a respeito da impossibilidade de lhe serem aplicadas as penalidades que lhe foram impostas, no entanto, ele apenas alega, sem nada provar. Na narrativa dos pedidos requeridos na defesa, faz referências quanto à multa e ao valor, solicita que a infração seja anulada, requer ainda que seja afastada a suspensão das atividades. No entanto, os argumentos não trouxeram aos autos fundamentos jurídicos e ou provas para ratificar os pedidos.

No mérito, o requerente questiona a imposição da multa administrativa e classifica como medida inadequada que fere os princípios da verdade dos fatos que por si só fere o direito de defesa; no sentido estrito da ausência de exames mais técnicos mais transparente, cuja medida adotada pelos agentes autuantes causa prejuízo cerceando o direito de defesa, noutra senda, diz tratar se de área consolidada cuja intervenção ocorreu apenas como limpeza de pasto, no entanto esta arguição não condiz com o elemento “resultado dano” pois, conforme relato das observações página ‘3’ não foi dado o devido aproveitamento ao rendimento lenhoso que foi inutilizado por meio de enterramento no solo.

Ademais, o Sr. José Dalmo de Camargos pai do requerente ao ser questionado sobre as novas intervenções, afirmou aos fiscais que a responsabilidade era de seu filho Thiago Dayson de Camargos e que as operações foram realizadas sem possuir as licenças ambientais para acobertar as atividades do empreendimento, sendo assim, as autuações atendem ao devido processo legal administrativo; e quanto à solicitação de atenuante prevista na alínea ‘G’ do inciso I art. 85, não foram apresentados provas e fundamentos jurídicos para garantir a redução do valor da multa, razão pela qual entendemos que não poderão ser acolhidas as suas argumentações, haja vista ao disposto no parágrafo único do artigo 59 do Decreto Estadual 47.383/2018.

Destarte ao valor da multa, neste quesito não há o que questionar, uma vez que o agente ambiental indica as sanções, ou seja, consigna no campo próprio do auto de infração o valor que o Decreto estabelece para a infração, levando em consideração os parâmetros estabelecidos nos anexos e seus respectivos códigos de infrações, de acordo com a tabela de



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Fiscalização Ambiental
Unidade Regional de Fiscalização Ambiental Triângulo Mineiro
Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

valores do respectivo ano da lavratura do Auto de Infração, sendo assim, correto o valor da multa simples ora aplicada.

Tendo em vista o presente parecer não resta dúvidas que houve o respeito do exercício do contraditório e da ampla defesa, em favor do autuado, a oportunidade de exercer o seu direito de defesa e, ao mesmo tempo, impõe à administração, nos termos do art. 64 da Lei Estadual 14.184/2002 e do Decreto Estadual 47.383/2018, o dever de rever seus próprios atos.

No caso em tela, foi devidamente resguardado ao autuado o prazo de 20(vinte) dias, nos termos do artigo 58 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, para a apresentação de defesa administrativa, facultando-lhe a juntada de todos os documentos que julgar convenientes.

Vale ressaltar que, o Auto de Infração, Auto de Fiscalização e ou o Boletim de Ocorrência do presente Processo Administrativo, está devidamente motivado. Motivar nada mais é que expor/explicitar, por escrito, os motivos, pressupostos de fato (conjunto de circunstâncias, de acontecimentos, de situações) e de direito (dispositivo legal em que se baseia o ato) que servem para fundamentar o ato administrativo.

No caso em foco, o ato administrativo está devidamente motivado no próprio instrumento do Auto de Infração, onde se encontra o dispositivo legal violado, bem como as penalidades a serem impostas. O Auto de Infração também explicita o fato constitutivo da infração, o qual está devidamente detalhado no Boletim de Ocorrência/Auto de Fiscalização, em obediência ao artigo 56 do Decreto Estadual 47.383/2018.

A autuação e as penalidades impostas em face do autuado também estão devidamente motivadas através do presente parecer, em todos os seus sentidos, seja no aspecto do fundamento legal que justifique o exercício do poder de polícia e a adoção das medidas administrativas cabíveis, seja no que tange ao conjunto de circunstâncias e acontecimentos que caracterizam a ilicitude da ação praticada pelo autuado.

Diante de todo o exposto, as questões de mérito suscitadas na defesa não estão hábeis a retirar do Autuado a responsabilidade pela cometida, com as respectivas penalidades impostas, vez que encontram arrimadas na legislação vigente.

Por fim, cabe destacar que, em relação à esfera administrativa, a atuação do Estado de Minas Gerais rege-se pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018, o qual estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental de funcionamento, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades; e ou 47.838/2020 o qual dispõe sobre a tipificação e classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos aplicáveis às atividades agrossilvipastoris e agroindustrial de pequeno porte e dá outras providências.

O Autuado será notificado, quanto ao indeferimento por ele pleiteado, para querendo apresentar Recurso no prazo de 30 (trinta) dias nos termos do artigo 66 do Decreto Estadual 47.383/2018, instruído junto ao comprovante de recolhimento integral da taxa de

Unidade Regional de Fiscalização Ambiental Triângulo Mineiro – Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – CEP: 38.400-186 Uberlândia – MG
Telefone: (34) 3088-6400

103
Q



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Fiscalização Ambiental
Unidade Regional de Fiscalização Ambiental Triângulo Mineiro
Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

expediente, prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, no valor de análise de recursos: Análise de Recursos Interpostos Valor: 79 Ufemgs, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs. Link

http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/FISCALIZACAO/Passo_a_passo_tx_expediente.pdf

Ou ainda querendo efetuar o pagamento da multa simples, solicitar o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) no email (nai.tmap@meioambiente.mg.gov.br), o qual será emitido devidamente atualizado nos termos do art. 5º da Lei nº 21.735/2015, c/c § 3º e 4º do art. 113 do Decreto supracitado, sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado. Podendo ainda solicitar o parcelamento, conforme previsto nos artigos 53 e seguintes do Decreto Estadual 46.668/2014.

Ressalte-se, ainda, que qualquer descumprimento da legislação em vigor estará sujeito à aplicação de novas penalidades.


IV Conclusão:

Diante de todo o exposto, opinamos pela:

- Manutenção das penalidades de multa simples aplicada no Auto de Infração, no **valor de 114.114,00 (cento e quatorze mil e cento e quatorze) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs)**; valores que serão corrigidos conforme artigo 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e § 3º e 4º do art. 113 do Decreto Estadual 47.383/2018.

Remeta-se o **processo administrativo** à autoridade competente a fim de que aprecie o presente parecer.

Uberlândia, 15 de janeiro de 2024.


Luiz Rodrigues Martins
Gestor Ambiental - MASP 925.694-2
Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

Unidade Regional de Fiscalização Ambiental Triângulo Mineiro – Coordenação de Autos de Infração Triângulo Mineiro

Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – CEP: 38.400-186 Uberlândia – MG
Telefone: (34) 3088-6400

105
Q



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade Regional de Fiscalização Triângulo Mineiro - Coordenação de
Autos de Infração

Decisão SEMAD/URFIS TM - CAINF nº. AUTO DE INFRAÇÃO: 322402/2023/2024

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2024.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Autuado: Thiago Daydson de Carvalho

Processo CAP: 786482/23

AUTO DE INFRAÇÃO: 322402/2023

A Subsecretaria Regional de Fiscalização Ambiental, em atendimento ao disposto no Art. 63, I, "a" e "b" do Decreto Estadual nº 48.706/2023, com fundamento no Parecer acostado aos autos, decide:

- Pelo não acolhimento dos argumentos apresentados pelo Autuado em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o Auto de Infração em conformidade com os requisitos formais e na legislação vigente; e
- Manter a penalidade de multa simples aplicada no auto de infração no valor de **114.114,00 (cento e quatorze mil e cento e quatorze) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs)**. Valores que serão corrigidos conforme artigo 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015 e § 3º e 4º do art. 113 do Decreto Estadual 47.383/2018.

Lembramos que, nos termos do art 66 do Decreto Estadual 47.383/2018, V. Sª dispõe do prazo de 30 dias para, querendo, apresentar recurso contra a decisão, a ser encaminhado para URFIS-TM/Cainf no endereço: Praça Tubal Vilela, 03, centro, 38.400-186 Uberlândia/MG. Caso não tenha interesse em recorrer, gentileza solicitar a emissão do DAE pelo e-mail cainf.tm@meioambiente.mg.gov.br.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Castro Leal, Subsecretário(a)**, em 02/02/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **80946803** e o código CRC **6B4EC99D**.

1



Contrato: 9912514969

YJ804462566BR



Recebedor: _____ Documento: _____
Assinatura: _____

DESTINATÁRIO

THIAGO DAYDSON DE CARVALHO
A/C: WASHIGTON V. SI
RUA NOSSA SENHORA DO CARMO - 9 / CAIXA POSTAL
73 CENTRO

38610-034

UNAI / MG



Obs: decisao ai 322402/2023

SigepWeb

Remetente: Secretaria Do Estado Do Meio Ambiente
Praça Tubal Vilela 03

Centro - Uberlândia / MG
38400-186

CARTA

YJ 804 462 566 BR

REGISTRADO LÓGICO

Objeto entregue ao destinatário

Pela Agência dos Correios/ Unai - MG
08/05/2024 10:16

Objeto aguardando retirada no endereço indicado

Rua Nossa Senhora do Carmo, 09
Centro
Unai - MG

Para retirá-lo, é preciso informar o código do objeto e apresentar documentação que comprove ser o destinatário ou pessoa por ele oficialmente autorizada.

17/04/2024 14:04

Objeto postado após o horário limite da unidade

Uberlândia - MG

Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil

12/04/2024 17:21



Unaí/MG, 06 de maio de 2024.

GERALDO DONIZETE LUCIANO

OAB/MG 133.870

WASHIGTON V. S. TELES

OAB/MG 56809e

RAZÕES DO RECORRENTE: **THIAGO DAYDSON DE CARVALHO**

DOUTO CHEFE DE GABINETE

AUTO DE INFRAÇÃO N°: 322402/2023

PROCESSO ADM. N°: 786482/2023

DOUTA AUTORIDADE

O Recorrente foi cientificado através do Parecer, que o processo administrativo referente a suposta infração cometida pelo recorrente foi examinado, sendo decidida pelo não acolhimento dos argumentos apresentados pelo Autuado em sua defesa, mantendo as penalidades alegando que o Auto de Infração está em conformidade com as Leis.

URA TM/FEAM

Recebido em ____/____/____

Visto: _____

Página 2 de 51



Diante das teses arguidas na defesa pelo Autuado, é cristalino a nulidade do auto de infração e por conseguinte seu processo administrativo.

Ad Agurmentandum, e importante adentrar aos vícios e nulidades que permeiam o suposto Auto de Infração, seguimos:

1. BREVE SINTESE DAS ALEGAÇÕES DO PARECER EM 1º INSTÂNCIA

Extraí-se do raso parecer "aliunde" à decisão, o não acolhimentos dos argumentos alegados na Defesa Administrativa. Ademais, o parecer acrescenta que o recorrente não prova nada a respeito das nulidades apresentadas, fato este que não se rostra verdadeiro.

A defesa apresentada é embasada em fundamentos jurídicos, doutrinas e entendimentos pacíficos referente à matéria discutida.

Vale salientar também que o parecer não enfrenta todas as teses arguidas pelo recorrente, bem como as que enfrenta, não as fundamenta, cerceando o Direito de Defesa do Recorrente.

Há de se notar que a Defesa administrativa juntou LAUDO TECNICO CABAL com ART ASSINADA pelo expert responsável, fundamentando e provando cada ponto levantado e debatido no processo administrativo.

Superada a questão, seguimos:

Página 3 de 51



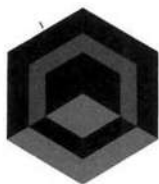
2. DA RELATIVA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Novamente, como dito alhures, o órgão julgador de modo genérico, invoca a presunção de veracidade dos atos administrativos se sobrepondo sobre todo e qualquer ponto alegado pelo recorrente.

De início, consigne-se que a presunção de veracidade e/ou legalidade dos atos administrativos é relativa. O princípio constitucional da presunção de inocência (aplicado no âmbito do Direito Administrativo Sancionador) acabar por relativizar esse verdadeiro "manto protetor", dos atos da Administração Pública.

Nesse sentido, sublinhe-se que "a presunção de legalidade dos atos administrativos, de modo geral, subsiste até a impugnação judicial do ato, a partir da qual o conflito deverá ser resolvido na seara da teoria geral da prova (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 431) - destacamos.

Diante disso, como bem pontua **ANDERSON ROCHA LUNA DA COSTA** "a aplicação da presunção de veracidade dos atos administrativos não atende aos princípios do Estado Democrático de Direito quando imputa ao administrado o ônus probatório, especialmente nos casos que tratam de atos sancionatórios. O nosso ordenamento jurídico impõe ao Estado o encargo material da prova da conduta reprovada, bem como da sua autoria culposa, de modo que ofende gravemente o devido processo legal e o princípio da presunção de inocência atribuir ao particular o ônus de provar sua própria inocência" (COSTA, Anderson Rocha



Luna da. Ausência de presunção de veracidade dos atos administrativos sancionatórios).

Portanto, a presunção de veracidade dos atos administrativos deve ser relativizada quando fundamentar atos administrativos sancionatórios, a fim de que o Poder Público prove o fato gerador da sanção aplicada e não atribua ao sujeito uma exigência ilegal, como a prova da inocência, ou impossível, como a prova da não ocorrência de um fato.

3. DA CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA / DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR COMO SUB-RAMO DO DIREITO PENAL

Esta breve contextualização jurídica tem como objetivo chamar atenção para o entendimento de que o Direito Administrativo sancionador é sub-ramo do Direito Penal, o que gerará reflexos no presente caso.

Nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira e de Erick Halpern:

O Direito Público é repleto de normas jurídicas que tipificam sanções pela prática de atos ilícitos, deles se destacando o Direito Público Sancionador, o Direito Penal e o Direito Administrativo Sancionador.

Independentemente das eventuais tentativas de distinção entre os dois campos principais do Direito Público Sancionador, é possível sustentar que os dois ramos jurídicos decorrem de um ius puniendi estatal único, inexistindo diferença ontológica, mas apenas de regimes jurídicos, em conformidade com a discricionariedade conferida ao legislador.

Página 5 de 51



Prosseguem os ilustres autores trazendo as semelhanças das sanções penais e administrativas nos seguintes sentidos:

As sanções penais e administrativas, em razão de suas semelhanças, submetem-se a regime jurídico similar, com a incidência de princípios comuns que conformariam o Direito Público Sancionador, especialmente os direitos, garantias e princípios fundamentais consagrados no texto constitucional, tais como: a) legalidade, inclusive a tipicidade (art. 5º, II e XXXIX; art. 37); b) princípio da irretroatividade (art. 5º, XL); c) pessoalidade da pena (art. 5º, XLV); d) individualização da pena (art. 5º, XLVI); e) devido processo legal (art. 5º, LIV); f) contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV); g) razoabilidade e proporcionalidade (art. 1º e art. 5º, LIV); etc.

Dentro desse enfoque, devem ser aplicadas ao processo administrativo ora hostilizado, as regras jurídicas do direito penal.

Nesse sentido, também é o entendimento do Pretório Excelso, exposto a seguir no seguinte trecho do acórdão:

Nessa linha, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) estabelece, a partir do paradigmático caso Oztürk, em 1984, um conceito amplo de direito penal, que reconhece o direito administrativo sancionador como um "autêntico subsistema" da ordem jurídico-penal. A partir disso, determinados princípios jurídico-penais se estenderiam para o âmbito do direito administrativo sancionador, que pertenceria ao sistema penal em sentido lato" (STF - Medida Cautelar na RCL. 41.557 São Paulo. Relator Min. Gilmar Mendes. Recite.: Fernando Capez. Adv.: Alberto Zacharias Toron. Recldo.: Juiz Federal da 12ª Vara Cível Federal de São Paulo. Publicação, DJE nº 169, divulgado em 03/07/2020). Grifo nosso.

Na mesma linha de raciocínio vem entendendo o STJ sobre a extensão ao direito administrativo sancionador de todas as garantias inerentes ao direito penal, in verbis:

O grau de proximidade entre o direito administrativo sancionador e o direito penal autoriza seja estendida àquele todas as garantias inerentes a este



último (STJ, RMS 31.031-SP, Relator (a): Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/02/2018; REsp 1605661/MG, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/05/2017; REsp 1153083/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 19/11/2014). Grifo nosso.

Por conseguinte, as infrações decorrentes de multa ambiental não podem ser meramente observadas pelas normas atinentes ao direito administrativo clássico. Desse modo, é fundamental o seu diálogo com as normas jurídicas penais e processuais penais, o que pode ser visto como uma interdisciplinaridade.

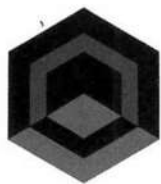
4. DA AUSÊNCIA DE DECISÃO MOTIVADA

Não obstante as ilegalidades já apontadas, a decisão aliunde proferida no presente processo é nula ante a ausência de motivação.

Percebe-se da decisão que a autoridade competente para decidir o feito, julga o processo administrativo sem qualquer motivação descrevendo apenas "considerando o teor do Parecer Único".

Perquire-se? Quais foram os motivos que o convenceram a indeferir os pedidos do recorrente? O parecer único que fundamentou a decisão apreciou todas as teses e provas apresentadas pela defesa?

Observa-se que a decisão é silente aos questionamentos, ateve-se a alegar "considerando o teor do parecer único".



Extraí-se do art. 2º da Lei Estadual nº 14.184/2002, que a administração pública deve motivar suas decisões, *in verbis*:

Art. 2º – A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, do contraditório e da transparência. (grifo nosso)

A propósito, nesse sentido elucida o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, *"in verbis"*:

"Motivação é a exposição de motivos, a fundamentação na qual são enunciados (a) a regra de direito habilitante, (b) os fatos em que o agente se estribou para decidir e, muitas vezes, obrigatoriamente, (c) a enunciação da relação de pertinência lógica entre os fatos ocorridos e o ato praticado".

Se a Lei impõe a administração o dever de motivar, sua ausência importará em cerceamento de defesa e ofende o princípio do devido processo legal, que abrange a obrigatoriedade da fundamentação de todas as decisões.

Assim a autoridade julgadora deve oferecer fundamentos suficientes, explicando, expressamente, a razão do não acolhimento da defesa apresentada, sob pena de constituir vício de fundamentação da decisão, tornando-a absolutamente nula, já que haverá inevitável prejuízo, pois, o recorrente não poderá atacar a decisão e os fundamentos que negaram a sua pretensão deduzida nas alegações.

Os Tribunais possuem entendimento sedimentado acerca da arbitrariedade dos atos praticados ante a ausência de fundamentação:



(...). 3. De acordo com a Lei n. 9.784/99, art. 50, "deverão ser motivados todos os atos administrativos que: neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses; imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções; decidam processos administrativo de concurso ou seleção pública; dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório; decidam recursos administrativos; decorrem de reexame de ofício; deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de outro ato". 4. A motivação dos atos administrativos é um princípio constitucional implícito, resultando do disposto no art. 93, X, da Constituição (pois não é razoável a obrigatoriedade de motivação apenas das decisões administrativas dos Tribunais), do princípio democrático, uma vez que indispensável ao convencimento do cidadão e ao consenso em torno da atividade administrativa (Celso Antônio Bandeira de Mello), e da regra do devido processo legal. É, por isso, uma exigência inderrogável, de modo que não prevalece para o fim de dispensar motivação da revogação - como no caso aconteceu - a nota de "caráter precário". (...). TRF 1ª Região - AMS processo 2001.38.00.025743-3 - 5ª Turma - unânime - 01/03/2007). (grifo nosso).

José Carlos Aquino e José Renato Nalini, renomados processualistas penais nos ensinam o que deve abranger nas motivações de cunho administrativo e jurisdicional:

"A motivação deve-se referir a todas as questões que foram colocadas pelas partes, assim como também às questões que, ainda em ausência de comportamento específico das partes, constituam em concreto objeto da indagação". (José Carlos G. X. Aquino e José Renato Nalini, Manual de Processo Penal, Ed. Saraiva, pg. 246).

Ressalta-se também a preocupação do legislador com o tema supracitado, conforme Lei 13655/2018 que assim assevera:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Página 9 de 51



Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Ademais, é oportuno sublinhar que a motivação das decisões, sejam elas administrativas ou judiciárias, carecem de fundamentação, sob pena de nulidade do ato decisório, em respeito ao princípio constitucional da garantia das decisões judiciais, ao qual fazemos menção:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros. (grifo nosso).

Observe Nobre Julgador que o constituinte ao utilizar a expressão "decisões administrativas" está se referindo a atos administrativos decisórios, proferidos em processos administrativos em que haja conflito de interesses e não a atos administrativos propriamente ditos.

Ademais, o termo "motivadas", inserido no texto constitucional, pode ser interpretado como apenas uma vontade do constituinte em exigir que todas as decisões administrativas dos tribunais possuam o elemento motivo, como já está mais do que pacificado entre os doutrinadores e não como uma obrigatoriedade de motivação.

Página 10 de 51



O dever de fundamentação do ato administrativo está associado à concretização de valores relevantíssimos para o regime jurídico-administrativo.

Por conseguinte, identifica-se a obrigatoriedade da motivação desse ato jurídico como princípio constitucional implícito do regime jurídico-administrativo, amparado nos dispositivos constitucionais citados.

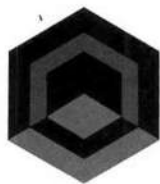
Destarte, podemos concluir que são nulas todas as decisões administrativas ausentes de fundamentação própria, as quais teve-se a dizer "conforme parecer", bem como é nulo o relatório fundamentado unicamente nas constatações do B.O. e auto de infração.

5. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Conquanto não haja previsão no Decreto 47.383/2018 acerca da possibilidade de apresentação de manifestação final, este direito (corolário do contraditório e da ampla defesa, é bom que se frise) decorre da Lei 14.184/2002, que em seu art. 36, pontifica que:

Art. 36 - Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de dez dias, salvo em virtude de disposição legal.

Enfatize-se, presente referido contexto, que a Lei Estadual 14.184/2002 é norma que regulamento o processo administrativo



no âmbito da Administração Pública Estadual e que, portanto, aplica-se ao caso em comento.

Ademais, é sabido que a espécie normativa Decreto (ato exarado pelo Poder Executivo), tem como escopo principal regulamentar as Leis (ato exarado pelo Poder Legislativo). Disso conclui-se que o Decreto Estadual 47.382/2018 deve amoldar-se as disposições contidas na Lei Estadual 14.184/2002, não o inverso.

Com efeito, destaque-se que o comando legal insculpido no art. 36 da Lei 14.184/2002 é claro, não dando margens para alvedrios interpretativos.

Impõe-se que encerrada a instrução, o recorrente terá o direito de manifestar-se no prazo de dez dias.

O exercício deste direito, como sói saber somente se dará após a efetiva intimação (conhecimento) do conteúdo da decisão que se busca impugnar, o que não ocorreu no presente caso.

Registre-se que não estamos aqui a tratar de mera formalidade, mas sim, de um procedimento padrão, que à guisa de exemplo é desempenhado à risca, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Instituto Mineiro de Agropecuária- IMA, quando do julgamento das defesas interpostas contra autos lavrados por seus servidores ou vinculados, concedendo perícia, dilação probatória, manifestação final, etc., o que incorreu no presente caso.

Analisando os autos de forma detida, verifica-se que nada obstante os pedidos formulados pelo recorrente, a autoridade administrativa em 1º instância olvidou-se do preconizado pelo art. 36, caput, da Lei Estadual 14.184/2002, porquanto não ter



aberto prazo para que o recorrente (após a emissão de parecer que subsidiou a decisão administrativa) pudesse impugnar as afirmações constantes do parecer, juntar documentos, etc.

Há aqui, incontestemente nulidade no processo administrativo, tendo em vista que: (i) o pedido para a produção de provas não foi apreciado pela autoridade administrativa em 1º instância; (ii) o impetrante não foi cientificado a respeito da finalização da fase instrutória; e (iii) ao impetrante, não foi oportunizada a apresentação de alegações finais, ocasião em que tomaria ciência do parecer e poderia contrapor as argumentações nele lançadas.

Em recente e interessante julgado, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais enfrentou a questão. Segunda a Desembargadora Relatora ANA PAULA CAIXETA:

“O direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa deve ser efetivamente assegurado aos litigantes, a fim de que possam participar do processo e dos atos decisórios que nele deverão ser proferidos, permitindo-lhes a produção de provas para a demonstração dos fatos apresentados e contrapostos [...] Conforme já registrado nesta decisão, percebe-se que o réu não observou o princípio do devido processo legal na esfera administrativa tendo desrespeitado as disposições da Lei Estadual nº 14.184/02 e do Decreto Estadual nº 44.844/08, à época vigente. Isto porque a autora, em sua defesa administrativa, apresentou pedido para a produção de provas: “Protesta novamente por todos os meios de provas, especialmente, nova prova pericial, documental, através de laudo técnico complementar e oitiva de testemunhas, cujo rol abaixo segue, pois serão depoimentos de



fundamental importância para esclarecer se a abertura de novo processo administrativo foi pela SUPRAM NOR ou não". Após a defesa, o processo administrativo foi encaminhado para parecer, tendo sido proferida, logo em seguida, a decisão, que manteve a penalidade aplicada à autora. Nesse contexto, há clara nulidade no processo administrativo, tendo em vista que:


- a) o pedido para a produção de provas não foi apreciado pela autoridade administrativa; b) a autora não foi cientificada a respeito da finalização da fase instrutória; c) à autora, não foi oportunizada a apresentação de alegações finais, ocasião em que tomaria ciência do parecer e poderia contrapor as argumentações nele lançadas [...] Com efeito, o desrespeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa constitui vício insanável, ensejador da nulidade do processo administrativo – destaquei.

A toda evidência, sem a abertura de prazo para manifestação final, o recorrente teve tolhido seu direito de contraditar os argumentos dispostos no parecer único, desaguando num julgamento parcial, e ferindo de morte a paridade de armas.

E mais, teve malferido seu direito ao contraditório e à ampla defesa, constituindo assim, um vício insanável.

É o que se deduz da jurisprudência:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA. SUBSTITUIÇÃO DE PROVA PERICIAL POR PROVA TÉCNICA SIMPLIFICADA. IMPOSSIBILIDADE. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. INUTILIDADE. REJEIÇÃO. MÉRITO. DIREITO AMBIENTAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. ESTADO DE MINAS GERAIS. AUTO DE INFRAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. LEI ESTADUAL Nº

Página 14 de 51 



14.184/02. DECRETO ESTADUAL Nº 44.844/08, À ÉPOCA VIGENTE. ABERTURA DE VISTA PARA ALEGAÇÕES FINAIS. AUSÊNCIA. DESRESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. VÍCIO CARACTERIZADO. NULIDADE RECONHECIDA. - A produção de provas é orientada à demonstração dos fatos alegados pelas partes no processo. Consiste em ferramenta destinada ao Juiz, com finalidade precípua de propiciar a formação de seu convencimento para a devida solução da controvérsia deduzida em juízo, conforme dispõe o art. 370 do Código de Processo Civil. - Não sendo possível a substituição da prova pericial pela prova técnica simplificada, em virtude da complexidade da matéria controvertida e não havendo utilidade na produção de prova testemunhal, vez que o ponto sobre o qual recairia deveria ser demonstrado por prova documental, o indeferimento dos pedidos formulados nesses sentidos não caracterizam cerceamento ao direito de defesa. - No Estado de Minas Gerais, o processo administrativo é regido pela Lei Estadual nº 14.184/02, que prevê, em seu art. 8º, inciso IV e em seu art. 36, a necessidade de abertura de vista ao interessado, pelo prazo de 10 (dez) dias, para manifestação final, antes da prolação da decisão pela autoridade competente. - Constatado nos autos que, na seara extrajudicial, após a emissão de parecer, que subsidiou a decisão da autoridade competente, não foi oportunizada a abertura de vista ao administrado para manifestação (alegação) final e não tendo sido apreciado o pedido de produção de provas formulado na defesa, configurado está o desrespeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, vício insanável e que acarreta a nulidade do processo administrativo. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.17.108329-8/002, Relator(a): Des.(a) Ana Paula Caixeta, 4ª C MARA CÍVEL, julgamento em 27/01/0022, publicação da súmula em 28/01/2022) – destaquei.

Interessante decisão acerca do tema, foi prolatada nos autos do processo nº 5001899-58.2020.8.13.0470, pelo magistrado Fernando Lino. Na ocasião, S. Exa. consignou que:

“Como a própria embargante reconhece, tal previsão não consta no rito previsto no Decreto Estadual nº 47.383/2018

Página 15 de 51



que, pelo princípio hermenêutico da especialidade, deveria em princípio se sobrepor à norma geral. Todavia, na hierarquia das normas, o decreto está em patamar abaixo da legislação, eis que sua função é regulamentar, não podendo assim inovar ou ir de encontro aos postulados da legislação regulamentada” – destaquei.

E mais adiante, prossegue:

“Analisando com mais profundidade o tema, verifico que, pela forma de tramitação do processo administrativo em testilha, a ausência de previsão de alegações finais no decreto e a sua não observância pelo órgão julgador violam postulado de matriz constitucional, pelo que revejo meu posicionamento anterior. Explico. De se ver inicialmente que, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Ainda, como o próprio embargado reconheceu em sua impugnação aos embargos quando rebate o tópico relativo à suposta violação do duplo grau de jurisdição administrativa, a autoridade julgadora, no âmbito administrativo, acolhe ou não o parecer único da equipe interdisciplinar. De se ver ainda que, no caso concreto, a decisão proferida pelo órgão julgador (ID113812018 - Pág. 48) fundamentou-se unicamente no conteúdo do aludido parecer. Assim sendo, viola de fato o contraditório não permitir ao autuado que, antes do julgamento, tenha ciência e possa eventualmente impugnar as conclusões exaradas no parecer técnico, apontando eventuais equívocos ou produzir provas

Página 16 de 51



para infirmar as conclusões, de modo a buscar o convencimento do julgador pelo seu não acolhimento. Ao não se permitir tal manifestação, há claro e inequívoco desequilíbrio entre a administração pública e o particular, pois se o julgador pode adotar como razão de decidir, no todo, o parecer único, é evidente que este é a peça dos autos mais relevante, de modo que não permitir ao autuado o prévio conhecimento de seu teor e, sobretudo, impugná-lo, viola o direito fundamental ao contraditório e ampla de defesa” – destaquei.

Com efeito, conforme restou evidenciado na decisão acima, ao não se permitir que o recorrente se manifestasse após a apresentação do parecer que subsidiou o julgamento da defesa administrativa, houve inequívoco desequilíbrio entre a Administração Pública e recorrente, o que em último golpe, malfere os postulados do contraditório e da ampla defesa, devendo este processo administrativo ser anulado de forma célere ao rigor da íntegra justiça.

6. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À FORMAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

Referido auto não contém os elementos indispensáveis à sua formação, previstos no disposto art. 105 da Lei nº 20.922/2013:

Art. 105. As infrações às normas estabelecidas pelas políticas florestal e de proteção à biodiversidade serão classificadas em leves, graves e gravíssimas.

Página 17 de 51



§ 1º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator, do empreendimento ou da instalação quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa;

IV - a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente;

V - a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta.

(...).

Denota-se que, na contramão da determinação legal sobredita, o auto de infração atacado é omissivo, não observou a situação econômica do autuado, os antecedentes, a gravidade dos fatos bem como a colaboração para solução dos problemas advindos de sua conduta.

No mesmo sentido, dispõe o art. 15 da Lei 7.772/80, vejamos:

Art. 15 - As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

§1º - Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa;

IV - a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente;



V - a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta.

(...).

A AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS AO AUTO DE INFRAÇÃO TORNA-O NULO DE PLENO DIREITO, POIS VIOLA O DEVIDO PROCESSO LEGAL FORMAL. ASSIM PERCEBE-SE DE PLANO QUE O ATO NÃO ATENDE AO REQUISITO ESSENCIAL DA FORMA, INERENTE A QUALQUER ATO ADMINISTRATIVO.

Vislumbra-se que é dever do agente, descrever de forma clara os critérios que levaram a lavratura do auto.

Ressalta-se que a lei não fala que "quando não constatadas não devem ser mencionadas", ao revés, é cogente que o agente esclareça a gravidade dos fatos, a situação econômica do autuado, a colaboração com o órgão ambiental, as atenuantes, entre outros. Quando ausentes, deve o agente justificar o porquê deixou de constá-las.

Referidos apontamentos identificam o perfil do autuado e a preocupação com o meio ambiente sustentável, se não fosse dever do agente fazer constá-las, para que o legislador trataria em artigo próprio e objetivo tais requisitos?

Em julgado recente o STJ aprecia uma demanda em que o agente não descreve todos os critérios no auto de infração:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEITADA - DEGRADAÇÃO AMBIENTAL - EMBARGO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS - AUSÊNCIA DE CRITÉRIO NA APLICAÇÃO DA SANÇÃO - FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA - RECURSO NÃO PROVIDO. (...)



3. De acordo com o Decreto Estadual nº 44844/2008, ao lavrar auto de infração e aplicar as penalidades cabíveis, deve-se observar a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos; os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual; a situação econômica do infrator, no caso de multa; a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0209.14.007879-8/001, Relator(a): Des.(a) Hilda Teixeira da Costa, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/12/2015, publicação da súmula em 11/12/2015).

Portanto, mencionado auto não pode prevalecer, não contém os requisitos essenciais à sua existência, não obedeceu a forma prevista em lei. Deve ser julgado insubsistente, nulo, por conseguinte cancelado.

7. DA INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL. PRECEDENTES DO TJMG.

Convém notar que se tornou prática corriqueira no Estado de Minas Gerais as autuações de cunho ambiental alicerçadas por intermédio da Polícia Militar.

Em que pese o respeito e prestígio desta gloriosa instituição, não se pode olvidar que as constantes atividades realizadas por ela, notadamente àquelas inerentes à lavratura de autos de infração ambiental, vem, permissa vênia, ferindo os ditames legais previamente estabelecidos.



Por elementar, não se descuida que a PMMG, detém convênio firmado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), todavia, sua atuação, no caso em comento, fugiu à competência que lhe fora delegada.

Com efeito, vale ressaltar que a aplicação de sanções decorrentes de ilícitos administrativos se consubstancia como um ato estatal restritivo do direito de propriedade.

Destarte, essa sanção, conforme nos ensina a jurisprudência do c. TJMG "não é e nem poderia ser um ato praticado por servidor que não possui conhecimento TÉCNICO ESPECÍFICO sobre o tema, sob o risco de serem aplicadas sanções equivocadas e até mesmo abusivas, causando sérios distúrbios na ordem pública" (TJMG Apelação Cível 1.0000.21.027114-4/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/0022, publicação da súmula em 15/03/2022).

Nem se argumente, que a Lei Estadual nº 7.772/1980 ou o Decreto Estadual 44.844/2008 (vigente à época dos fatos), outorgariam autorização irrestrita à PMMG para lavratura de autos de infração ambiental, pois, conforme já decidido pelo c. TJMG "a norma se encontra em franco conflito com a legislação federal, evidentemente em relação à Lei nº 10.410/2002".

No ponto, veja-se o que disciplina a Lei Federal sobre a criação da carreira de Especialista em Meio Ambiente e o poder de fiscalização de seus servidores:

Art. 1º - Fica criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, composta pelos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo, abrangendo os cargos de pessoal do Ministério



do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. (Redação dada pela Lei nº 13.026, de 2014)

Art. 6º - São atribuições dos titulares do cargo de Técnico Ambiental:

Parágrafo único. O exercício das atividades de fiscalização pelos titulares dos cargos de Técnico Ambiental deverá ser precedido de ato de designação próprio da autoridade ambiental à qual estejam vinculados e dar-se-á na forma de norma a ser baixada pelo Ibama ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, conforme o Quadro de Pessoal a que pertencerem. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

Art. 11. O ingresso nos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente referidos no art. 1º desta Lei ocorrerá mediante aprovação prévia em concurso público, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial. (Redação dada pela Lei nº 13.026, de 2014)

Com efeito, verifica-se que a Lei Federal estipula requisitos mínimos de conhecimento técnico para que seus servidores possam exercer o poder fiscalizatório, sendo razoável entender que a legislação estadual não poderá criar atribuições para seus servidores militares que não possuem formação específica ou ingressaram na carreira sem demonstrar conhecimentos sobre a matéria ambiental.

Tal solução, em âmbito geral, como bem perfilhado no precedente acima transcrito "é prejudicial até mesmo ao meio ambiente, haja vista o exercício da fiscalização por agentes sem conhecimento técnico específico".

Encampando este posicionamento, JOSIMAR RIBEIRO DE ALMEIDA defende que os agentes da Polícia Militar Ambiental e de outros órgãos fiscalizadores não podem laborar na função de "peritos" nos procedimentos instaurados para apurar infrações afetas a sua fiscalização, uma vez que aos agentes fiscalizadores compete apenas os atos de autuação pela infração, e não a confecção de exames dos vestígios decorrentes da infração ambiental (ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Perícia Ambiental Judicial e Securitária: Impacto, Dano e Passivo Ambiental. Rio de Janeiro: Thex, 2009).

Página 22 de 51



Comungando desse entendimento, CELITO CORDIOLI afirma que as atividades privativas dos profissionais tidos como "peritos" somente podem ser confeccionadas oficiais vinculados aos órgãos de conselho federal, e por isso agentes de órgãos fiscalizadores, a exemplo de policiais militares e bombeiros militares, não podem atuar como peritos nas infrações afetas a sua fiscalização. E arremata: "a esses cabe, como órgãos fiscalizadores, os atos de autuação pela infração, com a descrição do fato delituoso, jamais o levantamento e o exame do local, e nem a emissão de pareceres ou constatações" (CORDIOLI, Celito. A Fragmentação da Perícia Oficial. 2001). Enfatize-se nesse contexto, que o c. TJMG em recentes julgados, decidiu pela incompetência da Polícia Ambiental no que tange a lavratura de autos de infração em decorrência da ausência de conhecimento técnico específico para tanto, vejamos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - INFRAÇÃO AMBIENTAL - QUEIMADA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL - MULTA - INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA AUTUAR E APLICAR SANÇÃO COMINATÓRIA - CONFLITO COM NORMA FEDERAL - NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA CDA - RECURSO PROVIDO. - Os agentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que não possuem conhecimento técnico específico na área ambiental não detêm competência administrativa para aplicar sanção cominatória em decorrência de irregularidades ambientais, devendo se limitar à lavratura de autos de constatação, comunicando os fatos apurados aos órgãos competentes. - É nulo o auto de infração lavrado por agente incompetente, vício que se estende à CDA que fundamentou a execução fiscal. - Logo, o feito executivo deve ser extinto. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.21.027114-4/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/0022, publicação da súmula em 15/03/2022) – destacamos.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CAUTELAR - SUSPENSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - PRELIMINAR PARCIALMENTE ACOLHIDA - MULTA E SUSPENSÃO DAS



ATIVIDADES - UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - INTERVENÇÕES QUE ALTERAM OS RECURSOS HÍDRICOS SEM OUTORGA - INCOMPETÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR PARA AUTUAR E APLICAR SANÇÃO COMINATÓRIA - CONFLITO COM NORMA FEDERAL - MEDIDA LIMINAR - REQUISITOS - PRESENÇA - RECURSO PROVIDO. - Os agentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que não possuem conhecimento técnico específico na área ambiental não detêm competência administrativa para aplicar sanção cominatória em decorrência de irregularidades ambientais, devendo se limitar à lavratura de autos de constatação, comunicando os fatos apurados aos órgãos competentes. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0572.16.002419-4/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2017, publicação da súmula em 14/11/2017) – destacamos.

Idem os seguintes precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUSPENSÃO DE ATIVIDADES. COMANDO AMBIENTAL DA BRIGADA MILITAR. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. É preponderante o entendimento desta Corte no sentido de que o Comando da Brigada Militar não possui a competência administrativa para a lavratura de autos de infração ambiental e de aplicação de sanções, conforme se deduz do art. 27 da Lei Estadual nº 10.330/1994. AGRADO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70064243835, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Vinícius Amaro da Silveira, Julgado em 24/06/2015) – destacamos.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. INFRAÇÃO AMBIENTAL. LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE. BRIGADA MILITAR. INCOMPETÊNCIA. LEI ESTADUAL Nº 10.330/94. PRECEDENTES. Competência da Brigada Militar que está limitada à lavratura de autos de constatação, conforme se depreende do Art. 27 da Lei nº 10.330/1994. Precedentes deste Tribunal de Justiça. Sentença que extinguiu o feito reconhecendo a nulidade do auto de infração lavrado pela Patrulha Ambiental da Brigada Militar que se mostra correta. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70073835191, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 21/06/2017) – destacamos.



Portanto, dada a falta de competência do agente sancionador, deve ser reconhecida a ilegalidade do auto de infração lavrado contra a parte autora.

8. DA AUSENCIA DE INFRAÇÃO - USO ANTROPICO CONSOLIDADO

Impende notar que a presunção de veracidade estatal, não elide a necessidade de exame técnico cabal para atestar suposta poluição, infração material, que só pode ser provado por exame técnico em específico.

No mérito apresentado pela defesa administrativa, o órgão julgador destaca "ademais, o Sr. José Dalmo de Camargos pai do requerente ao ser questionado sobre as novas intervenções, afirmou aos fiscais que a responsabilidade era de seu filho Thiago Daydson de Camargos". Pasmem!

Ad argumentandum, não foi feita nenhuma referência onde poderia ser encontrada essa suposta confissão, como verificar sua autenticidade e veracidade?

Sucessivamente ressaltamos que, o que foi trago no mérito do Auto de Infração guerreado não foi rebatido, em específico nada discutido.

Reforçamos novamente em 2º instância.

Em 23/09/2023 foi lavrado o Auto de Infração pela Polícia Militar Ambiental, cujas infrações são:



- I- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 66,18 HA DE ÁREA COMUM;
- II- SUPRIMIR DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, SENDO 1,61 HA DE ÁREA EM RESERVA LEGAL;
- III- TORNAR INSERVÍVEL PRODUTO DA FLORA NATIVA ORIUNDO DE SUPRESSÃO DE DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO, SENDO ESTIMADO 1.130,28M³ DE RENDIMENTO LENHOSO. TABELA BASE PARA CÁLCULO DE RENDIMENTO LENHOSO POR HECTARE E POR TIPOLOGIA A SER UTILIZADA QUANDO O PRODUTO ESTIVER SIDO RETIRADO – CAMPO CERRADO: 16,67M³/HA;
- IV- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA COMUM. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.
- V- DESENVOLVER ATIVIDADES QUE DIFICULTEM OU IMPEÇAM A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO, EM ÁREA DE RESERVA LEGAL. FOI REALIZADO O PLANTIO DE PASTAGEM PARA DESENVOLVER A ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE BOVINOS.

A respeito da infração I, impende notar que, as atividades de Pecuária Extensiva são desenvolvidas na FAZENDA SÃO GONÇALO A mais de 20 anos pelo antigo proprietário do imóvel.

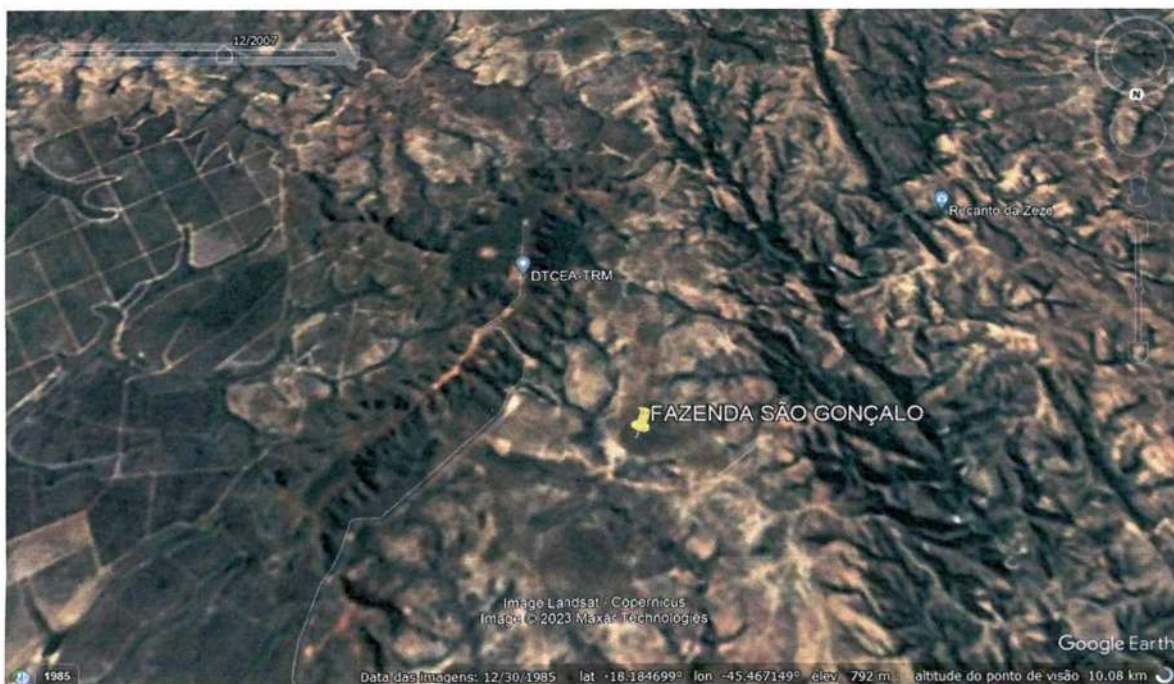
É IMPORTANTE RESSALTAR QUE QUANDO O AUTUADO ADQUIRIU A PROPRIEDADE A ÁREA HÁ ERA ANTROPIZADA. conforme o art.2º do DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 que define:

III – área rural consolidada: a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividade agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Página 26 de 51

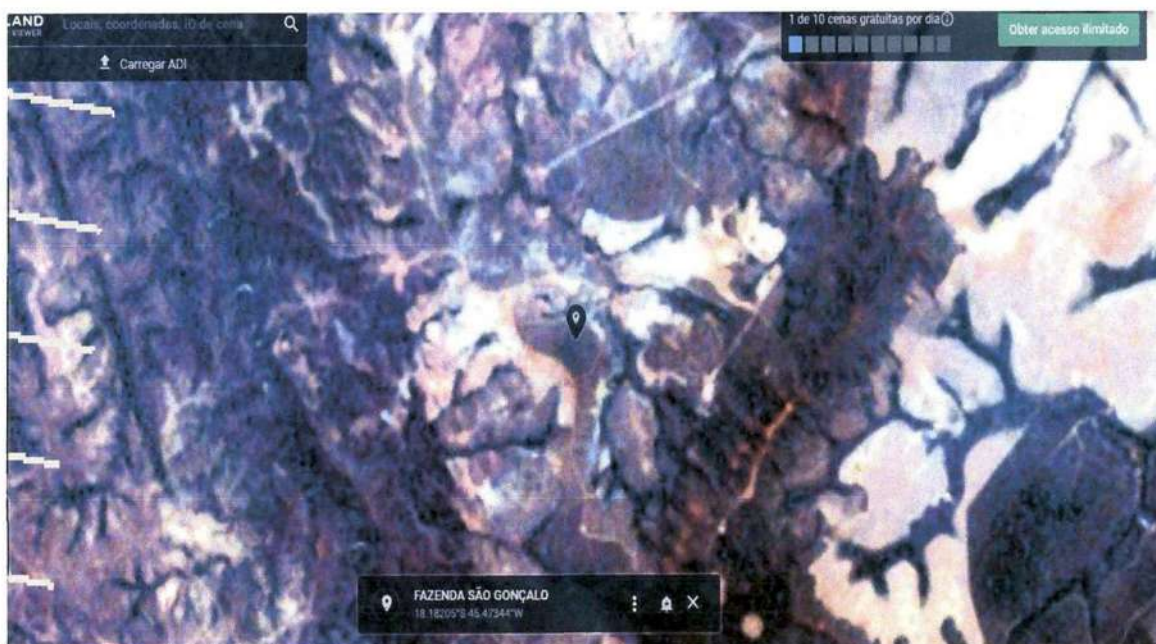


Segue as imagens já anexadas aos autos, que acompanham o Laudo Técnico Específico na área.



2007 1

Página 27 de 51



2008 1

Vale salientar que as APP's - Áreas de Preservação Permanentes e a Reserva Legal da Fazenda sempre foram protegidas conforme imagem a seguir.

Página 28 de 51



2011 1

Página 29 de 51



2014 1



2023 1

Fato é que analisando as imagens desde antes de 2008 até 2023 fica mais que comprovado que não houve desmatamento ilegal na

Página 30 de 51



propriedade, pois as mesmas apresentam a mesma configuração ambiental, sem retirada de árvores isoladas no local, conforme demonstra laudo em anexo.

O que de fato se percebe pelas imagens é que, as fotografias obtidas através do satélite estão com resoluções diferentes. A fotografia do ano de 2011 está em alta resolução, apresentando um aspecto de coloração esverdeada, levando à falsa percepção de que haveria vegetação nativa no local, todavia, ao aplicar o zoom na imagem, é possível verificar que a vegetação é a mesma de 2023, e que de fato o que houve foi apenas a limpeza da área.

A imagem do ano de 2023 está mais clara devido ao fato de o solo estar exposto, devido à retirada da galhada e o plantio de uma nova pastagem, pelo que não se pode afirmar que autuado suprimiu vegetação sem Licença ou Autorização do órgão ambiental.

A limpeza e a reforma da pastagem realizada no empreendimento é procedimento muito comum, utilizado para melhora da qualidade do pasto para o gado, não teve rendimento lenhoso, sendo o mesmo considerado abaixo de 18st/ha/ano, sem afetar e comprometer a qualidade ambiental das áreas de proteção (Reserva Legal e APP), como pode-se ver também nas imagens acima.

Ainda de acordo com o DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, define-se: I - limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento lenhoso de até 8 st/ha/ano (oito metros estéreos por hectare por ano) em área localizada no Bioma Mata Atlântica e 18 st/ha/ano



(dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, desde que realizada em área rural consolidada ou cuja supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo;

Ou seja, não houve corte ou aproveitamento de árvores isoladas, inclusive comprova-se pelas imagens e fotos recentes que as mesmas se encontram espalhadas por toda propriedade.

Importante relembrar que ÁREA RURAL CONSOLIDADA é instituto criado pelo Código Florestal:

IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio; (Lei Federal nº 12.651)

Observa-se que a narrativa do auto de fiscalização faz parecer que o autuado teria iniciado, do zero, toda uma atividade na área autuada, desbravando mata de cerrado fechado para conquistar a região, até então intocada e preservada.

Contudo, conforme imagens de satélite resgatadas, A ÁREA JÁ É OBJETO DE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS DESDE PELO MENOS 2008.

Assim, nos últimos 15 anos não ocorreu qualquer desmate naquela área, a atividade foi de limpeza de área.

A limpeza de área foi realizada por grade, sendo a vegetação apenas de porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento inferior a 18st/há.

Assim, ao contrário do que foi descrito no auto de fiscalização e infração, além da área já ser objeto de



ocupação antrópica há mais de 16 anos, o que ocorreu na propriedade do autuado foi uma LIMPEZA DE ÁREA.

Conforme preconiza o art. 2º, inciso XI do Decreto Estadual nº 47.749/2019, o conceito de limpeza de área é:

Art. 2º Para efeitos deste decreto considera-se:

(...)

XI - limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada (1) vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, (2) com rendimento lenhoso de até (...) 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, (3) desde que realizada em área rural consolidada ou cuja (3.1) supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo; G.N.

Já a Lei Federal nº12651/2012 descreve o que é uso antrópico consolidado, a saber:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

IV - área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Portanto, ao percorrer o auto de fiscalização e infração, percebe-se que o suposto desmate narrado, não passa de uma simples limpeza de área, procedimento que sequer exige autorização ambiental.



INFRAÇÃO II

A área de Reserva Legal do imóvel está declarada no CAR do imóvel com área total de 92,1953 ou seja 20% do total da área de 460,97 ha cumprindo o que se pede a Lei.

Se observarmos as coordenadas citadas no Auto de Infração, podemos verificar que as mesmas estão totalmente fora do perímetro do imóvel, o que impede a análise da suposta infração aqui discutida, uma vez que, a imagem de 2023 confirma a preservação das áreas de Reserva Legal do imóvel.



Imagem 05: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2023.

Fonte: Google Earth.

Se analisarmos as imagens desde 2008 até 2023 fica mais que comprovado que não houve desmatamento ilegal na propriedade em 2023, pois as mesmas apresentam a mesma configuração ambiental, sem retirada de árvores isoladas no local.

O que de fato se percebe pelas imagens é que, as fotografias obtidas através do satélite estão com resoluções diferentes. A fotografia do ano de 2011 está em alta resolução, apresentando um aspecto de coloração esverdeada, levando à falsa percepção



de que haveria vegetação nativa no local, todavia, ao aplicar o zoom na imagem, é possível verificar que a vegetação é a mesma de 2023, e que de fato o que houve foi apenas a limpeza da área.

A imagem do ano de 2023 está mais clara devido ao fato de o solo estar exposto, devido

à retirada da galhada e o plantio de uma nova pastagem, pelo que não se pode afirmar que o Sr. Thiago suprimiu vegetação sem Licença ou Autorização do órgão ambiental.

A limpeza e a reforma da pastagem realizada no empreendimento é procedimento muito comum, utilizado para melhora da qualidade do pasto para o gado, não teve rendimento lenhoso, sendo o mesmo considerado abaixo de 18st/ha/ano, sem afetar e comprometer a qualidade ambiental das áreas de proteção (Reserva Legal e APP), como pode-se ver também nas imagens acima.

Ainda de acordo com o DECRETO Nº 47.749, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, define-se: I - limpeza de área ou roçada: prática por meio da qual é retirada vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento lenhoso de até 8 st/ha/ano (oito metros estéreos por hectare por ano) em área localizada no Bioma Mata Atlântica e 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, desde que realizada em área rural consolidada ou cuja supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo;



Ou seja, não houve corte ou aproveitamento de árvores isoladas, inclusive comprova-se pelas imagens e fotos recentes que as mesmas encontram-se espalhadas por toda propriedade.

A área de Reserva Legal do imóvel está declarada no CAR do imóvel com área total de 92,1953 ou seja 20% do total da área de 460,97 ha cumprindo o que se pede a Lei.

Se observarmos as coordenadas citadas no Auto de Infração, podemos verificar que as mesmas estão totalmente fora do perímetro do imóvel, o que impede a análise da suposta infração aqui discutida, uma vez que, a imagem de 2023 confirma a preservação das áreas de Reserva Legal do imóvel.



Imagem 05: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2023.

Fonte: Google Earth.

Ainda se comprova pela imagem de 2014 que a qualidade destas áreas de Reserva Legal até o ano de 2023 é real no imóvel.



Imagem 06: Imagem das Glebas de Reserva Legal do imóvel no ano de 2014

Fonte: Google Earth.

INFRAÇÃO III

Foi possível comprovar através das imagens e através do levantamento de campo realizado pela Ilustre Engenheira Fernanda, que antes mesmo do autuado adquirir o imóvel "Fazenda São Gonçalo", a propriedade rural já havia sido completamente desmatada de sua vegetação nativa original em datas antecedentes a Julho de 2008. Posteriormente, houve na Fazenda somente limpeza de pastagens, com a retirada de vegetação de porte pequena e rasteira, sendo a tipologia





natural da região Campo/Cerrado, que se caracteriza por ser “um tipo de vegetação campestre, com predomínio de gramíneas, pequenas árvores e arbustos bastante esparsos entre si e árvores geralmente isoladas. Trata-se de uma transição entre o campo e os demais tipo de vegetação”. Podemos confirmar estes dados na imagem 06 retirada da plataforma do Sisema IDE-Infraestrutura de Dados Espaciais.

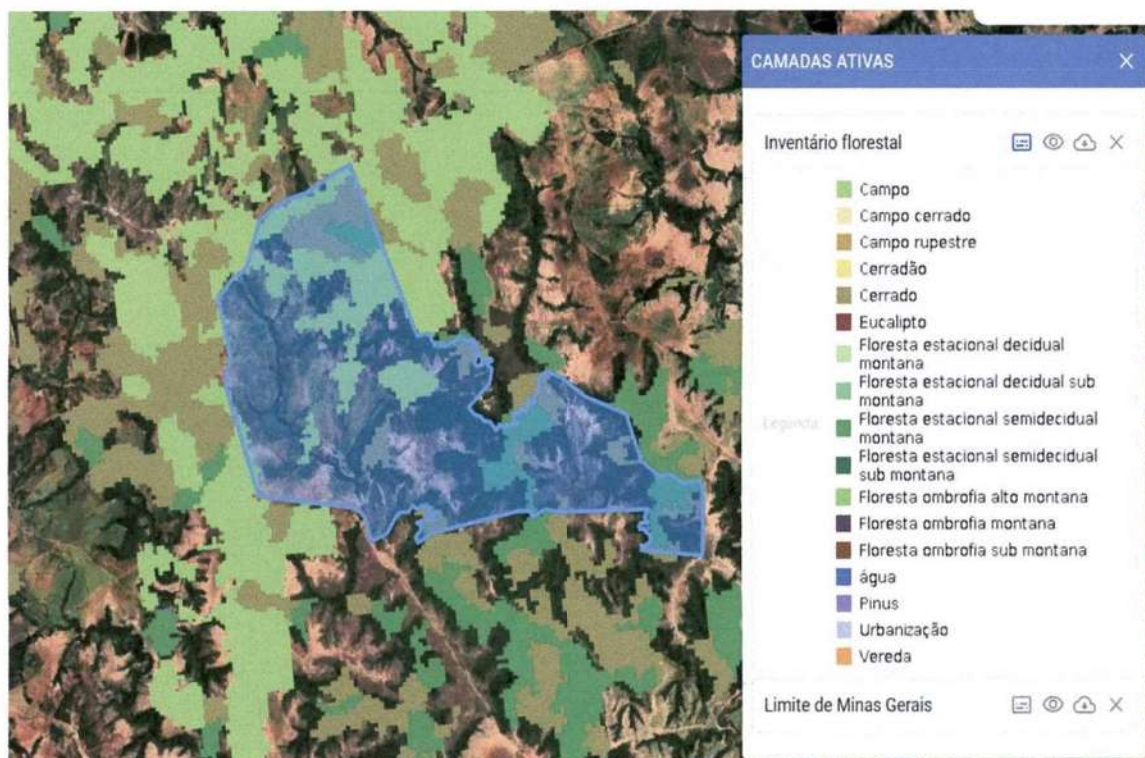


Imagem 07: Classificação do empreendimento no IDE como Campo e em algumas partes Cerrado.

Fonte: IDE Sisema.

Outra análise realizada pelo IDE SISEMA, Mapbiomas-2008 nos relata a utilização do solo da propriedade Fazenda São Gonçalo



em 2008, em sua maioria com Pastagem consolidada, segue imagem:

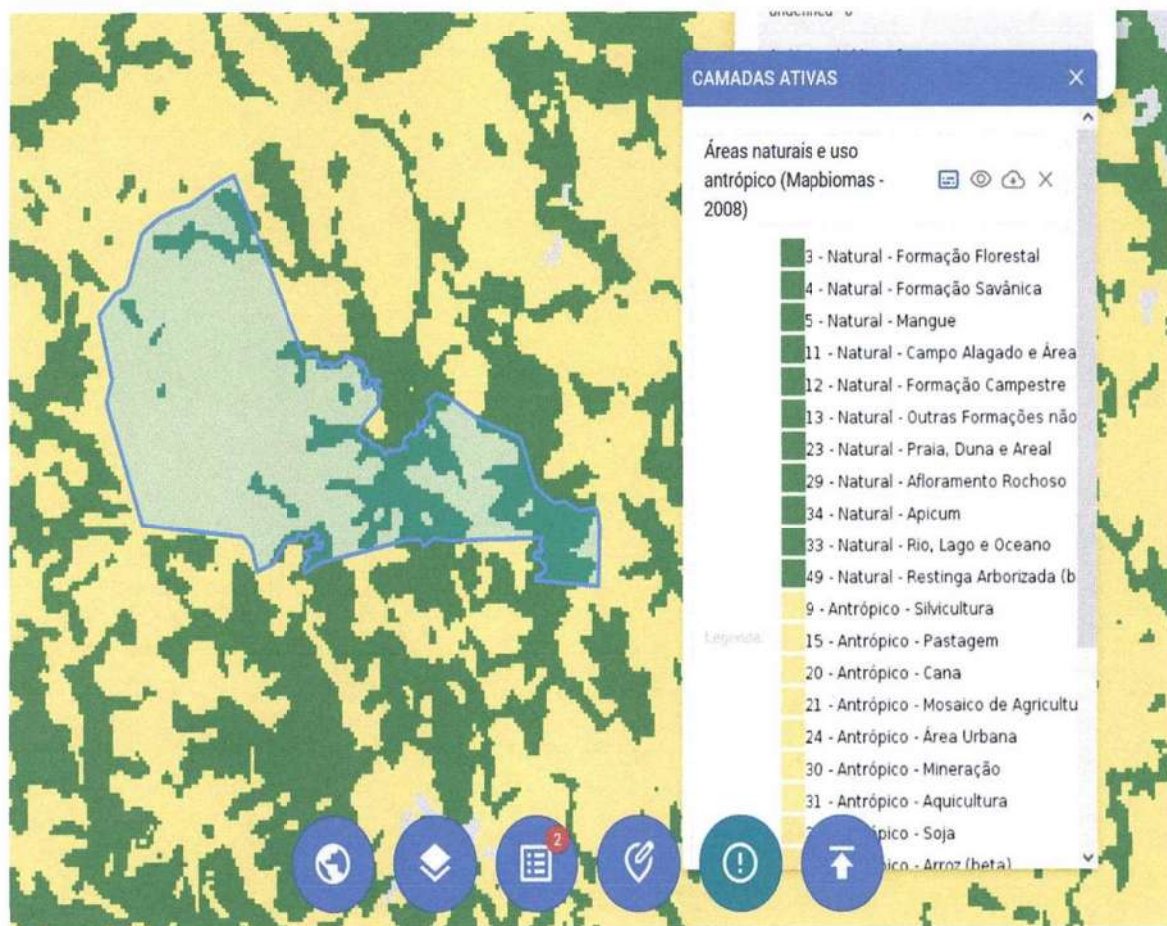


Imagem 08: Classificação da área no
IDE - Sisema. Fonte: IDE - Sisema

Portanto a volumetria estimada no Auto de Infração de (1.130,28M³) de lenha está totalmente fora dos parâmetros técnicos, levando em consideração que trata se de uma Limpeza de área, sem corte de árvores, ou seja, sem volume de lenha, tratando-se de uma vegetação de Campo, comprovada pelas imagens acima.

(assinatura)



Esta descrição da volumetria do 30 foi feita sem um estudo técnico aprofundado da área, levando em consideração se tratar de uma tipologia Cerrado, o que onerou o volume da lenha. Pede-se um Laudo Técnico Pericial com análise da vegetação testemunho no local e baseado nas imagens de 2008 a 2023, que nos mostra que não houve alteração da qualidade ambiental do empreendimento, ou seja, a vegetação existente em 2014 (Árvores isoladas) é a mesma existente em 2023.

INFRAÇÃO IV

Desde que o senhor Thiago comprou a propriedade em Novembro de 2022 o mesmo não operou qualquer atividade no empreendimento, pois estava aguardando melhorias em benfeitorias, infraestrutura, reforma da pastagem e demais investimentos no imóvel para a continuidade das atividades de Pecuária, inclusive não existe animais no local, desde então.

Destaque-se que o então proprietário já procedeu a regularização do empreendimento, antes mesmo de dar início às atividades, cumprindo com todas as Leis Ambientais, bem como a solicitação do Licenciamento Ambiental o qual gerou o Certificado de LAS/RAS Nº 1349/2023 para atividade de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo e também solicitou a Regularização do uso de água na propriedade, que gerou o Certificado de Outorga nº. 1704817/2023 e Certificado de Uso Insignificante nº 403178/2023 para Consumo humano e Dessedentação animal.

O auto de infração nº 322402/2023 cita que o Sr. Thiago impediu a regeneração natural da vegetação em sua propriedade, no entanto, conforme análise das imagens de satélite a



propriedade já se encontrava consolidada, suas áreas comuns já estavam convertidas em pastagem em data anterior a 2008, e a reforma da pastagem realizada em meados de Setembro de 2023 foi realizada para a implantação das atividades de Pecuária no empreendimento. Posteriormente foi realizado o plantio da pastagem na sequência da limpeza conforme já descrito no laudo em anexo.

INFRAÇÃO V

Assim como não houve Intervenção Ambiental nas Áreas de Reserva Legal como já descrito neste Relatório, também não houve impedimento a Regeneração Natural das mesmas, eis que, conforme comprova-se pelas imagens, a Vegetação nativa das áreas de Reserva Legal do imóvel aumentou do período de 2014 até 2023, sendo inapropriado o que cita o item V do Auto de Infração nº 322402/2023.

MEDIDAS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

A propriedade está totalmente georreferenciada e possui o CAR - Cadastro Ambiental Rural, além da Licença Ambiental e Outorga, ou seja, o proprietário tem a total preocupação com as leis e normas ambientais e as mesmas são seguidas e implementadas no empreendimento.

Além da preservação das árvores nativas espalhadas pela propriedade e a fim de evitar possíveis impactos ambientais, foram executadas as seguintes ações de manejo e conservação dos solos e da água no empreendimento: Compactação e cascalhamento das estradas; Construção de canaletas para



redirecionamento das águas pluviais; Construção de bolsões para retenção da água das chuvas; Construção e acentuação das curvas de nível na área de pastagem; Regeneração de cobertura vegetal e espécies nativas em partes da área do empreendimento, APP'S e Reserva Legal.

A seguir apresentamos registros fotográficos que comprovam a implementação das medidas de controle, reafirmando o compromisso do empreendedor com a preservação e manutenção da qualidade ambiental de seu empreendimento.



Foto 01: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 02: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 03: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas



Foto 04: Área de Limpeza e árvores isoladas vivas

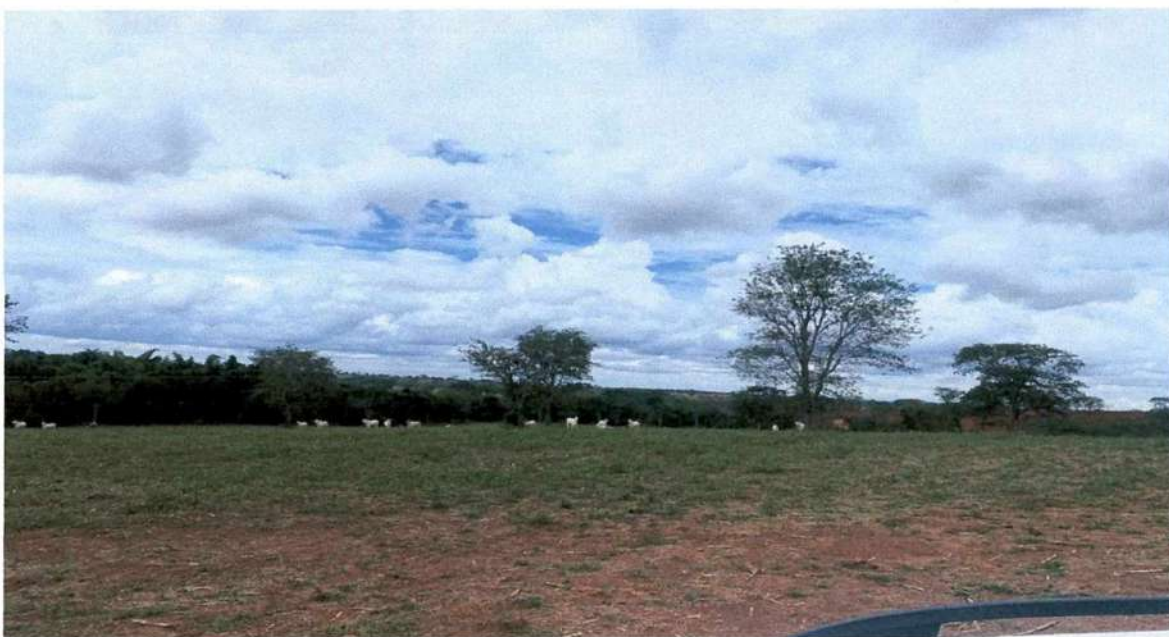


Foto 05: Área de Pastagem Consolidada



Foto 06: Área de Pastagem Consolidada



Foto 07: Área de Pastagem Consolidada

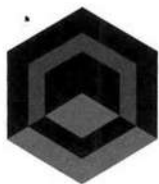


Foto 08: Vista da Área de Pastagem Consolidada

Desde quando o autuado adquiriu a propriedade, o empreendimento já estava consolidado para atividade de pastagem, tendo apenas as áreas de APP, a fim de garantir o ganho ambiental ao empreendimento, o mesmo adquiriu uma gleba de área fora do empreendimento e averbou esta área como de Reserva Legal do empreendimento. Averbada no CAR com área de 20% exigidos pela Lei.

Esta área de Reserva Legal do empreendimento está totalmente conservada e preservada conforme imagens já anexas a este Relatório.

Diante de todo levantamento técnico e ambiental é possível constatar que não houve Intervenção Ambiental no empreendimento em desacordo com as leis ambientais, haja vista que a Limpeza e Reforma da pastagem no empreendimento está prevista na lei ambiental como direito do empreendedor, desde



que a área já se encontre consolidada, como é o caso em concreto.

As medidas e ações de controles ambientais aplicados são de significativa importância na melhoria da qualidade ambiental do empreendimento, sendo possível o desenvolvimento sustentável das atividades de Pecuária com o Meio Ambiente.

9. DO NECESSARIO DESEMBARGO DA ÁREA ATUADA

Vale destacar que a aplicação do embargo não está sujeita à discricionariedade do agente, mas depende do enquadramento em circunstâncias elencadas na Lei.

O embargo, por ser uma medida extremada e que inegavelmente induz impactos sociais e econômicos, deve ser criteriosa e os questionamentos que sobre ela recaiam, apreciados com celeridade para se evitar ônus e prejuízos indevidos.

O agente aplica embargo sem nenhum respaldo técnico, ao avesso da lei.

É cediço que o princípio da proporcionalidade, basilar no Estado Democrático de Direito, é instrumento regulador da atuação do aparelho estatal. Para o festejado jurista HELY LOPES DE MEIRELLES:

"A proporcionalidade imposta pela Administração e o benefício social que se tem em vista, sim, constitui requisito específico para validade do ato de polícia, como também a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, quando se tratar de medida preventiva".



O princípio da proporcionalidade, decomposto nos elementos necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, pode ser aplicado em qualquer ordenamento jurídico, revelando-se como um imperativo a ser observado pelos operadores das leis.

No caso das normas ambientais, principalmente naquelas onde se impõe a restrição de direitos fundamentais em prol da conservação da natureza, sua observância se faz com maior peculiaridade, pois os interesses, ao mesmo tempo em que são colidentes, se apresentam mutuamente dependentes, já que em nossa Constituição, a proteção do ambiente é realizada em prol da manutenção da vida humana presente e das futuras gerações (artigo 225, caput, da Constituição Federal).

Posto isto, para aplicação do princípio da proporcionalidade ao presente caso, deve-se perquirir se suspender as atividades do empreendimento foi adequado, necessário e proporcional aos benefícios pretendidos.

Por isso, indagamos: a suspensão das atividades era necessária para proteger o meio ambiente? A suspensão não poderia ser substituída por outra medida menos extremada? Os motivos que ensejaram a suspensão são suficientes para justificar o impacto social dele advindo e para restringir o direito de livre iniciativa, de propriedade e outros que foram atingidos?

Evidente que não!

Mostra-se hialina a desnecessidade e inadequação da suspensão das atividades, haja vista a existência notória de alternativas menos gravosas ao empreendimento.



Percebe-se ainda que o agente não ponderou com a devida equidade os impactos econômicos e sociais decorrentes da suspensão imposta, o que demonstra a desproporcionalidade da medida.

A aplicação do Direito Ambiental, mormente, através da fiscalização ambiental, não busca unicamente a proteção do meio ambiente, mas tem por escopo também garantir o desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o desenvolvimento sustentável é composto, além da sustentabilidade ambiental, também da sustentabilidade econômica e da sustentabilidade social.

Sobre a temática deste pensamento, temos como ápice a realização da Conferência Rio 92, que culminou com a consagração e positivação do princípio ambiental do "Desenvolvimento Sustentável", cujo escopo reside, em síntese, no alcance pela humanidade do equilíbrio entre aquilo que seja ecologicamente, economicamente e socialmente sustentável durante o processo produtivo.

Já a medida tomada pelo agente corre em sentido oposto, desprezando os aspectos econômicos e sociais do empreendimento.

Desta forma, restando demonstrado de forma inequívoca que a suspensão das atividades é inaplicável, e ainda, sendo fundado o receio de dano irreparável ao requerente, requer seja elidida a penalidade de embargo.



10. DO PROGRAMA ESTADUAL A CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS

O Decreto 47383/2018 dispõe em seu artigo 114 a possibilidade de assinatura de termo compromisso, in verbis:

Art. 114 – A autoridade competente poderá converter o valor da multa simples aplicada em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, através de celebração do Termo de Compromisso para Conversão de Multa – TCCM –, a requerimento do interessado, devendo ser apresentado quando da interposição de defesa administrativa.

§ 1º – Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade competente deverá, em uma única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 2º – A conversão prevista no caput deve ser homologada pelo Copam.

Ad argumentandum, caso mantida a infração desarrazoada e empírica, requer a celebração do Termo de Compromisso para conversão da multa nos termos acima mencionados.

11. DOS PEDIDOS

- a) *Ex positis*, requer seja o presente recurso recebido e processado a fim de declarar o auto de infração nulo frente as nulidades apresentadas
- b) Não sendo este o entendimento do Órgão Ambiental, requer que seja aberto prazo para apresentação e acordão favorável vinculante.
- c) Protesta ainda em cumprimento ao disposto parágrafo único do artigo 59 do Decreto nº 47.383/18 que visa a garantias



constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal (artigo 5º da CF, incisos LIV e LV), considerando as informações e documentos colacionados na presente defesa, provar o alegado por todos os meios de prova admitidas em direito.

REQUER AINDA, AO FINAL DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, SEJA O REQUERENTE INTIMADO POR MEIO DE SEUS PROCURADORES DEVIDAMENTE CONSTITUÍDOS, PARA MANIFESTAÇÃO FINAL nos termos do art. 36 da Lei 14.184/2002¹, bem como intimados de todos os atos praticados no presente processo administrativo no seguinte endereço: Caixa Postal 73, localizada na Agência dos Correios da Rua Nossa Senhora do Carmo, Sala 05, nº 09, Centro de Unai/MG, CEP: 38610-034.

Termos em que,

P. Deferimento.

Unai-MG, 06 de maio de 2024

THALES VINÍCIUS B. OLIVEIRA

OAB/MG 96.925

GERALDO DONIZETE LUCIANO


OAB/MG 133.870

WASHINGTON V. S. TELES

OAB/MG 56809E

¹ Art. 36 – Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo de dez dias, salvo em virtude de disposição legal.

1ª VIA: COM INDEBENTE

 <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</div> <div>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE</div>		Validade 30/12/2024	Mês Ano de Referência 30 a 30/12/2024
Nome: THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		Tipo de Identificação CPF	Identificação
Município: PATOS DE MINAS		Nº Documento 5201338348275	
UF: MG			
<div>Histórico: Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E Serviço: ANALISE RECURSO INTERPOSTO - AUTO DE INFRAÇÃO Receta 1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD</div> <div><div>TOTAL</div><div>Valor 417,10 0,00 0,00 417,10</div></div> <div>157</div>			
A DE EXPEDIENTE REF. AI Nº 322402/2023			
Bancos Credenciados: Banco do Brasil, Bradesco, CAIXA, Itaú, Mercantil, Santander, SICOOB. Correspondentes Bancários: Casas lotéricas e MaisBB. Linha Digitável: 85600000004 7 17100213241 2 23012520133 8 83482750137 2			
Autenticação		TOTAL	R\$ 417,10

MOD.06.01.88 Emitido em: 07/06/2024 10:45:46


856000000004 7 17100213241 2 23012520133 8 83482750137 2



Pague com PIX



2ª VIA: BANCO

 <div>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</div> <div>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE</div>		Validade 30/12/2024	Mês Ano de Referência 30 a 30/12/2024
Nome: THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS		Tipo CPF	Número Identificação 067.373.676-82
Município: PATOS DE MINAS		Número do Documento 5201338348275	
UF: MG			
Autenticação		TOTAL	R\$ 417,10

MOD.06.01.88 Emitido em: 07/06/2024 10:45:46

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
10/06/2024 - AUTOATENDIMENTO - 14.49.36
0508800508 0001

Comprovante Pix

CLIENTE: LUCIANO E OL SOC ADVOGADO

=====

PAGAMENTO VIA QR CODE

ID: E0000000020240610174905910609675
CNPJ DO PAGADOR: 16.819.407/0001-85
VALOR: R\$417,10
TARIFA: R\$0,00
DATA: 10/06/2024 - 14:49:29
NOME DA COBRANCA: N DAE 5201338348275
COD PRODUTO: 01c71536ae42084c68ac2e75b70e11771f
DEVEDOR: THIAGO DAYDSON DE CAMARGOS
CPF DO DEVEDOR: ***.373.676-**

PAGO PARA: Estado de Minas Gerais
CNPJ: 18.715.615/0001-60
INSTITUICAO: 90400888 BCO SANTANDER (BRASIL) S.A

Esta transação pode ser tarifada em até 0,99%,
com valor máximo de R\$10,00. O valor definitivo
poderá ser consultado no BBDPJ.

Notificacao enviada em: 10/06/2024 - 14:49:30

=====

DOCUMENTO: 061003
AUTENTICACAO SISBB: 3.7C2.729.35A.4A5.DB4

=====

Central de Atendimento BB
4004 0001
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produ-
tos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais agencia, SAC e Demais canais de
atendimento.

Atendimento a deficientes auditivos ou fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao
e outros produtos e servicos de Ouvidoria.

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 235991 - AGF NOSSA SENHORA DO CARMO
UNAI - MG
CNPJ,...: 71180715000111 Ins Est.: 0017674920011
COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 10/06/2024 Hora.....: 16:32:01
Caixa.....: 113930929 Matrícula..: 9670*****
Lancamento.: 063 Atendimento: 00046
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 2677051763

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEDEX A VISTA	1	36,60+
Valor do Porte(R\$)...	27,00	
Cap Destino: 38400-186 (MG)		
Peso real (KG).....	0,260	
Peso Tarifado:.....	0,260	
OBJETO=====	OY216872831BR	
PE - 2 ED - S ES - N		
Valor Advalorem.....	1,85	
AVISO DE RECEBIMENTO:	7,75	
Valor Declarado(R\$):	118,00	

Endereço Remet.: , -

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 36,60

PE - Prazo final de entrega em dias úteis,
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não,
ES - Entrega sábado - Sim/Não,
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

TOTAL(R\$)=====> 36,60
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 36,60

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

- Acompanhamento dos objetos pelo site www.correios.com.br ou pelo App Correios.
- Baixe o APP Correios e agilize o seu atendimento.
- Você poderá receber uma pesquisa do e-mail: correios@express.seal.medallia.com para avaliar este atendimento.
VIA-CLIENTE SARA 9.2.00

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 235991 - AGF NOSSA SENHORA DO CARMO
UNAI - MG
CNPJ,...: 71180715000111 Ins Est.: 0017674920011
COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 10/06/2024 Hora.....: 16:30:06
Caixa.....: 113930929 Matrícula..: 9670*****
Lancamento.: 062 Atendimento: 00045
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 2677026625

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
BC PROTOCOLO	1	9,50+
Valor Principal(R\$):	9,50	

Protocolo SIER :24750001946360

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 9,50

TOTAL(R\$)=====> 9,50
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 9,50

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

- Acompanhamento dos objetos pelo site www.correios.com.br ou pelo App Correios.
- Baixe o APP Correios e agilize o seu atendimento.
- Você poderá receber uma pesquisa do e-mail: correios@express.seal.medallia.com para avaliar este atendimento.
VIA-CLIENTE SARA 9.2.00



EXMO. SR SUPERINTENDENTE SEMAD/URFIS TM - CAINF
URBERLÂNDIA / MG

A;C URFIS/TM CAINF

Auto de Infração nº: 322402/2023

Processo Adm. nº: 786482/2023



THIAGO DAYDSON DE CARVALHO, já qualificado nos autos em epigrafe data vênia não se conformando com a decisão, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 114, § único da Lei 20.922/2013, no art. 44 do Decreto 47.383/2018 no art.57 do Decreto 47.787/2019, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

requerendo sejam a inclusas razões recursais recebidas e encaminhadas para conhecimento do excelentíssimo Sr. Dr. Subsecretário de Fiscalização Ambiental.

Nestes termos, em que

P. Deferimento.

Página 1 de 51

REMETENTE: Hexa Consultoria Ambiental

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: Unaí/MG

CEP: 38513-636

160

Correios

Correios

Correios

DESTINATÁRIO: URFIS-TM/CAINF

ENDEREÇO: PRAÇA TUBAL VILELA, 03, CENTRO, URBERLÂNDIA - MG

CEP: 38400186

RECURSO ADMINISTRATIVO REF. AI Nº 322402/2023



PESO

(kg)

Receptor

Assinatura

Documento

AR MP

SEDEX

OY 21687283 1 BR



FC0817137



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Unidade Regional de Fiscalização Triângulo Mineiro - Coordenação de Autos de Infração

Nota Técnica nº 5/SEMAD/URFIS TM - CAINF/2025

PROCESSO Nº 1370.01.0037354/2024-18

PARECER

Autuado: Thiago Daydson de Carvalho

Processo CAP: 786482/23

Auto de Infração: 322402/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração nº322402/2023, referente à fiscalização realizada em 20/03/2023 na Fazenda São Gonçalo, lugares Posses e Marca da Légua, matrícula 8.610, cadastrada no SICAR sob o código MG-3161700-3E64FB944D0C4698BD4BA93F04BBF6A5. Na ocasião, foram constatadas as seguintes irregularidades:

- 1) Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental: suprimir demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, sendo 66,18 ha de área em área comum.**
- 2) Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental: suprimir e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, sendo 1,61 ha de área em reserva legal.**
- 3) Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida. Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal, a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado: - Campo cerrado: 16,67 m³/ha; - Cerrado SensuStricto: 30,67 m³/ha; - Cerradão: 66,67m³/ha; - Floresta estacional decidual: 46,67m³/ha; - Floresta estacional semidecidual: 83,33m³/ha; - Floresta ombrófila: 133,33m³/ha: Tornar inservível produto da flora nativa oriundo de supressão de demais formas de vegetação, realizada sem autorização., sendo estimado 1130,28 m³ de rendimento lenhoso. Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal, a ser utilizada quando o produto estiver sido retirado: - Campo cerrado: 16,67 m³/ha;**
- 4) Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas: Desenvolver atividades que dificultem**

ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em área de reserva comum. Foi realizado o plantio de pastagem para desenvolver a atividade de criação de bovinos;

- 5) Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas: Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em área de reserva legal. Foi realizado o plantio de pastagem para desenvolver a atividade de criação de bovinos**

Além disso, foi aplicada a penalidade de Embargo/Suspensão de atividade até regularização da intervenção junto ao órgão ambiental competente.

O autuado apresentou defesa administrativa, que foi analisada, resultando na Decisão SEMAD/URFIS TM - CAINF nº AUTO DE INFRAÇÃO 322402/2023. A decisão não acolheu os argumentos apresentados na defesa, mantendo e as penalidades aplicadas, quais sejam: multa simples no valor de **114.114,00 (cento e quatorze mil e cento e quatorze) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs)**.

O recorrente foi devidamente notificado da decisão do processo, nos termos do artigo 71, do Decreto Estadual 47.383/2018, e, inconformado com a decisão, interpôs recurso, conforme previsto no artigo 66 do referido Decreto.

É o relatório.

2 FUNDAMENTO

Ultrapassado o breve relatório, cumpre adentrar na análise das razões recursais, a fim de demonstrar que as questões levantadas pelo recorrente não merecem acolhimento. Para tanto, os argumentos técnicos serão apresentados e analisados a partir do item 08, no qual o autuado alega:

Da Ausência de Infração - Uso Antrópico Consolidado.

A) Primeiramente, alega-se que não foi anexada aos autos prova de confissão realizada pelo autuado, o senhor Thiago Daydson de Camargos.

Consta no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 que o senhor Thiago Daydson de Camargos compareceu à 10ª CIA PM MAMB, acompanhado de seu pai, o senhor José Dalmo de Camargos, para apresentação de documentos. Na ocasião, ambos informaram que a responsabilidade pelas intervenções realizadas era Thiago Daydson de Camargos.

O processo contém o Termo de Cientificação nº 376874, assinado por Thiago Daydson de Camargos, no qual consta que ele que receberia os documentos relacionados à fiscalização realizada por meio do aplicativo de mensagens "Whatsapp". A cientificação ocorreu em 23/09/2023.

B) Quanto à infração 1, o autuado afirma que a área já foi adquirida em estado de antropização, que as intervenções foram realizadas em áreas rurais consolidadas e que apenas ocorreu uma limpeza de pasto.

Foi realizada a análise de histórico de imagens de satélites, obtidas por meio do Programa Google Earth, referente às áreas de intervenções autuadas.

As imagens revelam que, entre 2004 e 2018, as áreas em questão mantinham praticamente as mesmas características, com predominância de vegetação herbácea arbustiva e a presença de poucos indivíduos arbóreos.



Imagem de satélite de 13/05/2004 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "3".



Imagem de satélite de 20/06/2011 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "3".



Imagem de satélite de 14/06/2018 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "3".



Imagem de satélite de 13/05/2004 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "2".



Imagem de satélite de 20/06/2011 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "2".



Imagem de satélite de 14/06/2018 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de nº 2023- 044665203-001 como "2".



Imagem de satélite de 13/05/2004 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "1".



Imagem de satélite de 20/06/2011 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "1".



Imagem de satélite de 14/06/2018 da área de intervenção (verde) citada no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 como "1"

Ressalta-se que, com base apenas com os registros fotográficos constantes do Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 e nas imagens de satélites disponíveis, não é possível afirmar se a vegetação herbácea predominante é composta por gramíneas nativas ou por pastagem exótica.

Observa-se que a propriedade fiscalizada foi cadastrada no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) sob o código **MG-3161700-3E64FB944D0C4698BD4BA93F04BBF6A5**, com o primeiro registro realizado em 03/06/2016. Em análise ao histórico das imagens declaradas no SICAR à época, incluindo a última retificação ocorrida em 08/05/2023, verificou-se que as áreas autuadas por meio do Auto de Infração nº 322402/2023 foram declaradas, em 03/06/2016, como áreas de uso consolidado.

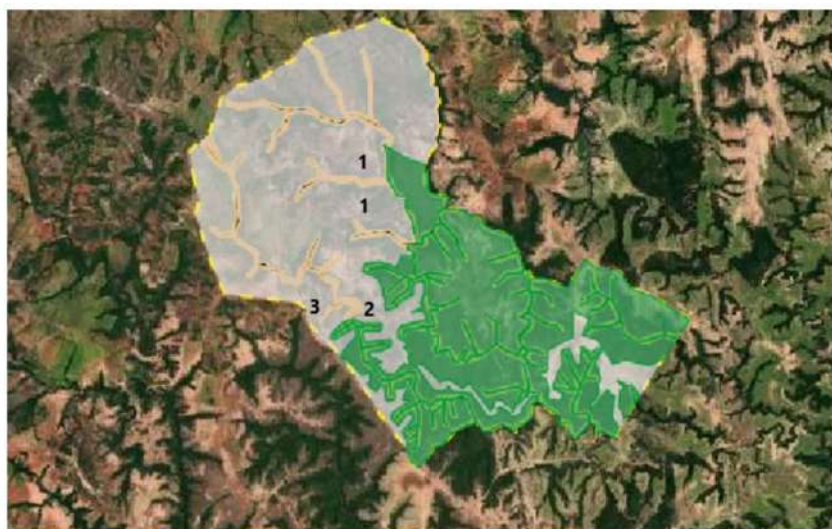


Imagem obtida através do SICAR referente à área da propriedade cadastrada em 03/06/2016. As áreas de intervenções estão representadas por 1, 2 e 3 e foram declaradas como área rural consolidada.

Verificou-se, ainda, que as áreas de intervenção autuadas estão, em sua maioria, classificadas como áreas de pastagem na plataforma IDE-SISEMA, na Camada MapBiomas - Uso e Cobertura do Solo, referente ao ano de 2007. Esse dado pode indicar que essas áreas, ou partes delas, já eram utilizadas como pastagem em 2007, caracterizando-se, portanto, como áreas rurais consolidadas, nos termos da Lei Estadual 20.922/2013.

I – área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

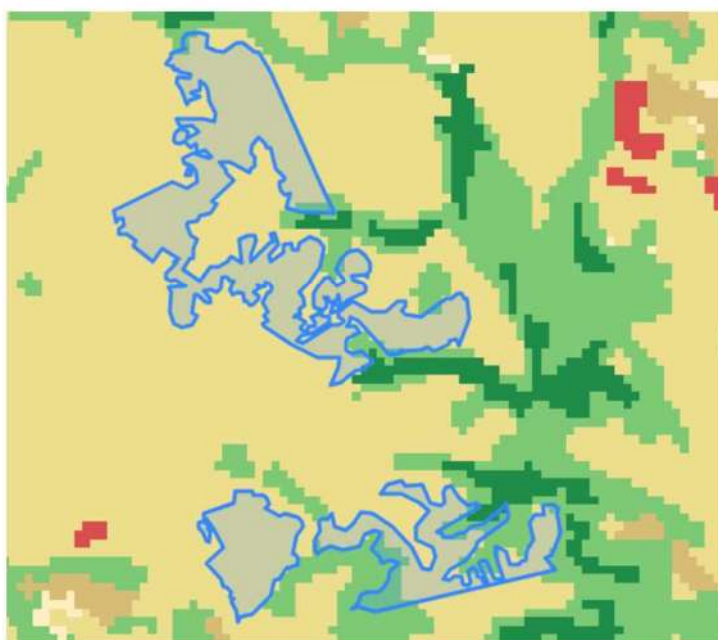


Imagem obtida de IDE-SISEMA, Camada MapBiomas – Uso e Cobertura do Solo em 2007. De acordo com a legenda da camada, as áreas de intervenção estão classificadas como pastagem.

Ao realizar uma análise detalhada das áreas de intervenção autuadas no Programa Google Earth, verificou-se que, dentro desses polígonos, há áreas com vegetação mais densa, característica de vegetação nativa, e não de áreas típicas de atividade de pecuária, como alega a defesa.

Nessas áreas com vegetação mais densa, foi possível observar, por meio de imagens de satélite do Programa Google Earth, que essa característica se mantém preservada desde 20/06/2011.

Segue abaixo uma tabela com as coordenadas geográficas de referência das áreas delimitadas com vegetação nativa mais densa:

Ponto	Latitude	Longitude
1	18°19'5.14"S	45°47'37.03"O
2	18°19'6.30"S	45°47'17.83"O
3	18°19'9.53"S	45°47'15.72"O
4	18°19'12.47"S	45°47'8.08"O

5	18°19'9.91"S	45°47'5.91"O
6	18°19'11.75"S	45°47'3.85"O
7	18°19'9.39"S	45°47'3.70"O
8	18°19'5.65"S	45°46'59.92"O
9	18°19'4.07"S	45°46'57.91"O
10	18°19'5.48"S	45°47'4.74"O
11	18°19'3.61"S	45°47'7.25"O
12	18°18'29.75"S	45°47'43.18"O
13	18°18'23.60"S	45°47'38.01"O
14	18°18'37.53"S	45°47'33.34"O
15	18°18'45.86"S	45°47'23.22"O



Registro fotográfico constante no Boletim de Ocorrência que representa a vegetação nativa testemunha presente na propriedade fiscalizada. É possível observar o adensamento da vegetação, com presença de indivíduos arbóreos, arbustivos e herbáceos, características de cerrados.



Imagem de satélite obtida do programa Google Earth em 20/06/2011, evidenciando áreas de vegetação densa e nativa, que sofreram intervenção em 2023.

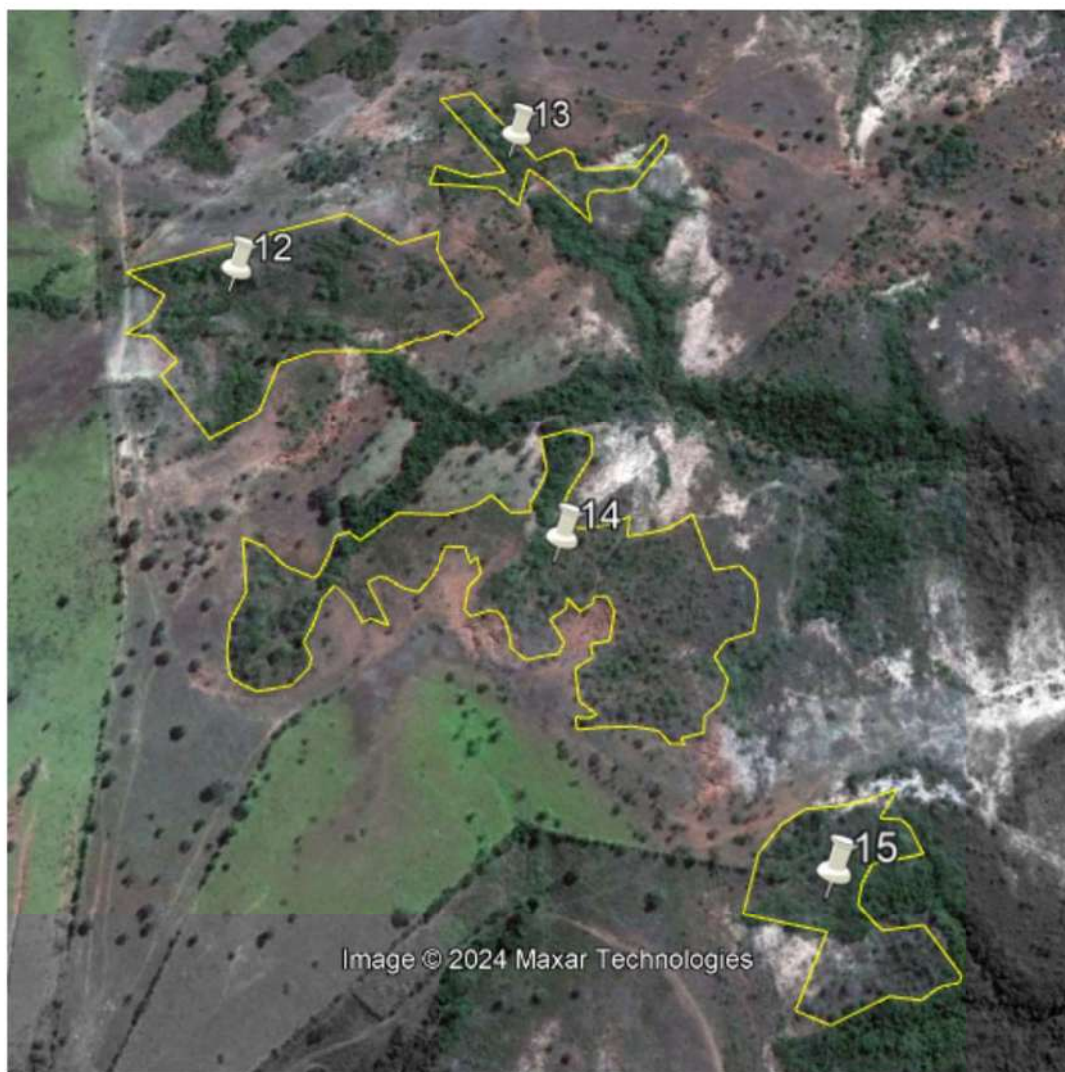


Imagem de satélite obtida do programa Google Earth em 20/06/2011, evidenciando áreas de vegetação densa e nativa, que sofreram intervenção em 2023.

Na vegetação de Cerrado, é comum a presença de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas. O fato de o fiscalizado ter mantido a maioria dos indivíduos arbóreos não significa que não houve a intervenção na vegetação. A remoção da vegetação arbustiva e herbácea para plantio de gramíneas exóticas caracteriza uso alternativo do solo.

Destaca-se que a primeira imagem mais nítida disponível é de 20/06/2011. Mesmo que essa área tenha sofrido intervenção antes de 22/07/2008, as imagens de satélite mostram que, desde 2011, a área não estava “limpa”, mas em processo de regeneração da vegetação nativa.

Considerando o intervalo temporal, não é possível afirmar que essas áreas estavam em regime de pousio.

Dessa forma, foi realizada a delimitação dessas áreas. Com base no adensamento característico da vegetação nativa e na observação de indivíduos arbóreos suprimidos dispersos nos polígonos, conclui-se que não houve apenas limpeza de pasto, mas sim intervenção na vegetação nativa de Cerrado, em um total de 18,1 hectares de área comum. Isso está em conformidade com as definições de limpeza de área e pousio estabelecidas Decreto Estadual nº 47.799/2019:

“xl - limpeza de área: prática por meio da qual é retirada vegetação com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasora, com rendimento lenhoso de até 8 st/ha/ano (oito metros estéreos por hectare por ano) em área localizada no Bioma Mata Atlântica e 18 st/ha/ano (dezoito metros estéreos por hectare por ano) nos demais biomas, para uso exclusivo na propriedade, desde que realizada em

área rural consolidada ou cuja supressão de vegetação tenha sido anteriormente autorizada, e que não implique em uso alternativo do solo

XXII - pousio: a prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo cinco anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo;”.

C) Com relação à infração 2, o autuado alega que a área fiscalizada possui Reserva Legal declarada no CAR, totalizando 460,97 hectares, o que estaria em conformidade com a legislação. Alega ainda que as coordenadas geográficas mencionadas no Auto de Infração estão fora do perímetro do imóvel e que a imagem de satélite de 2023 confirma a preservação da área de Reserva Legal. Afirma que a comparação entre as imagens de 2014 e 2023 demonstra a qualidade da área de Reserva Legal.

Contudo, ao verificar os dados do CAR da propriedade cadastrada sob o código MG-3161700-3E64FB944D0C4698BD4BA93F04BBF6A5, foi declarada uma área de Reserva Legal averbada de 92,20 hectares.

Consta no Boletim de Ocorrência que a intervenção na Reserva Legal ocorreu nas proximidades das coordenadas geográficas 18°18'45.02"S, 45°47'7.48"O. A análise de imagens de satélite do Programa Google Earth evidencia claramente a intervenção na área de Reserva Legal da propriedade Fazenda São Gonçalo, lugar Posses e Marca da Léguas, matrícula 8.160, cadastrada no CAR sob o código MG-3161700-3E64FB944D0C4698BD4BA93F04BBF6A5 (propriedade do autuado) e na Fazenda São Gonçalo, lugar Posses e Marca da Léguas, matrícula 8.613, cadastrada no CAR sob o código MG-3161700-80BBA7E76A094D7CA70C26FB1E8B1FC9, de propriedade de José Dalmo de Camargos, pai do autuado.

Considerando que consta no Boletim de Ocorrência a declaração do senhor José Dalmo de Camargos de que Thiago Daydson de Camargos foi o responsável pelas intervenções, foi lavrado o Auto de Infração em desfavor deste último.

Nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013, a Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, permitindo-se o manejo florestal sustentável, desde que não resulte na descaracterização da cobertura vegetal. Tal descaracterização foi constatada durante a fiscalização.



Imagem de satélite obtida pelo Programa Google Earth em 11/08/2023, na qual o polígono amarelo representa parte da Reserva Legal cadastrada na propriedade Fazenda São Gonçalo, localizada no lugar Posses e Marca da Léguas, matrícula 8.613, enquanto o polígono verde corresponde à Reserva Legal cadastrada na mesma propriedade, matrícula 8.160. A área em vermelho representa a Reserva Legal, após intervenção, objeto do Auto de Infração nº 322402/2023.

D) Com relação à infração III, o autuado alega que a volumetria estimada está fora dos parâmetros técnicos, considerando tratar-se de uma limpeza de área sem corte de árvores, envolvendo vegetação de campo.

Consta no Boletim de Ocorrência nº 2023- 044665203-001 que o rendimento lenhoso resultante da exploração foi enterrado em vala e incorporado ao solo. Dessa forma, não foi realizar a aferição direta, sendo necessário utilizar a Tabela Base para cálculo de rendimento lenhoso por hectare e por tipologia vegetal (campo cerrado: 16,67 m³/ha), conforme o Decreto Estadual nº 47.838, de 09/01/2020. Considerando que foi confirmada a intervenção em 1,61 hectares de Reserva Legal e em 18,1 hectares de área comum, o cálculo utilizando a Tabela Base indica um rendimento lenhoso de 328,56 metros cúbicos.

E) Em relação à irregularidade 4, o autuado alega que as áreas comuns já estavam convertidas em pastagens em data anterior a 2008.

Conforme já discutido, em 18,1 hectares não foi possível confirmar a existência de vegetação herbácea antes de 22/07/2008. Essas áreas apresentam uma vegetação densa, com uma maior quantidade de indivíduos arbustivos e arbóreos. Assim, para essas áreas, a remoção da vegetação nativa e o plantio de gramínea exótica impedem a regeneração da vegetação nativa previamente existente.

F) Com relação à irregularidade 5, o autuado alega que não houve intervenção nas áreas de Reserva Legal e, consequentemente, não há impedimento à regeneração natural das mesmas.

Foi confirmado a intervenção em 1,61 hectares de Reserva Legal. Além disso, como houve o plantio de capim exótico após a intervenção, presença dessa vegetação impede a regeneração da vegetação nativa nas áreas de Reserva Legal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sede de recurso, foi devidamente resguardado ao autuado o prazo de 30 (trinta) dias, para a apresentação de defesa administrativa, facultando-lhe a juntada de todos os documentos que julgar convenientes.

Não obstante o Autuado faça uma série de alegações a respeito da impossibilidade de lhe serem aplicadas as penalidades que lhe foram impostas, ele apenas alega, sem nada provar, razão pela qual entendemos que não poderão ser acolhidas as suas argumentações, haja vista ao disposto no parágrafo único do artigo 59 do Decreto Estadual 47.383/2018.

Reiteramos que a multa imputada cumpriu os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que obedece estritamente ao que determina a descrição da infração, nos termos do que está taxativamente na legislação pertinente, não cabendo ao agente autuante discricionariedade no cálculo do valor da penalidade.

Nesta senda opinamos:

- Alteração da penalidade por desmatamento de área comum de 66,18 para 18,1 hectares (código 301-A, Decreto 47.838/2020), **reduzindo o valor de 33.500 para 9.500 UFEMGs;**
- Manutenção da penalidade por intervenção em Reserva Legal em uma área de 1,61 hectares (código 301-A, Decreto 47.838/2020), **mantendo o valor de 3.000 UFEMG;**
- Alteração da penalidade por retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de desmatamento de **57.514 UFEMG para 16.428 UFEMG** (código 302 - campo cerrado, Decreto 47.838/2020)
- Alteração da penalidade por desenvolver atividades que impedem ou dificultam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação de **20.100 para 6.000 UFEMGs** (código 309, Decreto 47.838/2020)
- Suspensão das atividades nas áreas onde houve intervenção (19,91 hectares) até a regularização das mesmas junto ao órgão ambiental competente.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opinamos pelo **PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO** apresentado, com a redução da multa simples de **114.114,00 (cento e quatorze mil e cento e quatorze) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs) para 34.928 (trinta e quatro mil e novecentas e vinte e oito) – Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMGs).**

Assim sendo, apresenta-se o Processo Administrativo à autoridade competente a fim de que aprecie o presente parecer.

Há de ressaltar que a decisão proferida é irrecorrível, nos termos do artigo 69 do Decreto Estadual 47.383/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Otavio Fonseca Martins, Coordenador**, em 21/01/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Capingote de Deus, Servidor(a) Público(a)**, em 28/01/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104900307** e o código CRC **225B0B9C**.